

Ata da assembleia municipal de vinte de dezembro de dois mil e treze

Cláudio
SJ

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Dão, à luz da qual se fez representar pelo secretário Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados:

Carlos Alberto Antunes Viegas, Ana Raquel Loureiro Rodrigues, Cristiana Maria da Silva Ferreira, Jorge Manuel Mendes Baptista e José Hélder Viegas Alves.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a presença de quórum, o presidente da mesa da assembleia municipal abriu a sessão cumprimentando todos os presentes.

1-Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de setembro de 2013

Não houve intervenções, pelo que colocada à votação, foi aprovada por maioria com catorze abstenções dos deputados: Carlos Cunha, Arménio Leite Marques, António Almeida Dias, Sandra Coimbra, José Prazeres Ferreira, Jorge Manuel Marques, Gonçalo Pereira, Firmino Santos Melo, José António Dias, Armando Laranjeira, Carlos Manuel Silva, António Fernandes Pereira, António Sérgio Almeida por não terem estado presentes.

1.2. Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária de 14 de outubro de 2013

Q

Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Carlos Cunha e Marta Franco, por não terem estado presentes.

1.3. Discussão e aprovação da ata da sessão extraordinária de 28 de outubro de 2013

Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com cinco abstenções dos deputados: Horácio Gomes Rodrigues, Sandra Coimbra, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Fernandes Pereira e Jorge Soares por não terem estado presentes.

1.4. Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foi presente um ofício da União de Freguesias Tondela e Nandufe, relativo ao XVI aniversário de elevação de Tondela a cidade. A comunicação do regime de incompatibilidades e impedimentos do senhor presidente e dos senhores vereadores e a informação de assunção de compromissos plurianuais de acordo com o exposto na Lei 8/2012 de 21 de fevereiro.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou pela bancada do PSD com o deputado Abílio Rodrigues dos Santos, (anexo 1, 2 e 3).

De seguida, interveio a deputada Marina Leitão:

“Cumprimento o senhor presidente da assembleia municipal, o senhor presidente da câmara, os colegas deputados, desejando a todos um santo Natal e um ano de 2014 com esperança.

O senhor Abílio já florou aqui uma questão que queria abordar. Não queria deixar de aqui referir alguém que terá dito:” quando nos reunimos com os macro economistas, todos reconhecem com que a política que está a ser seguida é necessária

para Portugal. Que fomos obrigados a fazer sem contemplações o diagnóstico dos nossos males coletivos e indicar terapêuticas possíveis. Portugal habituara-se a viver demasiado tempo acima dos seus meios e recursos. Anunciamos medidas de rigor e dissemos em que consistia a política de austeridade dura, mas necessária para readquirirmos o controlo da situação financeira, reduzirmos o deficit e de nos pormos ao abrigo de humilhantes dependências exteriores, pois sem isso o país caminharia para a bancarrota e para o desastre”. Depois se pediu com imaginação e capacidade criadora ao ministério das finanças para que criasse um novo tipo de receitas daí surgiram os novos impostos. Também que a CGTP se concentre em reivindicações políticas com menosprezo dos interesses dos trabalhadores que pretendem representar. Basta circular no país para e atentar nas inscrições das paredes. Uma verdadeira agressão quotidiana que é intolerável que não seja punível na lei. Depois numa das últimas intervenções diz que dentro de seis meses, nessa altura, o país o irá considerar como herói, em 6 de junho de 1984. Claro que me estou a referir às intervenções do Dr. Mário Soares, enquanto primeiro ministro de Portugal, quando liderava um governo de coligação do PS com o PSD e tinha acabado de assinar o memorando, não com a Troika mas com um dos elementos da Troika, o FMI. Esse memorando teve algumas questões que fui rebuscar novamente para me lembrar do que se tinha passado naquela altura. Vou só referir alguns pontos, porque penso que são sintomáticos. “Voltamos a ter uma deterioração do desempenho da economia portuguesa”, isto entre 1980 e 1982. “ Um forte desaceleramento do crescimento do PIB. Um forte aumento do deficit da conta corrente externa. Dificuldades de financiamento externo com conseqüente forte queda das reservas internacionais”. Razões para a solicitação do acordo, que não são muito diferentes daquelas que nos levaram também a assinar com a Troika. O principal objetivo do programa dizia na altura a representante do FMI, foi restaurar rapidamente uma situação viável da balança de pagamentos, através da melhoria da competitividade. Contenção da procura interna e aumento da atratividade de ativos financeiros, naquela altura em escudos. O que criaria condições para a retoma da sustentabilidade da economia a médio prazo. Vejo que passados todos estes anos, continuamos a dizer as mesmas coisas. O aumento de preços para reduzir subsídios. Proibição de novas contratações e aumento salarial para o funcionalismo público. Cortes seletivos nos gastos correntes e de capital. Podia seguir, continuar e relembrar o que foi assinado naquela altura pelo Dr. Mário Soares, enquanto primeiro-ministro e que se viu confrontado com uma situação de pré bancarrota.

Depois, também posso relembrar reflexões após o programa. “O programa teve muito êxito em restaurar a economia, a confiança dos mercados e restaurar condições macro económicas para a entrada de Portugal na CEE.” O ajustamento poderia ter sido bem menor se o governo tivesse adotado medidas tempestivas em 1981 e 1982, isto é se tivesse havido medidas não teriam sido necessário tais sacrifícios. Muito do sucesso do programa deveu-se à firmeza com que o governo implementou as medidas de estabilização, também com a consciência que não existiam alternativas às medidas de ajustamento”.

O Dr. Mário Soares, enquanto primeiro-ministro assumiu posições que permitiram tirar Portugal da bancarrota e criar condições para o desenvolvimento da economia. Não vou classificar a mudança de opinião que ele manifesta, acho legítimo que cada um possa alterar o modo de pensar. Mas o Dr. Mário Soares não é um cidadão qualquer, foi presidente da república de Portugal, ministro dos negócios estrangeiros, líder do PS e primeiro- ministro dum governo que como já vimos teve que agir e tomar decisões num momento de crise financeira, que implicaram medidas muito fortes de austeridade para o povo português. Ele tem que ter mais responsabilidade e sentido patriótico, mais do que aquilo que demonstra. Com o curriculum que lhe é reconhecido tinha obrigação de ser cauteloso com o tipo de palavras que utiliza. Senão ele contribui grandemente para por em causa a democracia. Pergunto qual é a legitimidade democrática de pedir a demissão de um presidente da república eleito com mais de 50% quando ele na sua ultima candidatura só teve 14,84. Quem é que representa o povo? A estabilidade própria dos países democráticos manda que se respeite os resultados eleitorais até às novas eleições. Quem pões em causa a democracia? É quem está sempre a fomentar a estabilidade, a violência, criando climas fictícios de medo. Em que é que isto contribui para a resolução dos problemas do país? O Dr. Mário Soares, infelizmente, faz-me lembrar aqueles cantores que tinham uma boa voz e que com a idade a foram perdendo, no entanto como não conseguem viver sem ser na ribalta, insistem em continuar a cantar mesmo já sem voz. Alguém o deveria aconselhar a preservar o estatuto de ex. presidente da república tal como todos os outros o fazem. Muito obrigado.”

Continuou os trabalhos a bancada do PS, com a deputada Marta Franco. (anexos 4 e 5).

O deputado Joaquim Santos interveio de seguida, (anexo 6).

Passou-se, de seguida, à bancada do CDS com o deputado António Dinis, (anexo 7).

Entretanto, o deputado Jorge Henriques tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, venho repudiar vivamente a expressão utilizada pelo deputado Joaquim Santos. Nós em política não temos nem usamos favores políticos.

Gostava que o senhor deputado do CDS, Eng^o António Dinis esclarecesse se esse seu discurso é posição oficial do CDS do concelho de Tondela ou se é a coberto desse partido a posição do senhor deputado”.

O deputado António Dinis explicou:

“Quando estamos aqui enquanto deputados, temos obrigação de manifestar aquilo que é a nossa opinião, nunca tive chancelas, nem tirei. Não cortarei o meu pensamento independentemente de ser do partido A,B, C ou D. É evidente que estamos em coligação, respeitamos isso. Assumir as responsabilidades enquanto país, daquilo que são as exigências dos nossos credores, que foi o início da minha intervenção. Agora não tolero tudo. Senhor deputado, não estou aqui para branquear situações, sempre assim foi. Quando estava no PSD, para desconforto de muita gente. Sempre foi uma chatice terem-me no PSD com esta minha postura e tê-la-ei sempre, não necessitarei ir colocar a questão do CDS. Acho que não ofendi ninguém do CDS e depois disse aqui uma coisa que me parece evidente, em relação à CIM. O CDS e tenho de agradecer ao PS e ao deputado da CDU a possibilidade de me eleger. É uma coisa muito simples. Acho que, se não estiver desta forma na assembleia não estou cá a fazer rigorosamente nada. Estou cá em consciência a dizer aquilo que penso e que são as minhas convicções pessoais, não estou cá a não fazer nada. Não venho cá com recados do partido A, B, C ou D, não o faço, nunca o fiz e não o farei. Se gostam de mim assim na política, gostam, quando quiserem confiança política o CDS ou outro partido qualquer tirem-me, agora falarei naquilo que são as minhas convicções e veremos adiante em muitos pontos direi aquilo que penso e não aquilo que me mandataram dizer. Venho cá em representação da minha consciência, sendo certo que das decisões que vamos aqui tomar todas acordei naturalmente com os meus colegas de bancada parlamentar do CDS- PP, no entanto não

deixarei de manifestar a minha convicção e a minha opinião, naquilo que é livre de juízo. Errado é quando temos de pedir autorização ao partido A, B, C ou D para ver se podemos dizer isto ou aquilo. Muito mal estão se assim vão por esse caminho”.

O deputado Joaquim Santos replicou para Jorge Henriques:

“Sinto-me aqui um bocado baralhado. Quero pedir um esclarecimento ao senhor deputado: o que é que não ficou esclarecido daquilo que eu disse? O senhor veio aqui evocar o meu nome, gostava de saber porquê? Ou o que é que não percebeu, porque terei muito gosto em lhe explicar. Não percebeu nada? Deem-me tempo e explico-lhe. As coisas aqui devem ser claras, porque se disse alguma coisa do passado, disse-o, continuo a dizê-lo e continuarei a dizer o que penso. Não tive tempo para me pronunciar sobre o assunto mais reacionário de todos os tempos e feito pelo senhor Abílio Rodrigues, acerca de Mário Soares, com palavras perfeitamente inadmissíveis.

Quero saber o que o senhor deputado veio para aqui dizer o que é que eu disse ou o que disse de errado para esclarecer”.

O deputado José Prazeres Ferreira interveio de seguida:

“ Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados, minhas senhoras, meus senhores.

Sou político, mas não tenho jeito para político, embora tenha entrado na universidade aos onze anos, mas ainda não estou credenciado. Gostei muito destes debates, fiquei esclarecido sobre o passado, mas ainda não ouvi aqui falar sobre as coisas que nos dizem respeito.

Começo por tentar saber coisas sobre aquilo que nos diz respeito. Peço ao senhor presidente da câmara que nos diga o que já fez sobre os incêndios no Caramulo. Acho que era de urgência ter-se feito alguma coisa. Posso referir algumas coisas que foram perdidas e que ainda hoje os incêndios continuam na ordem do dia. Os incêndios devem ser combatidos no inverno e não no verão.

Acho que toda a gente desconhece que depois que se fechou o matadouro, deixaram de ser registadas vinte e três mil cabeças de gado e isso ajudava a combater os fogos. Isso tudo vem das políticas que têm passado e dos vários governos. Na minha zona, algumas vacas leiteiras que pastavam nos campos deixaram de existir, porque não

havia dinheiro para enviar um carro para ir buscar o leite, agora têm carros dos bombeiros para apagar os fogos.

Outro problema, estamos a ficar com as pedras, porque as terras vêm todas ao Vale de Besteiros. Não se fez absolutamente nada. Acho que se tivessem, quando surgiu as primeiras águas, pegado numa ou duas toneladas de canteio e dado às populações para as incentivar a colocar em cima daquelas cinzas, talvez agora essas terras não tivessem deslizado tanto. A contrapartida era uma para a fauna, uma riqueza para as pessoas, porque poderiam tirar pasto para o gado.

Temos outro problema, que acho que é gravíssimo, o aspeto das mimosas e das austrálias que estão a invadir, independentemente do eucalipto. Acho que deveriam fazer urgentemente um debate com as pessoas serranas para darem as suas opiniões e para fazer qualquer coisa pelos nossos terrenos”.

Após estas intervenções o senhor presidente da assembleia colocou à votação o voto de pesar sobre o recente falecimento de Nelson Mandela, apresentado pelo PSD, sendo este aprovado por unanimidade.

De seguida colocou à votação idêntico voto de pesar apresentado pelo PS, sendo, também, este aprovado por unanimidade.

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das Atividades da Câmara nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro

Iniciou-se o ponto com a intervenção do senhor presidente da câmara, em anexo com o número 8, e passou-se de seguida à visualização das atividades da Câmara Municipal através de uma apresentação em diapositivos.

Continuaram os trabalhos, com a intervenção do deputado Joaquim Santos:

“Senhor presidente acerca da sua intervenção gostaria de fazer algumas observações. O senhor falou que o Partido Socialista continua com a tese que não há liberdade em Tondela. Obviamente que isto foi dito e também disse, aqui na minha intervenção, o passado era passado e esperamos que o futuro seja diferente. Não tive oportunidade de acabar a minha intervenção anterior, porque submeti-me ao regimento,

mas o que está escrito não o inventei agora (acabando por ler os dois últimos parágrafos da sua intervenção). Isto para dizer que o senhor presidente tem uma oportunidade para ser diferente. Apesar de ter dito que não concordava com a política seguida ao longo destes últimos anos no concelho de Tondela não lhe estou a atribuir responsabilidade. Acredito que o senhor e os seus colegas de executivo poucas responsabilidades teriam. Por isso o desafio a que seja diferente. É possível ser diferente e nesse caso terá o nosso apoio. Obviamente, ainda está amarrado a alguns compromissos do passado, compreendo perfeitamente, tem que ter tempo para se desfazer deles. Deixe-me citar-lhe alguns: Tondelviva- há quatro anos o senhor presidente anterior, disse aqui que o Parque Urbano de Tondela não tinha custado um cêntimo ao município, não disse é quanto iria custar, agora estamos a ver quanto é a fatura disso; disse que o terreno tinha sido gratuito, disse que tinha sido uma parceria público-privada que tinha feito, mas alguém terá de pagar. Vimos fotografias de saneamento local a Mosteiro de Fraguas, sei que ainda não está pago. Inauguração da envolvente à igreja de Mosteiro, ainda não está concluída. Falou-se aqui, no aniversário da ADRS de Parada de Gonta, como toda a gente sabe, porque foi público, houve um protocolo assinado com pompa e circunstância que não foi aprovado por esta assembleia municipal de cento e vinte mil euros. Isto não é forma de fazer política. A assembleia municipal não pode ser apenas um órgão para ratificar decisões, tem de ser o centro das decisões. As decisões têm de ser tomadas aqui e executadas depois. Esse é o nosso entendimento. Por isso senhor presidente mais uma vez desejo um bom mandato e que trate todos por igual. As freguesias do Partido Socialista não querem ser tratadas melhores que as outras, mas tão bem como as outras. É esse o respeito que lhe exigimos. Pode contar connosco. Muito obrigada.”

O deputado Abílio Rodrigues dos Santos continuou, intervindo:

“ Não estou, hoje, aqui, vocacionado para me dirigir ao meu amigo Joaquim Santos, que há pouco me chamou de reacionário. A palavra reacionária pode ser analisada de diferentes aspetos. Mas não vou falar mais do Dr. Mário Soares.

Houve um tema que falou, que me deixou perplexo. Referiu-se a coisas que teria o seu tempo na última assembleia, porque estavam cá as pessoas que melhor poderiam responder às questões, neste momento essas pessoas não estão cá, guardaria, talvez para uma conversa com essas pessoas lá fora.

Relativamente às atividades da câmara, diria apenas o seguinte: XIV Convívio Sénior que reuniu um grande número de idosos, conseguindo englobar três componentes que eles admiram, a celebração religiosa, a gastronomia e a música. De referir, também o êxito alcançado pela Ficton, que quanto a mim ultrapassou todas as expectativas, frisando o sucesso das tasquinhas. Acho que muitas associações, durante a Ficton conseguem fazer mais dinheiro do que durante todo o ano. Foi uma Ficton bastante preenchida, com uma programação vasta e ampla. Parabéns por estas duas atividades. Faço votos que o senhor presidente da câmara continue com Tondela em movimento para os próximos quatro anos.”

O deputado António Dinis interveio:

“ Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara. Começaria por fazer referência a alguns aspetos relevantes e a que nós nos associamos. A Viagem do Elefante foi um projeto galvanizador para uma instituição que nos deve orgulhar a todos: ACERT. Segunda questão tem a ver com a iluminação de natal: parabéns pela decisão. Acho que dignifica Tondela, tal como a colocação das alcatifas vermelhas à frente dos estabelecimentos comerciais. Tenho pena que em anos anteriores, tal iniciativa tenha sido feito em contrário, nunca concordei. O Natal é para todos, as pessoas que vivem num território devem sentir o espírito de Natal.

Tenho aqui, duas considerações, que têm a ver com a presença do executivo no aniversário do Grupo Desportivo e Cultural de Canas de Santa Maria. É uma questão que acompanhei enquanto tive o pelouro do desporto e sempre entendi que deveríamos ter ajudado aquela coletividade quando precisavam, com coisas muito simples. Fui lá várias vezes com o senhor presidente e depois foi-me retirado esse processo, queriam coisas simples para praticar futebol. Entristece-me que passado algum tempo, nada foi feito, o clube acabou por não competir em futebol. Depois verificamos que algumas instituições que não praticam atividade desportiva é-lhes atribuído determinado valor e outras que precisavam de ninharias, não o têm. Depois, no aniversário da Associação do Vinhal, ouvimos alguns reparos de como algumas associações são tratadas neste concelho. Faço votos que tenhamos um tratamento discricionário com todas as freguesias, independentemente das suas opções políticas e com as suas instituições que sejam tratadas por igual.

Por último, acho que o senhor presidente vai ter que agradecer ao PS e ao CDS pela sua vice-presidência na CIM, porque o que estava em causa, contribuindo à nossa maneira, era que a Câmara de Tondela esteja bem representada”.

O senhor presidente da câmara tomou da palavra dada pelo presidente da assembleia:

“Obrigado senhor presidente. Agradeço as questões colocadas. Não deixo de dizer ao nosso amigo Joaquim Santos que não serei diferente, serei igual a mim próprio, sendo com essa bandeira que me identifico. Todos nós temos as nossas vicissitudes, a nossa personalidade, a nossa forma de ser e eu procurarei sempre ser igual a mim próprio e ter a certeza das minhas convicções. Também por essa razão não deixarei de me referir à questão do Parque Urbano, o que aqui foi dito na altura, e se bem me lembro, foi que o terreno não teria tido custos por força da operação de loteamento. Como todos sabem, a parceria foi aprovada nesta assembleia, relembro.

Quanto aos protocolos e as inaugurações, nós estamos a cumprir os nossos prazos. Na Igreja de Mosteiro de Fraguas, a pavimentação está executada. Há um troço em calçada que não fazia parte da empreitada, que é a área de transição para a entrada do adro da igreja. O que foi mostrado no diapositivo foi a pavimentação e não a execução da calçada.

O protocolo da ADRC de Parada de Gonta: naturalmente que, hoje, vindo à assembleia municipal o Orçamento e Plano de Atividades, o protocolo está vertido nas GOP, logo perante o entendimento jurídico que temos, se estão vertidos nas GOP está automaticamente autorizado.

Senhor Abílio, as tasquinhas com a sua gastronomia trazem importância acrescida à Ficton, em particular à possibilidade do movimento associativo encontrar aí uma forma de financiamento. O nosso voto é que Tondela esteja sempre em movimento associado a qualidade e bem-estar.

O deputado Dinis colocou um conjunto de questões que aprecio. Estive no aniversário do Grupo Desportivo de Canas de Santa Maria e o que me foi dito pela direção foi que o Grupo Desportivo não participou em competições, porque a direção tomou a decisão de resolver os problemas financeiros da associação. Optou por estruturar a casa e diminuir o endividamento que tinha. Sendo verdade que o espaço de

jogo é propriedade da junta de freguesia, na primeira reunião que tivemos com a junta de freguesia ficou claro de que os investimentos necessários para que, quando o Clube entenda, estarem reunidas as condições de entrar em competição, serão feitos. Agora há uma coisa a ter em conta: é que não nos substituímos ao movimento associativo. Esse deve ter liberdade e independência para se saber gerir.

Quanto à Associação do Vinhal, não temos nenhum protocolo na área social, porque eles estão afetos à área social, mas não deixo de registar uma coisa, quando não havia resposta sociais na freguesia de Lageosa do Dão, soubemos à época constituir um projeto, PIPAF, sendo ele a origem do funcionamento da atividade na área social que permitiu em parceria com a Cooperativa Vários e o Município respostas em particular a crianças em situação de risco, impedindo que fossem para freguesias limítrofes, passando mais tarde a ter ATL a funcionar. Foi este histórico que permitiu ganhar junto da Segurança Social credibilidade para desenvolver a valência social. As outras atividades dessa associação, em particular o rancho folclórico têm os apoios que estão definidos. O tratamento é de igualdade e de justiça.

A questão da CIM, penso que ainda não ficou esclarecida. Havia duas possibilidades na escolha da presidência. Há uma nova lei que obriga que todas as votação na CIM tenham que respeitar uma dupla maioria, isto é, os catorze presidentes de câmara tem de ter sete mais um votos e representar a maioria da população. Ou seja, os presidentes de câmara eleitos pelo PSD representam 62% do território da população da CIM, mas não tem a maioria efetiva dos presidentes de câmara. Foi essa discussão que alimentou durante praticamente um mês as decisões a tomar em relação à CIM. Em determinado momento, perante o impasse foi feita uma proposta em que a presidência fosse feita a dois tempos, dois anos a presidência seria afeta ao PS e as vice presidências ao PSD, e nos dois anos seguinte ao contrário. Foi um modelo que esteve em causa, mas perante o impasse, na última reunião entendeu-se dar ao Partido Socialista a possibilidade de ter a presidência e de escolher uma vice-presidência, ao PSD foi dada a possibilidade de escolher a outra vice-presidência. Só posso dizer que fico contente pelo facto dos cinco presidentes de câmara do PSD depositarem no presidente de câmara de Tondela a possibilidade de os representar. Obrigado”.

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Vou só responder ao senhor presidente da câmara, como sabe só houve um candidato assumido à presidência da CIM, que foi o senhor presidente da câmara de Viseu. Não houve mais nenhum ao contrário daquilo que foi dito. Tondela, efetivamente faz pender para qualquer um dos lados a votação, no suposto que eu e o Dinis assumimos que estávamos lá para defender os interesses do concelho. É essa a nossa postura e sempre o dissemos.

Respondendo ao comentário que o senhor Jorge Henriques fez ao António Dinis, com certeza por algum motivo o PS em Tondela preferiu-se unir-se ao CDS e o CDS preferiu unir-se ao PS, apesar, como é público o PS ter sido convidado pelo PSD e o CDS também ter sido convidado pelo PSD, sejamos claros. O senhor até ofereceu ao Partido Socialista lugares em todas as outras comissões à troca de um lugar na Intermunicipal. Eu respondi que nem que oferecesse todos aceitaria, porque há presentes envenenados de que não gosto e não sou obrigado a gostar.

O Partido Socialista fez em consciência o que deveria ter feito e o CDS também e estamos muito bem e ambos assumimos os nossos compromissos e conseguimos fazer eleger a presidência da assembleia intermunicipal e houve candidatos assumidos que foram derrotados, que é o caso do Dr. João Rebelo Cotta que evocou a sua condição de super partidarismo. Esta é a realidade da CIM e há que tirar conclusões.

Senhor presidente gostaria de saber como se pode falar de dupla maioria se a votação é secreta, com certeza é uma deficiência da lei, mas temos assistido ao completo disparate das leis e até já surgem lei para esclarecer leis.

Em resumo na CIM, houve um derrotado que foi o PSD. Muito obrigado.”

O deputado António Dinis replicou:

“O que disse o Joaquim Santos está correto. Fomos determinantes para que o Dr. José António estivesse como vice-presidente da CIM e espero que faça um bom mandato. O senhor Engenheiro Cunha acompanhou os processos, sabíamos que existia uma intenção do senhor presidente da câmara de Viseu de ser presidente da CIM, o senhor presidente da câmara de Mangualde também queria ser presidente da CIM, que entretanto desistiu. Era o que queria esclarecer.”

O deputado Jorge Henriques continuou:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara. Muito sinceramente não entendo o porquê de tanto vincar esta posição quer do Partido Socialista quer do Engº Dinis como independente, eu fiquei com a nítida sensação, mas fiquei mesmo com essa sensação, e penso que há pouco o nosso amigo Quim Santos o referiu, de que ao serem eleitos para integrar a assembleia intermunicipal da CIM Dão Lafões iriam defender os interesses de Tondela. Ter uma vice-presidência na direção não é defender os interesses de Tondela? Não entendo o que é que os senhores querem? Não fizeram mais do que o vosso dever, tão simples quanto isso, não fizeram mais que o vosso dever”.

O senhor presidente da câmara pediu e tomou da palavra, após lhe ser concedida:

“Eu gostava de ser claro, porque a coisa pior que pode haver são equívocos, e principalmente equívocos de quem não esteve nas reuniões, nem nos atos onde as coisas foram decididas.

Os membros da assembleia intermunicipal não votam. Não escolhem quem preside ao não preside na CIM.

O conselho intermunicipal constituído por catorze presidentes de câmara é que escolhe quem é o seu presidente e os seus vice-presidentes. Agradeço a generosidade aqui demonstrada, mas lamento não poder partilhar convosco essa responsabilidade. Penso que estamos entendidos sobre esta questão.

Segunda pergunta que o deputado Quim Santos formulou “Como é que se vota uma dupla maioria quando pessoas têm pesos diferentes?” Respondo: pelo método que se definiu, nenhuma decisão será tomada na CIM, a dupla maioria verifica-se primeiro, nominalmente, onde cada um tem um voto; segundo, cada um representa o seu município numa escala de zero a cem, o município de Tondela tem onze votos o município de Viseu tem trinta e três votos e os demais terão os votos proporcionais que somados representam cem votos, decisão aprovada pelo conselho intermunicipal e pelos catorze presidentes. É assim. Obrigado”.

De seguida, interveio o deputado Arménio Leite Marques:

“Senhor presidente da assembleia, excelentíssima mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados. Vim aqui só porque, acho engraçado este abrir de nova era para assembleia municipal. Então tenho de dar os parabéns ao PS, ao CDS, ao senhor presidente da câmara e ao senhor deputado do PCP, porquê? Porque eu fiz parte de todas essas organizações que já foram aqui faladas mas nesse recanto não havia exibição, há certas coisas na política não é que não mereçam ser badaladas mas não devem ser badaladas porque criam confusão e a confusão está armada se cada deputado fizesse saber o que se lá passou. Obrigado”

Continuou os trabalhos o senhor presidente da assembleia municipal:

Ora, executado que está este ponto da ordem de trabalhos, vamos para o seguinte. Mas, antes, tenho de por à consideração da assembleia o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara propõe a alteração da ordem de trabalhos, conforme vai a seguir explicitar. A assembleia terá, depois de se pronunciar.

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Muito obrigado senhor presidente.

Efetivamente solicitei ao senhor presidente da assembleia municipal, face ao adiantado da hora, não por nós, mas pelas razões que vou explicar de seguida, que fosse sujeita à apreciação da assembleia municipal a possibilidade do ponto 2.8 “Análise e discussão do sistema de abastecimento de água ao domicílio” poder ser objeto de análise, já de seguida. Isto, porque tomei a iniciativa de convidar alguém para ouvirmos outras opiniões e, por isso, venho solicitar esta alteração.

Naturalmente que nenhum de nós, neste novo ciclo e neste novo tempo de transparência aqui referenciado, tem receio de discutir o que tem de ser discutido. Estamos perante um sistema de abastecimento que é objeto de gestão intermunicipal em cinco municípios, que foi objeto de um aditamento em treze de dezembro de dois mil e sete, entendo por isso, no respeito pelos órgãos institucionais e democraticamente eleitos que, antes de estarem alguns senhores membros da assembleia municipal a fazer juízos de valor ou de opinião em alguns fóruns ou em alguns patamares de intervenção pública, devemos em primeiro, no respeito por esta assembleia, dar oportunidade de sermos esclarecidos e de nesta circunstância termos a nossa opinião e a nossa consideração.

É isto que está em causa. E ao ter sugerido o agendamento deste ponto é minha intenção e é meu desejo que possamos fazê-lo na seguinte metodologia, ouvindo as pessoas que estão envolvidas nessa concessão em particular a empresa Águas do Planalto. Para isso o seu administrador engenheiro Diogo Faria de Oliveira estaria entre nós para poder usar da palavra entre quinze a vinte minutos e teremos oportunidade de ouvir um consultor externo Dr. Luís Ferreira de uma empresa que avalia, que estuda e que faz audição de parcerias. Também porque se trata de uma parceria, para que possamos perceber qual é o modelo financeiro que está por de trás desta operação, que a sustenta, e em função disso, porventura, podermos ser confrontados, cada um de nós com as decisões políticas que estão inerentes a uma avaliação desta natureza.

Atendendo a que este senhor consultor terá que se ausentar às seis e meia para ir para Lisboa eu tenho uma, ou duas opções: ou mantemos a sequência da ordem de trabalhos e chegamos às oito ou às nove discutiremos este ponto nas condições e com as pessoas que estiverem cá, sem estas intervenções, e eu estarei aqui sem problema nenhum, ou se entendermos que pode ser mais enriquecedor ouvir a opinião destas pessoas, alteramos a ordem de trabalhos, na certeza de que alterada esta ordem e aberto este ponto, naturalmente, nenhum de nós vai discutir questões políticas com consultores ou com administradores.

As questões políticas são nossas, fomos nós, nesta assembleia e nos órgãos em que tínhamos assento e cada um na sua responsabilidade tomou as opções que tinha de tomar.

O que se pretende e, também, por uma questão de cortesia para com as pessoas que aqui estão ou que vão estar, é propor que o que seja discussão técnica seja discussão técnica, o que seja discussão política, naturalmente, após a intervenção das pessoas e esgotada a parte técnica, possamos fazê-la após estas intervenções.

É esta a proposta de alteração da ordem de trabalhos que eu queria propor”.

O Sr. Presidente da assembleia municipal, de seguida informou.

“Para cumprir aquilo que é preceituado no artigo vigésimo quinto do Regimento, a assembleia têm de se pronunciar sobre este pedido de alteração na ordem de trabalhos”.

O deputado Joaquim Santos pediu a palavra:

“Senhor presidente, senhores deputados este ponto vinha na ordem que devia e eu tinha um documento para apresentar também sobre este ponto, quando chegasse a devida altura.

Eu só queria recordar que, eu, aliás como diz o próprio documento que eu vou ler agora, em junho de 2010 apresentei um documento e que em fevereiro de 2013 voltei a apresentar, que foi atirado quase para fora, argumentando-se o adiantado da hora.

Era um simples voto, mas devido ao adiantado da hora não quiseram discuti-lo.

Houve aqui uma manobra para que esta assembleia perdesse quórum e, pensando nisso tudo, também colaborei na redação deste novo regimento para haver melhor controlo das faltas dos membros da assembleia.

Eu não tenho nada a opor-me a que este ponto seja alterado mas vamos lá ver porquê, adiantado da hora por causa de um consultor, não sei, ele com certeza recebe mais numa hora do que nós o mês inteiro e se ele está aqui é para cumprir o trabalho dele; se ele está com muita pressa pode ir-se embora, por mim pode ir-se embora.

Eu não estou disposto a que este ponto da assembleia seja transformado num colóquio ou numa conferência de imprensa, porque não é a nós apenas que diz respeito, é a muito mais gente, é a grupos de cidadãos que, entretanto, se formaram voluntariamente que nasceram espontaneamente, portanto temos de ter respeito por essas pessoas. Hoje não vamos aqui decidir nada pelo menos da minha parte.

Digo-vos já que eu não me oponho a que este ponto seja alterado, muito obrigado”.

O senhor presidente da câmara continuou os trabalhos:

“Penso que importa aqui definirmos a forma como vamos trabalhar neste ponto.

A sugestão da introdução deste ponto foi iniciativa da Câmara Municipal.

Eu não quero fugir a nenhum debate político pelo princípio que está por detrás disso em que liberdade implica responsabilidade.

O que estou a frisar é que modelo de debate queremos ter nesta avaliação aqui feita na esfera da assembleia municipal. O consultor não sei se ganha muito ou se ganha pouco, vem aqui a título de solicitação e sem pagamento, eu não sei quanto leva lá fora. O que sabemos é que é um auditor de parcerias que faz a avaliação de muitos modelos.

Queremos esta regra e desta forma vamos fazer este debate ou não queremos esta regra e seguimos a sequência normal dos trabalhos, sem prejuízo de, entre nós, podermos discutir tudo e mais alguma coisa, mas em que não sei se ficaremos com a mesma informação e com a mesma sustentação de argumentos.

O modelo que eu proponho é um modelo em que possamos primeiro ouvir as pessoas e após essa audição possamos colocar questões que se considerem técnicas a essas pessoas e que, depois, se possam colocar questões políticas na esfera dos eleitos da assembleia”.

O deputado Jorge Henriques interveio:

“Vou apenas informar o senhor presidente da mesa que, necessariamente, o Partido Social Democrata concorda com a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara”.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a alteração da ordem de trabalhos que foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, Joaquim Santos, Catarina Ferreira, Marta Coimbra e José dos Prazeres.

2.2. Análise e discussão do sistema de abastecimento de água domiciliária

Por indicação do senhor presidente da assembleia, o senhor presidente da câmara iniciou o ponto:

“Estando feita esta alteração e tendo presente as razões que há pouco evoquei e a necessidade de agilizarmos não a discussão do tema, mas a metodologia dos trabalhos, vamos dar andamento a estes. O objetivo é que desta avaliação quer o Dr. Luís Ferreira quer o engenheiro Diogo Faria de Oliveira nos possam fazer uma apresentação daquilo que é a sua visão empresarial, e é disso que se trata, e que possam fazer uma avaliação da decomposição dos custos que estão associados a este processo.

Após essa intervenção partiremos para a discussão política entre corpos parlamentares que o queiram fazer.

Queria, desde já, naturalmente, agradecer quer ao Engenheiro Diogo Faria de Oliveira, quer ao Dr. Luís Ferreira o facto de se terem disponibilizado neste quadro para nos trazerem mais informação e contribuírem para promoverem a análise e o debate, já que, como disse há pouco, o princípio da transparência deve estar assente na democracia e, neste particular, devemos ter autarcas informados e acima de tudo bem preparados com a argumentação que nos parece mais adequada”.

O Eng. Diogo Faria de Oliveira passou à sua apresentação em formato digital sobre a temática em análise. (anexo 9)

De seguida, o deputado Joaquim Santos continuou:

“Senhor presidente muito obrigado. Ouvi com atenção a exposição do senhor Engenheiro Faria de Oliveira, obviamente que ele disse algumas coisa que já vimos e lemos nos relatórios de contas, da vossa atividade nos vossos sites, etc,. Já todos procurámos, mais ou menos, vemos quais foram os custos de investimentos, saber, mais ou menos, um historial do que foi feito. Depois disso, o senhor fez aqui muito bem a venda das Águas do Planalto a esta plateia e apetecia-me perguntar-lhe, no exagero, quanto é que valia a água contida num frasco de perfume, não sei se está a perceber aquilo que eu estou a dizer.

Pago outra conta da água num município vizinho e, com o mesmo consumo, pago menos de metade, considerando apenas o custo da água, não estou a ter em conta as valores acessórios responsáveis que são atribuídas à câmara municipal e à Associação do Planalto Beirão, apenas valores líquidos da água e valor daquela famosa taxa e que eu chamo famigerada taxa de disponibilidade. Ainda um dia, alguém me há-de explicar o porquê dessa taxa. Compreendo que é para a manutenção, mas estamos a pagar a manutenção duas vezes, porque pagamos a taxa de manutenção e a taxa de disponibilidade, acrescido da taxa para a Associação de Municípios do Planalto Beirão. Estas perguntas que faço podem ser consideradas políticas mas são reais, é um facto. Depois como o senhor diz, que se prevê para 2014 um aumento do igual ao valor de inflação que é hoje de 1,5%. Queria perguntar-lhe porque é que nos últimos anos, ou melhor, nos últimos sete anos ou seis anos o aumento dos custos do fornecimento da água, concretamente no aluguer do contador, já vai a cerca de 70%. O primeiro e segundo escalão vão num aumento cerca de 60% e o terceiro escalão vai já num aumento de cerca de 70% em relação há cinco ou seis anos atrás, 2007/2008, isto é

desde que foi feita a renúncia do acordo? Depois, uma pergunta geral que lhe faço a si não apenas como às Águas do Planalto, mas a todos fornecedores de água do nosso país: se com maior consumo a função de qualquer abastecimento de água de qualquer entidade é vender, compreendo que não podem ser instituição de caridade, nem têm que o ser. Agora, quando falamos em que se aumentarem os consumidores, podemos diminuir o valor do consumo das águas, há aqui uma grande contradição, porque é que eu sou penalizado por não desperdiçar água, porque que é que sou obrigado a pagar o décimo primeiro metro cúbico a dois euros e tal. Sejamos coerentes queremos proteger o ambiente ou queremos fazer da água um grande negócio, já chamado um dos grandes negócios do século.

Estou a pegar nas palavras que o senhor aqui disse: que todos devemos poupar água mas se gastarmos mais somos penalizados. Se houver mais consumidores pode o valor da água baixar. Qual é a regra? Qual é o espírito? Qual é a verdade no cálculo do preço da água?

Só fazer mais uma pergunta, vimos aqui que nos cinco concelhos há um investimento de cerca de quarenta milhões de euros, referentes às infraestruturas de abastecimento de água. E qual é o prazo de amortização deste investimento? Porque no relatório de contas achei exagerado o valor das amortizações. Achei uma grande disparidade entre os resultados operacionais e os resultados líquidos das Águas do Planalto. Muito obrigado”

Seguidamente, foi a vez do deputado António Dinis intervir:

“Muito obrigado senhor presidente, começo por cumprimentar quem nos visita e colocar aqui algumas questões com alguns dados que foram aqui lançados. Há um conjunto de informações que não foram faladas e que gostaria que fossem clarificadas.

A primeira questão tem a ver com o financiamento comunitário, a informação que nos é dada a todos é que desta obra total de quarenta milhões, trinta milhões foram de financiamento comunitário, portanto foi pago. Se é o caso, não foi um encargo da empresa.

Há uma questão que gostaria de referir, tem a ver com os comparativos, fizemos aqui um exercício de comparação com outros bens e serviços, telemóveis, entre outros. Isto para nós não nos diz nada, diz sim quanto é que se paga em Viseu, em Guimarães

ou noutros pontos do país. Em relação a essa questão em concreto, quanto é que se paga em Tondela, em Viseu e em Guimarães; tenho faturas mas só para dizer, comparando os valores entre a fatura que os meus pais pagam das Águas do Planalto, que eu pago nos SAMS de Viseu e na Vimago em Guimarães. Os preços são quase o dobro das tarifas fixas pelo metro quadrado.

Sei que estão associados um conjunto de encargos, mas falando só do valor fixo neste caso, comparativamente, enquanto na Vimago pago 3,62, nos SAMS em Viseu pago 3,85 e para trinta e um dias aqui pagaria à volta de sete euros estes são os valores de comparação que interessa aqui discutir.

Finalmente e obviamente também isto tem implicações a seguir, porque este aumento de 1,15% que é declarado pela ERSAR é para todas as entidades creio eu. É um aumento de água nacional, correto, de 1,15.

Recentemente veio um relatório da ERSAR em que se colocava o município de Viseu nas sessenta e duas melhores águas avaliadas pela ERSAR, e as Águas do Planalto, não sei se vocês tiveram acesso a esse relatório, não estavam nessas sessenta e duas avaliadas, com critério de excelente. Portanto, eu aqui sinto que estamos a pagar caro e se calhar não será a excelente água ao preço que nos é apresentado. É o comparativo entre o mesmo bem, água aqui e ali, esta é que é a questão que a mim me preocupa; e por isso eu vi este ponto da ordem de trabalhos, reuni só estas três faturas que são aquelas a que tenho acesso direto, não quis estar a fazer uma pesquisa muito exaustiva, já vi nas redes sociais estudos mais artísticos, mais elaborados, ainda são mais baratos que estas.”.

O deputado Felisberto Figueiredo tomou a palavra:

“Boa tarde a todos que cumprimento.

Começo por agradecer a exposição feita, foi elucidativa e é sempre bom estarmos informados. É claro que a gente também percebe que há técnicas de marketing e de comunicação, que procuram apresentar as coisas de modo mais agradável. Quando compara e diz que pagamos catorze cêntimos por dia pela água aqui no concelho de Tondela, é claro no concelho de Tondela e não no conjunto de municípios. Depois multiplicar esses catorze cêntimos por setenta e três mil que é a população que esta

concessão abrange, depois por trinta dias e por doze meses, isso já dá uns milhões de euros no final do ano, de que seria importante falar.

Mas venho aqui fazer uma pergunta, com certeza que é uma pergunta inconveniente. Saber se a empresa tem uma margem de lucro que seja socialmente sustentável e aceitável ou, se porventura, a margem de lucro é excessiva. Já disse aqui, e não há muito tempo, que acho que a água até é um produto barato, é dos produtos mais baratos de consumo. Na minha fatura da água, se lhe retirasse todas as taxas anexas ao valor da água, ela ficava extremamente barata.

Depois teríamos que discutir se as outras tarifas que têm a ver com a câmara e com as instituições que estão ali associadas, são socialmente aceitáveis.

Como disse o Engenheiro Dinis, por vezes a comparação de preços entre os municípios é complicada, porque se há municípios que têm um serviço municipalizado, muitas das vezes estamos a pagar por outras vias os custos baratos dessas águas; é difícil comparar produtos que são vendidos em condições diferentes.

O que importa para mim, o importante, é saber se as empresas são sustentáveis, se o produto tem qualidade, saber se a relação qualidade/preços do serviço prestado é uma relação aceitável e se permite que a população tenha qualidade de vida, sem estar a ser explorada de uma forma indevida”.

O deputado Jorge Rodrigues continuou os trabalhos:

“Senhor presidente, apenas três pequenos esclarecimentos.

Solicitava esclarecimentos do contrato de concessão, qual o efetivo custo assumido pela concessionária, daquele valor que inicialmente seria a suportar pela concedente. Gostaria, também que nos informasse, no caso de incumprimento do presente contrato, por parte da Associação de Municípios do Planalto Beirão, qual o seu custo?

É ou não verdade que há câmaras municipais que devem aos seus fornecedores, mais propriamente às empresas que exploram a água, vendendo água mais barata que aquela que é vendida aqui atualmente em Tondela, em Carregal, em Tábua e Santa Comba Dão, mas que não pagam a quem lhes fornece, existe esta realidade em Portugal ou não existe?”

O deputado Arménio Marques solicitou a possibilidade de intervenção que lhe foi concedida pelo presidente da mesa.



“Muito obrigado pela explicação que nos foi dada, mas gostaria de mais alguns esclarecimentos. As Águas do Planalto deram vinte e cinco milhões à Associação de Municípios quando entraram nesta concessão, a Comunidade Europeia participou com as despesas da instalação deste serviço. As Águas do Planalto têm cinquenta e quatro postos de trabalho. Numa fatura de vinte e cinco euros, dezasseis euros são referentes à água; as Águas do Planalto não pagam a matéria-prima que é a água, e a água é nossa, é de todos. Agora, no campo das taxas, acho que aqui há um custo muito elevado, no que diz respeito a pagar de lixo três euros e de esgotos três euros. A água é o serviço mais barato para o consumidor”.

O presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao convidado, Dr. Luís Ferreira

“Muito boa tarde, aproveito para agradecer a oportunidade de falar sobre um assunto que me apaixona, já há quase vinte anos, que são os serviços públicos e em que vou tentar contribuir esclarecendo alguns pontos que foram aqui questionados, dentro daquilo que é o meu conhecimento técnico desta matéria.

Das perguntas que foram feitas dá-me a ideia de que aquelas para que eu posso contribuir será dar-vos uma pequena ideia do porquê dos preços de um mesmo serviço público poderem ser diferentes em vários municípios, alguns deles limítrofes. Também houve uma questão relacionada com o incentivo ou desincentivo de consumo e como é que isto se pode refletir nas tarifas; também gostaria de poder incluir nessa ideia a questão relacionada com o resto do país e relação com as dívidas dos municípios, para além da questão da propriedade da água, inclusive em comparação aos custos da eletricidade.

Em relação à primeira que é o porquê da diferença dos preços, há vários elementos que podem aqui ser considerados. Estamos a falar de serviços públicos; todo o serviço público é caracterizado por ser uma necessidade individual que só pode ser suprida pelo exercício do coletivo, em que o custo de iniciação dessa satisfação é incomportável para cada um dos membros da comunidade. Quer isto dizer que, se nós queremos água em casa a maior parte das vezes não a conseguimos captar e levá-la a



nossa casa sozinhos, precisamos da ajuda da comunidade inteira; começar esse serviço do seu início é completamente inoportuno para cada um dos membros do coletivo, o que quer dizer que os serviços públicos por definição são universais, são singulares, não têm competição e são interjencionais, o que, portanto, faz com que só aderindo todos ao projeto, faz com que esse serviço público satisfaça a nossa necessidade individual.

Depois, há aqui uma segunda característica que tem a ver com a comparação dos preços a que estes serviços públicos podem ser providenciados. Num sistema do tipo entidade pública que é soberana seja município ou não, como podem ser autonomizados, quem paga esse serviço público são apenas e só os seus utilizadores. Quando os serviços públicos não estão autonomizados eles estão contaminados com o resto do orçamento da entidade prestadora. Aqui se dá primeira a explicação: há muitos municípios que não autonomizaram o serviço público das águas e, portanto, nesses municípios não é certo que o preço da água reflita apenas e só, não em excessivo, aquilo que é o custo de providenciar esse serviço. Há municípios que arrecadam mais receita do que aquilo que são os gastos para providenciar os serviços e há outros que agem exatamente ao contrário.

A segunda justificação tem a ver com uma relação que não é unívoca, entre aquilo que se gasta na construção infraestrutural para providenciar o serviço e a capacidade de arrecadar receitas através da prestação desse serviço. Eu posso dar-vos um exemplo muito simples do que eu estou a viver num projeto em execução em Cabo Verde; trata-se de um arquipélago de dez ilhas, cada uma com a sua orografia completamente diferente e com populações completamente diferentes. Na ilha de Santiago com duzentos mil habitantes, tenho capacidade de levar um metro cubico de água a uma família gastando mil euros. Há outras ilhas onde para levar a mesma quantidade de água a uma mesma família, tenho que construir uma infraestrutura muito maior e mais dispendiosa.

Com municípios limítrofes no continente português é como se nós fossemos ilhas, basicamente, porque estamos a beneficiar de uma infraestrutura homogénea e, portanto, levar um metro cubico de água a uma família pode não custar a mesma coisa neste município ou no município ao lado, sendo que a capacidade de arrecadar receita de uma mesma família é praticamente a mesma em diferentes municípios. Portanto, se nós tivermos uma densidade populacional diferente, a nossa capacidade de arrecadar

receita não é proporcional para um investimento que temos de fazer para levar a água a essas mesmas famílias e, isto, em muitos casos, justifica a diferença de preços em municípios que, aparentemente, não tinham razão nenhuma para terem preços diferentes

Em relação às dívidas dos municípios, há alguns que não pagam a quem lhes fornece a água. Nas concessões em alta que eu acompanhei desde o início até há pouco tempo conhecem-se três gerações de concessões: as do litoral são extremamente viáveis, excedentárias, as do meio do país que são mais ou menos equilibradas e as do interior que são completamente deficitárias. Para conseguir equilibrar o esforço inicial de investimento, com aquilo que é operação e a capacidade de pagar os financiamentos, nessa última geração de concessões colocou-se lá uma cláusula que é aquela disposição do “take and pay” ou seja ou leva aquela quantidade de água ou se não a levar paga-a na mesma. Isso fez com que a maior parte dos municípios do interior resolvessem não pagar a água e, portanto, a dívida que existe neste momento é enormíssima. O número de municípios que não paga é cada vez maior e os que já não pagavam continuam a não pagar, e a dívida é uma coisa perfeitamente assustadora. Mas a verdade é que a ADP vai ter de pagar os financiamentos que contraiu.

Uma terceira questão é a do incentivo ao desincentivo ao consumo de água, ao ganho de eficiência de consumo. A água, contrariamente, a outras infraestruturas de serviço público, têm uma característica interessante: o não consumo aumenta a deterioração das condutas e como tal o não consumo devia ser penalizado. O consumo excessivo, porque está relacionado com uma má utilização de um recurso natural, também devia ser penalizado; este serviço público é o único que tem esta característica, ou seja, no início do consumo tem que ser penalizado, porque se não o consumirmos estamos a destruir a infraestrutura, na ponta exatamente contrária, no excesso de consumo, também tem de ser penalizado, porque não podemos estar a destruir o recurso que é inter-geracional. Isto, muitas vezes, explica porque é que nós começamos com uma fatura muito elevada para consumos baixos e, quando ultrapassarmos um determinado patamar, que é considerado razoável o preço por unidade consumida, dispara outra vez por aí acima. Não é normal nem é aconselhável que o terceiro escalão seja mais barato que os outros, se há municípios que o têm deveriam ser desincentivados.

A última coisa que eu gostaria de comentar tem a ver com o preço do serviço da água não incluir a matéria-prima. É verdade, e portanto aquela comparação que nós tínhamos ali entre o custo das telecomunicações e o custo da eletricidade, comparativamente ao custo da água, devíamos retirar dali dos outros dois o custo da matéria-prima, nas telecomunicações que são os conteúdos que têm de ser construídos e na eletricidade são os combustíveis que têm de ser adquiridos ou os renováveis que têm de ser subsidiados.

Mas há uma coisa que é verdade: a água não é de nenhum município em particular e, muito honestamente, apesar de ser uma questão já mais política do que técnica, custa-me ouvir dizer que “a água é minha, eu vou vendê-la aos vizinhos do lado, porque ela é minha”. Muito obrigado”

Continuou o Eng^a Diogo Faria de Oliveira, respondendo a algumas solicitações:

“Relativamente às outras perguntas mais dirigidas à empresa, quero dizer que eu aqui estou a responder em nome das Águas do Planalto.

Primeira questão: de facto estas infraestruturas devem ser um orgulho. O que se passa no resto do país não se passa aqui, não há exemplos de solidariedade intermunicipal exclusivos, fora das Águas de Portugal e portanto sob controlo do governo central, é um exemplo juntamente com outra em Aveiro, são os dois únicos exemplos de solidariedade intermunicipal que permitiram fazer por iniciativa dos autarcas uma barragem, uma estação de tratamento que serve cinco municípios e deve ser um orgulho. Está cá para ficar, está cá de uma forma controlada e sustentável.

O problema da taxa de disponibilidade, em parte, já foi respondida pelo Dr. Luís Ferreira, só queria esclarecer, porque que é assim em todo o lado ou deveria ser assim, há municípios onde não têm mas deveriam ter. Por exemplo, uma casa de um emigrante que não está cá durante onze meses, uma segunda habitação de alguém que vive ou em Lisboa ou no Porto e que tem aqui uma casa de família e que não está cá durante onze meses, a verdade é que aquela casa durante estes onze meses tem lá a água embora não esteja a ser utilizada. Nós estamos a bombar a água, está lá ociosa, é um bem visível que aquela casa tem disponível, se esta taxa de disponibilidade não existisse estas casas não estariam, a pagar um bocadinho de amortização do investimento, o significava que eram os residentes que iam suportar o metro cúbico dessa amortização. Por isso a taxa de

disponibilidade não tem só um fim económico de pagar um custo fixo, tem também um fim de distribuição por aquilo que são as habitações fechadas e as casas de consumo zero. Os consumos zeros, em certos meses de inverno, chegam a 30%, ou porque têm poços e não estão a utilizar a rede, ou porque estão fechadas.

Quanto aos aumentos extraordinários do passado, de facto a concessão teve dois momentos distintos da sua vida. Até dois mil e sete, em que estivemos a explorar as infraestruturas existentes, as tarifas eram umas. Com todos estes investimentos de entrada destas infraestruturas houve um aditamento ao contrato que prolongou a concessão por um período de mais quinze anos e que obrigava ao aumento. Entenderam as partes que estiveram a negociar, ou seja as Águas do Planalto, autarcas e Associação de Municípios que esse aumento não devia ter um único momento, deveria ser faseado ao longo de seis anos e, portanto, ano sim ano não, houve aumentos na ordem dos 11%, o aumento máximo, creio que foi de 14%, e, portanto, estes aumentos acumulados referem-se ao passado, estão feitos e não vão ser repetidos, no futuro. O contrato não permite aumentos extraordinários, além daquela fórmula de revisão de preços para futuro. O que temos hoje é perfeitamente projetável para o futuro.

Quanto aos escalões de água, de facto os escalões desincentivam o maior consumo e têm preços maiores. Primeiro para procurar que o primeiro escalão seja mais baixo e acessível, sendo que é um escalão dito escalão social. Segundo, para que se desincentive o consumo. O negócio da água é um negócio diferente dos outros negócios, é um negócio do serviço público. As empresas devem ser sustentáveis e para serem sustentáveis devem ter contas equilibradas não devem dar prejuízo, se tiverem prejuízo vão ter de cortar em algum sítio, vão ter de cortar em custos, nos serviços ou na renovação das infraestruturas. Os serviços, sejam eles públicos ou privados, devem ser equilibrados e sustentados economicamente, para que o serviço seja sempre prestado com qualidade. E aí, eu, também, tenho um grande orgulho de presidir a esta empresa e de ter uma equipa que são estas cinquenta e quatro pessoas, incansáveis dia e noite para garantirem que a água chegue às vossas torneiras com qualidade.

Foi colocada aqui uma questão sobre os selos de qualidade distribuídos pela entidade reguladora em Portugal. Em Portugal há duzentos sessenta e oito municípios, mas há quinhentas entidades gestoras de águas, porque esta exploração, por vezes, nalguns municípios, são das juntas de freguesia que distribuem a água e por vezes até

são comunidades de utilizadores que o fazem. Portanto às quinhentas entidades gestoras foram distribuídas sessenta e sete selos de qualidade. Os selos de qualidade significam qualidade exemplar, sem falha absolutamente nenhuma, na qualidade durante os trezentos e sessenta e cinco dias. Tenho pena que as Águas do Planalto não tenham recebido, não por culpa daquela estação de tratamento, mas por outros motivos, não relacionados com Tondela. Há captações em Tábua e em Mortágua que estão sobre a nossa gestão que, por vezes, têm de ser postas em funcionamento, nomeadamente no ano 2012, ano a que se referem a estes selos de qualidade. Não sei se se recordam de fevereiro de 2012, foi um ano seco, não choveu um único dia em fevereiro, pusemos em prática aqui para estes cinco municípios um plano de contingência de seca, ou seja durante o inverno pusemos estas captações a trabalhar, com medo que no verão pudesse haver falta de água. Aquela água por vezes tinha amostras, que não estavam conforme, não é que ela fosse má para saúde pública, mas o PH podia estar mais baixo ou mais alto ou o cloro podia não ser o suficiente e, portanto, não teve o selo de qualidade, não tem nada a ver com a qualidade de água que distribuímos aqui em Tondela.

Quanto à questão do prazo de amortização, do investimento dos vinte e três milhões, dos fundos de coesão, dos resultados operacionais e dos resultados líquidos. Já expliquei um bocadinho a lógica da concessão; em 2007 a Associação de Municípios e as Águas do Planalto Beirão iniciaram uma negociação com vista ao pagamento daquelas infraestruturas, em parte pelas Águas do Planalto, nós contrairíamos o empréstimo de vinte e três milhões que entregamos sob a forma de renda à Associação de Municípios do Planalto Beirão. Com esta verba, amortizou aquilo que foi a sua cota parte, fora fundos comunitários do seu investimento. Foi um cheque entregue por nós à associação e foi uma dívida que contraímos. A infraestrutura está toda paga do ponto de vista da obra, quem tem o custo do financiamento neste momento não é o erário público, não é uma dívida pública, passou a ser uma dívida de uma empresa privada que é a Águas do Planalto, neste momento isto não pesa nas contas dos municípios, pesa nas minhas contas. O que estes autarcas, na altura, fizeram foi passar dívida pública para uma entidade privada. Quanto aos resultados também já falámos, de facto a conta que fez está certa, se multiplicarmos os oito cêntimos por setenta e três mil pessoas e por trezentos e cinco dias cobre os custos que ali estão são apresentados em termos de resultados operacionais com as contas equilibradas em termos de resultados líquidos. Devo dizer que isso é saudável e positivo, não deve ser visto negativamente. A

rentabilidade, essa é controlada pela entidade reguladora, portanto se nós excedermos a rentabilidade contratual a ERSAR (entidade reguladora em Portugal) vai-nos a obrigar a reduzir as tarifas e, infelizmente, para todos, isso ainda não aconteceu, espero que um dia venha a acontecer o que significa que nós estamos a ter boa rentabilidade e isso vai-se refletir nas tarifas.

Quanto à comparação com outros serviços água, eletricidade, gás, comparei com serviços públicos e portanto o que eu fiz foi pegar num serviço público de água num serviço público de gás num serviço público de telefones, comparar e dizer que, comparativamente, a água até é um serviço barato.

Quanto é que e se paga nos outros municípios, a verdade é que hoje comparativamente com outros municípios esta água pode ser mais cara, mas a diferença é que nós não sabemos, no futuro, quanto é que vão pagar, quando digo no futuro é já para o ano que vem, não sabemos quanto é que eles vão aumentar. Não fazemos ideia pode ser 0 pode ser 50% e não sabemos quanto vai custar em 2020 nem em 2025. E aqui, nesta concessão sabemos. Eu trouxe aqui uma publicação que faz parte da Associação Portuguesa dos Distribuidores da Água, onde estão representadas as ditas quinhentas entidades e que as compara todas. A Águas do Planalto é cara, comparativamente aos outros municípios vamos ver que não é barata, mas tem uma coisa que os outros não têm, é a previsibilidades dos seus aumentos. A Câmara de Almeida é a mais cara de Portugal vamos por aí fora e aqui estão as dez primeiras em Aveiro, Mafra 30, Vizela 1,30 São João da Madeira 40, Tondela aparece aí em 50 é caro, mas não é a mais cara, há quarenta e nove municípios mais caros, mas também é verdade que há duzentos e vinte e oito mais baratos.

Por último, queria referir, por uma questão de princípio e de ética de quem está na gestão deste tipo de empresas, e aqui tanto faz serem empresas públicas ou empresas privadas, tem de ter ética senão vende outra coisa qualquer que não água. O desperdício da água não é um direito humano, a má gestão não é um direito humano, os desperdícios não são direitos humanos e as eficiências não são um direito humano. Aquilo que nos orgulhamos é de ter perdas de águas controladas, ter uma rede controlada, garantir que a água é bem gerida.

A água não deixa de ser um negócio, mas é um negócio controlado, é um negócio com ética e na realidade este é um exemplo que o resto do país devia seguir. Se

os outros municípios fizessem aquilo que estes cinco municípios fizeram aqui, não estávamos naquela situação que vimos de possibilidade da água aumentar 760%, nem de dívidas de três mil milhões de euros, nem de défice e de tarifários de quinhentos milhões de euros, nem de dívidas de municípios às Águas de Portugal de quinhentos e cinquenta e cinco milhões de euros. Acho que todos devem olhar para esta infraestrutura como sua.

Quanto à indemnização dos municípios, no contrato existe uma fórmula, perfeitamente matemática, que não depende nem de mim nem das câmaras. Sobre o valor, é óbvio que no dia de hoje há-de ser muito mais alta, do que daqui a dezanove anos porque neste momento existe uma dívida de vinte e três mil milhões, e portanto o cheque entregue à Associação teria de ser devolvido.”

Após a saída dos convidados, continuaram os trabalhos com a intervenção do deputado Jorge Henriques, (anexo 10) com a apresentação de uma moção.

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor deputado Jorge Henriques, obviamente que nós conhecemos o contrato, ele foi tornado público, já há três anos. Falei nesse contrato, porque não venha para cá agora dizer que nós somos inconscientes, que não sabemos o que estamos a falar. O senhor com certeza é que não sabia o que estava falar e não sabe, sabe porquê? O senhor fez todo o esforço com as suas perguntas aos técnicos, que pelos vistos pareciam uma encomenda, que eu registei, mas que não obtive resposta, acabou por dar um tiro nos pés. Agora, vem para qui com uma moção. O senhor acabou por dizer que veio para aqui aprender muita coisa. Então e aquelas perguntas que eu fiz? Quanto é que custava o valor de um frasco de perfume cheio de água? Não me responderam. Nem me responderam qual é o período de amortização. Nem é verdade que a fórmula seja em função dos anos, também estão lá outras coisas. Agora o que nós temos de averiguar e porque não queremos levar os concelhos à insolvência, temos que averiguar quais as responsabilidades de quem assinou aquele contrato, se está dentro das normas legais, isso é que temos de apurar. Quem não deve não teme, é esta discussão que nós queremos. Veio para aqui com uma moção e depois vem dizer que ficou esclarecido e muito contente pelas explicações que deram.” Continuou, anexo 11.

De seguida, foi a vez do deputado António Dinis:

“Em relação à proposta que é aqui dada aqui pelo PSD, com a moção, naturalmente que estamos todos de acordo. Por justiça, todos nós estamos a dizer que a água é cara, ainda mais para as pessoas mais carenciadas. Estamos completamente de acordo em relação à intenção. Agora há aqui um conjunto de questões que foram aqui colocadas e para as quais não obtemos resposta absolutamente nenhuma, esta é a verdade dos factos. Houve aqui questões que fugiram delas, desviaram-se, não vale a pena estarmos aqui a esconder o que se passou nesta sessão tipo teórico-técnica. Enfim como queiram chamar, mas a verdade é que as perguntas críticas essenciais foram todas para o lado. Tudo bem, mas agora já se foram embora, já não podem responder, também porque são eventualmente questões políticas.

O senhor Luís Ferreira disse aqui que os municípios podem decidir qual é o valor a arrecadar, isto foi o que ele disse está aqui gravado, eu tomei nota. Aqui está um carácter discricionário. Vamos ver depois como vão ser as transferências dos montantes das receitas arrecadadas da Associação de Municípios das Águas do Planalto para o município relativamente a esse serviço.

Coloca-nos aqui uma decisão política e o PSD veio exatamente confirmar aquilo que é a proposta de reduzir essa contribuição dos mais carenciados. Isto não tem a ver com ideologias e o Arménio Leite Marques veio também aqui criticar o preço de água exorbitante. Não é do PS, nem é do CDS é do PSD e acho muito bem não é uma questão ideológica, tem a ver com uma questão racional e prática, sabermos em que ponto é que estamos. Se temos a noção clara que aqui o serviço é relativamente caro, voltamos aqui à mesma conversa: temos aqui água de luxo, mas quem é que paga isso tudo?

Tivemos ao longo de tantos anos despesismos enormes, mas somos nós que temos de pagar, hoje e no futuro, esses investimentos. Mas no que diz respeito a questões práticas é bom saber qual é o encargo que esta medida tem para o município, portanto o deputado Jorge Henriques que já fez a proposta não sei se saberá qual é o montante, para nós também termos a consciência do que estamos aqui a votar. Em princípio a nossa decisão é favorável que seja efetivamente reduzido o valor do preço da água para os mais carenciados. Há um outro aspeto que foi aí referenciado e que a mim me preocupa: dos três mil e seiscentos consumidores dos concelhos das Águas do Planalto que não estão ligados, dois mil e seiscentos são de Tondela. Em termos de

percentagem de população vejam qual é a realidade de Tondela com os outros municípios. Não merece uma reflexão? “

A deputada Marina Leitão continuou os trabalhos:

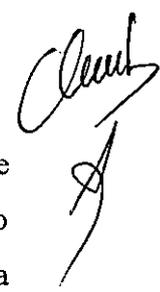
“Confesso que me incomoda um bocado determinado tipo de intervenções. Estamos a falar de um problema sério, de um problema que nos foi transmitido com dados técnicos. Não entramos na componente da questão política, estou à espera que o senhor presidente da câmara fale sobre isto, porque nos vai com certeza dar dados para podermos aqui fazer essa abordagem política. Acho que era importante contermo-nos na linguagem, fazer juízos de valor, penso que é de uma agressividade enorme. Estarmos aqui a ofendermo-nos, é escusado.

Lembro-me de ter efetuado uma proposta em 2010, as pessoas já se pronunciaram acerca disso. Vamos falar, sem estar a haver ofensa, penso que tem toda a lógica haver um ponto na ordem de trabalhos sobre este tema. Que o grupo parlamentar do PSD se tivesse preparado para o assunto, isto não é estranho, nem tem segundas intenções. Tínhamos este ponto na ordem de trabalhos, reunimo-nos e discutimos o que é que pensávamos sobre ele. Isto, não tem nada de estranho.

Queria dizer-vos, que tinha toda a legitimidade quem assinou o contrato. Não sei se está lembrado que havia três presidentes socialistas e um do PSD, de Tondela. Foram eleitos, portanto tinham legitimidade, é preciso não confundir aquilo que é legitimidade democrática. Na devida altura, foi levado aos devidos órgãos, portanto acho que também não se deve ir por aí. Aquilo com que nós estamos confrontados neste momento é com um contrato que tem determinadas cláusulas e com uma fatura que engloba outros serviços. Não podemos misturar o preço da água com os outros serviços. Precisamos de saber se o tratamento dos esgotos tem aquele preço, e a recolha e tratamento do lixo têm aquele preço. Penso que senhor presidente da câmara nos poderá esclarecer. Acho que devemos discutir isto com muita calma com muita ponderação e perceber se efetivamente dentro do contrato, num caso e no outro, as cláusulas podem obter alguma flexibilidade no sentido de baixar o valor. Muito obrigada”.

De seguida, o deputado Jorge Henriques repudiou as insinuações do deputado Joaquim Santos, no que se referia a ter sido combinado com a empresa a elaboração da moção apresentada:

“Senhor presidente, senhores deputados. Quero, Quim Santos, dizer-lhe textualmente que repudio a sua insinuação. O senhor insinuou que eu teria cozinhado aquela moção com a empresa que aqui esteve. Repudio tais afirmações e dizer-lhe que a moção vinha escrita do meu escritório, que ulimei esta manhã e que nada mais é do que um renovar da moção que aqui apresentei em abril, como o senhor se terá apercebido. Deixe-me dizer-lhe que deve elevar mais um pouco a sua forma de intervir em debate”.



A deputada Vera Machado solicitou a palavra para intervir:

“Excelentíssimo Sr. Presidente da mesa e restante mesa, Sr. Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, eu não era para intervir neste ponto, mas a discussão assim o obrigou e parece-me importante fazer aqui algumas considerações. Chego à conclusão de que tanta preocupação não passa de uma farsa, porque isto é, claramente, aproveitamento político de questões que afetam diariamente as pessoas e as vidas das pessoas. Eu acho que há aqui um ponto onde estamos todos de acordo, que é efetivamente todos nós querermos baixar o valor da fatura da água. Se temos um ponto em comum, acho que devemos deixar inflamações e trocas de argumentos e passar a questões concretas. O Partido Social Democrata fez aqui uma proposta para baixar taxas a famílias carenciadas. O Partido Socialista concorda ou não. Se concorda, resposta simples, sim ou não, preço metro cúbico da água como baixá-lo, rasgar o contrato ou não, incentivar as pessoas a ligarem à rede? Qual é a solução que apresenta afinal? Ainda não vi nenhuma proposta apresentada pelo Partido Socialista. O grupo parlamentar do Partido Social Democrata está disposto a analisar a discutir e debater as propostas e soluções para resolver efetivamente este problema”.

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Vera é óbvio que o Partido Socialista concorda com o que se propõe na vossa moção. Aquilo com que eu não concordo, de maneira nenhuma, são os considerandos dessa moção que são ofensivos para o Partido Socialista, porque não nos podem acusar de eleitoralismo ou politiquices. Há quatro anos ou há três anos e meio quando apresentámos, não ia haver eleições. Antes de receber a ordem de trabalhos para esta assembleia já tínhamos em mente propor um agendamento deste assunto ou até mesmo de uma assembleia extraordinária, como é nosso direito.



Mas na verdade, com o que os senhores cá viram dizer ninguém ficou esclarecido. Eu não fiquei, aliás, não me vieram dizer mais do que aquilo que já sabia, estiveram a falar como se estivessem a vender: a técnica do cigano.

Estamos de acordo com aquilo que se diz, baixar e haver um preço social para a água. Diga-me uma coisa, as Águas do Planalto têm prejuízo com as águas? Quem paga a água, paga o primeiro escalão, além das taxas de disponibilidade, a seis euros e tal por mês. Além disso eu pago o primeiro metro cúbico de água a quase nove cêntimos mais IVA . Às autarquias fica a menos cinco cêntimos em qualquer escalão nem que gastem mil metros cúbicos. Afinal como é: será que as Águas do Planalto estão a desempenhar a função de caridade para as autarquias? Não estão a perder dinheiro? Concordo que nas entidades privadas, o objetivo deles é ganhar dinheiro, mas temos de ver em que contexto é que essas empresas privadas existem no espaço em que são únicas fornecedoras, têm a única exclusividade do serviço e tem de haver regras quanto ao contrato. Não disse que não havia legitimidade em quem assinou, eu quero é perguntar se esse contrato tem legalidade, o que é diferente. Só saber se há ou não legalidade neste contrato, isso é que vamos averiguar. Ninguém tem de ter medo disso, porque eu não quero que se pague a cláusula de rescisão. Quero é que haja uma discussão para baixar o preço da água, vamos até onde for necessário, tanto para os mais carenciados como para todos os utilizadores, porque pagamos isso todos os meses.

Agora, quero dizer à mesa, é que, em vez de estarmos aqui a discutir, que passássemos tudo para uma próxima assembleia se quiserem, senão obviamente que o Partido Socialista votará contra essa moção, com esses considerandos. Muito obrigado”.

O deputado Arménio Marques continuou:

“Uma vez que este ponto faz parte da convocatória para a assembleia já discutimos os pontos técnicos com as pessoas convidadas e agora estamos a falar dos pontos políticos.

Uma coisa que eu queria pedir era para isso acabar de vez, para que se tratem os assuntos do concelho. Faz parte da convocatória e se estamos a discutir isto, foi bom a câmara municipal ter tomado esta iniciativa. Aquilo que eu disse há bocado tem lógica, que nem toda a gente percebe, o caso da matéria-prima, só o auditor falou nisso eu não preciso do auditor para me dizer que a água não é de ninguém, a água é de toda a gente.

O que me parece deste processo de exploração de água e de servidão de água aos cinco municípios, daquilo que eu tenho ouvido a nível nacional nós temos pouca margem para discutir. Quem está agora interessado em discutir, quem assinou, quem deixou de assinar, bem ou mal, porque que deve estar mais caro? O senhor presidente desculpe, mas há certas e determinadas coisas que convém clarificar: a nossa água é capaz de estar mais cara e nós não temos margem de manobra para a pôr mais barata. Pensem um bocadinho, as outras câmaras municipais que ali foram mostradas naquele painel servem a água por condutas antigas, nós não. Nós temos uma coisa completamente moderna, com categoria diferente. Posso esclarecer-vos o seguinte há muitos municípios que servem a água por tubos de papelão antigos, nós não. Temos um equipamento completamente novo. O que é que nós, em sessão ou em assembleia podemos pedir à câmara municipal é para estudar se há alguma possibilidade de redução e também junto das Águas do Planalto tentar que daqueles dezasseis euros se possam reduzir, Muito obrigado”.

O deputado António Dinis interveio:

“Aquilo que aqui é proposto, não uma isenção. Acho que faz mais sentido que tenhamos uma redução aos mais carenciados, mas não se deve esgotar por aí. Devíamos lutar para que haja fundamentação, porque vamos ser claros, não queria estar aqui a escarpelizar muito este assunto, mas segundo o que aparece do relatório de contas da empresa tem mais de um milhão de euros lucro, bastava ser um bocadinho de lucro. O que é lucro exagerado deve ser recalculado e, em particular, quando somos nós munícipes a pagar. Face aquilo que foi um aumento sucessivo ao longo destes anos, é evidente se aumentar sempre 1,15% o nosso caso que já é caro, vai continuar a ser sempre mais caro. Iremos votar, mas não concordamos com parte dos considerandos; não sei se o Dr. Jorge poderia, eventualmente, reanalisar um pouco os considerandos, com que nós também não nos revemos. Também gostaríamos de saber qual é o valor dessa redução”.

Seguidamente, o presidente da câmara tomou da palavra, para responder às intervenções anteriores:

“Obrigado, procurarei ser o mais possível sintético, até porque temos uma agenda considerável pela frente. Irei agrupar um conjunto de questões que me parecem ser necessárias aqui refletir: a primeira questão é que eu penso que ninguém poderá pôr

em causa a forma clara como fizemos ao introduzir este debate. O objetivo foi que, em primeiro lugar, nós pudéssemos falar das questões técnicas que nos pareciam ser necessárias. Não me parece que os convidados foram embora sem responder a alguma pergunta. Agora, se a algumas pessoas interessa não fazer as perguntas naquele momento ou fazê-las depois, aí já é de duvidar. Ouvi o senhor convidado a dizer: há mais alguma pergunta? Não estou a dizer que a resposta seja aquela que esperamos, isso é outra conversa. Penso que aquelas perguntas que foram colocadas foram respondidas.

Segunda questão que me parece importante referir é de que parece que alguém pensa que não estamos com um conjunto de condicionantes em cima de nós. Primeiro e penso que é importante referirmos, porque este contrato ou o que esteve na base de algumas questões, houve financiamento comunitário, por isso houve necessidade de haver vinte e três milhões de euros do lado da concessionária a ceder através de cheque à Associação de Municípios Planalto Beirão, para que esta, por sua vez, pudesse regularizar a sua situação. Penso que esta pergunta foi transversal a três ou quatro pessoas aqui. Com este plano, havendo financiamento comunitário, como é que mesmo assim houve necessidade de haver uma injeção de vinte e três milhões? Penso que esta pergunta foi uma pergunta dominante.

Estes investimentos tiveram financiamento comunitário em valores que oscilaram entre setenta e cinco a oitenta por cento, portanto quer dizer que uma parte, necessariamente, de capitais próprios tinham ser garantidos, também é verdade que no contrato de constituição da associação na transmissão para a associação de municípios desta concessão estava previsto que os municípios deveriam por si financiar proporcionalmente este investimento. À época, a assembleia municipal aprovou a concessão das águas à Associação de Municípios do Planalto, a transferência desta competência está lá prevista neste modelo. O modelo pressupõe que se o investimento fosse de quarenta milhões, onde vinte por cento tinham de ser de capitais próprios dos municípios. São oito milhões, cada município teria de entrar com dois milhões. No âmbito destes investimentos, nem todos os investimentos foram elegíveis, desde logo, todas as pavimentações feitas em vias intervencionadas, com as adutoras distribuidoras de rede. Nenhuma foi elegível. Como também é verdade que, face à candidatura dos fundos de coesão, essa candidatura demorou mais de quatro ou cinco anos, com investimentos no terreno, investimentos da associação de municípios e que para tal teve que se financiar na banca pagando juros, que andarão entre cinco a seis milhões.

Associados a este investimento enquanto não vieram os reembolsos dos oitenta por cento, em 2007 ou 2006 ou 2005, a associação de municípios viu-se confrontada com uma simples realidade que era: ou os municípios, proporcionalmente, injetavam três, quatro milhões, para satisfazerem os seus compromissos, sob pena que os outros catorze municípios dos dezanove que não têm o subsistema das águas dizerem: “nós não podemos estar a arcar com uma despesa que não é nossa, a água é para cinco municípios nós somos dezanove não temos de estar a pagar o dos outros”. Esta é a realidade, e penso, também, já aqui foi dito várias vezes nas assembleias passadas que, perante esta situação, o que, então, quem tinha legitimidade para tomar estas decisões, a associação de municípios, tomou as decisões de ter de fazer uma renegociação da concessão, prolongando-a e à conta disso a concessionária disponibilizou os meios financeiros para satisfazer os encargos que então existiam.

Penso que temos que ter sempre presente este ponto, porque se os municípios tomassem a decisão, hoje, de analisarem desses vinte e três milhões quanto é que ainda falta pagar, e viessem a suportar essa diferença, naturalmente que este modelo de parceria seria reequacionado. Não tenho dúvidas nos valores que foram aqui apresentados que aparentemente, na tal fatura média dos dezasseis euros de água, quarenta por cento nestes dezasseis euros é para custos financeiros dos vinte e três milhões.

Quero referir que vamos ter um problema idêntico no que diz respeito aos resíduos. Explicarei, daqui a pouco, aquando do orçamento sobre essa questão, o endividamento público que foi transferido para o endividamento privado, à conta de uma renda que se prolonga no tempo. Foi o contrato de aditamento sufragado, do ponto de vista da legalidade.

Outra pergunta que aqui ouvi e respondo: a entidade que é reguladora do sistema, ERSAR, naturalmente, se entendesse ou tivesse entendido que não estavam satisfeitos os requisitos legais do ponto de vista da formalidade deste aditamento, teria e terá a qualquer momento, a legitimidade de dizer: os senhores que tomaram a iniciativa de fazer o aditamento, nas condições em que já referi, não observaram este ou aquele princípio.

É um facto que este documento tem o visto do ERSAR. Nessa perspetiva como sei que o movimento ou os movimentos gerados recorreram para a Procuradoria-Geral

da República, nós vivemos num país democrático e, portanto, não há nenhum ato que não seja sujeito ao escrutínio das entidades que têm poderes fiscalizadores e poderes de regulação. Não tenho nenhum problema, pelo contrário, em que todas estas entidades se pronunciem e emitam parecer sobre o conteúdo.



Outras questões que ainda me parecem importantes: saber quando termina o prazo de amortização, se o contrato respeita as normas legais, se quem votou, votou contra os interesses dos seus representados.

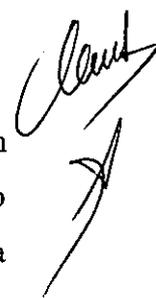
Primeira questão, a amortização está definida no plano de negócios, penso que todos percebemos que, anualmente, há uma fórmula de cálculo para a revisão dos preços. Entra com várias variáveis, desde os preços ao consumidor, se o lucro da empresa disparar, por absurdo, naturalmente que isso é refletido com um não aumento. De onde podemos concluir que, se houver amortização, mais depressa há lucro, portanto a amortização está prevista, tanto quanto eu pude ler no contrato e no plano financeiro ao longo do período de vigência da concessão. Claro que me pode dizer que pode haver “habilidade” de facultar uma engenharia financeira em que não demonstra estes resultados, então para que são os auditores?

Queria centrar-me naquilo que me parece importante do ponto de partida: o contrato. Naturalmente que está com a blindagem que os contratos têm, com a segurança que têm e que tem alguns indicadores que temos a obrigação de controlar, de monitorizar. Perante isto que opções temos pela frente? Essa é que é a discussão que temos de fazer?

Uma outra discussão é saber que modelo de gestão pública é que queremos, nos ditos serviços de concessão pública, sejam eles a água, sejam os resíduos sólidos urbanos, sejam eles outros serviços; e se devem ser subsidiados ou se devem ser geridos num princípio de boa gestão financeira e ao mesmo tempo estarem a caminhar num princípio de utilizador/ pagador. Não deixo de dizer que não há nenhum financiamento comunitário que não exija ao lado um estudo de viabilidade económica ou financeira, estudo este que determina em que condições é que se faz a operação da exploração. Eu vou dar o exemplo que vivi num mandato anterior: acompanhei candidaturas POVT, na área do ambiente, um conjunto enorme de ETAR's que estão hoje em construção. Tivemos de demonstrar qual era o preço de tratamento do metro cúbico de água residual doméstica, entre trinta e um a trinta e quatro centimos. É o preço que está definido,



porque se assim não fosse a entidade financiadora POVT diria: se os senhores têm dinheiro para financiar a exploração de um sistema, não repercutindo no utilizador/pagador o custo, então utilizem esse dinheiro para reconstruir essa infraestrutura e não venham pedir fundos comunitários.



Em relação à receita dos resíduos sólidos urbanos, quero referir que temos uma fatura média, hoje, entre sessenta e cinco mil euros/mês, de recolha e tratamento, quer isto dizer que corresponde, em média, a aproximadamente, entre setecentos e setecentos e cinquenta mil euros/ano na nossa fatura. A receita dos resíduos sólidos urbanos, em média, situa-se entre os trezentos e trinta, trezentos e cinquenta mil euros, isto é, nós estamos a cinquenta por cento do custo que temos com o lixo. Dir-me-ão: é um sistema justo? É discutível... O sistema é universal e toda a gente paga? Não paga toda a gente, porque todo aquele que não tem contador de água, não está a pagar resíduos sólidos urbanos; e esse é um desafio que devíamos aqui um dia debater: como vamos construir um sistema mais universal, porque se for mais universal é mais justo e pode baixar o custo unitário!

As Águas do Planalto estão a cobrar os resíduos sólidos urbanos e a tarifa de saneamento, numa parceria para com os municípios. Houve a perspetiva, para tornar esta operação mais universal, em tempos passados, utilizar a EDP, como parceiro, para que na sua fatura fosse cobrada a tarifa de resíduos sólidos urbanos e de saneamento. A EDP recusou essa parceria e, amanhã, nada impede que as Águas do Planalto adotem o mesmo princípio.

Nós não temos possibilidade de os obrigar, porque se lerem o contrato nada aí se encontra nesse sentido. Se me perguntarem se o sistema é suficiente, do ponto de vista financeiro, no saneamento e nos resíduos sólidos urbanos, digo que não é. Estamos a chegar aos cinquenta por cento das receitas, a este nível, esta é a nossa realidade.

Não deixo de registar a possibilidade que temos de considerar, com algum cuidado, de analisar a situação das famílias ditas carenciadas. Falta determinar qual é o termo de carenciado. Não é possível chegar a valores sem saber o que é carenciado, se o carenciado é o que recebe duzentos e vinte euros de reforma e, ao mesmo tempo, possui cento e cinquenta ou duzentos mil de aplicações bancárias, ou se o carenciado é o que recebe duzentos euros de reforma e zero de aplicações bancárias. Tudo isto é relativo,



portanto essa é outra questão, naturalmente que isto implica um regulamento que venha a ser discutido, aprovado e avaliado.

Outro nível, tem a ver com famílias numerosas, porque estes sistemas públicos penalizam quem tem pouco consumo e penalizam quem gasta mais, mas o gastar mais pode corresponder à situação de uma família numerosa, e não que não é aquela que desperdiça. Vamos abrir um processo negocial a esse nível para que estes dois campos possam ser acompanhados, quer no custo quer na taxa da disponibilidade da água, e admito na área dos resíduos e na área do saneamento, poder seguir a mesma linha de pensamento. Agora temos é de identificar de que forma isto é aplicado.

Mas, dizem-me: o nosso objetivo é ir muito mais longe, é baixar para toda e qualquer pessoa o preço do metro cúbico da água. Eu direi: essa solução só teria qualquer viabilidade se os municípios assumissem uma injeção de capital dentro do sistema. Muito obrigado”.

Foi verificada a ausência, sem justificação, dos deputados Horácio Rodrigues, António Pereira, João Paulo Tavares, Luís Fernando Pereira e Jorge Soares, de acordo com o exposto na alínea a) do ponto 3 do artigo 5º do regimento de funcionamento da assembleia municipal de Tondela.

O presidente da assembleia municipal continuou os trabalhos e informou que não tendo o deputado Jorge Henriques alterado a moção que apresentara, como fora solicitado pelas bancadas do PS e CDS/PP, iria colocá-la à votação da assembleia. A mesma foi aprovada por maioria com os votos contra de Joaquim Santos, Catarina Ferreira, Marta Franco, Jorge Marques e António Sérgio Almeida e com as abstenções de António Dinis, António Dias, José Ferreira e Firmino Melo.

Apresentaram declarações de votos os deputados Joaquim Santos e António Dinis, (anexos 12 e 13 respetivamente).

O presidente da assembleia continuou os trabalhos e os deputados Joaquim Santos e Felisberto Figueiredo, invocando o adiantado da hora e a premência dos pontos ainda para discussão, propuseram a continuação da assembleia na segunda-feira seguinte. Colocada a possibilidade desta alteração à votação, foi rejeitada por maioria com os votos contra dos deputados: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Leite Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, António

Dias, Abílio dos Santos, Sandra Coimbra, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, Firmino Melo, José Dias, Armando Laranjeira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes, José Pereira Mendes. Foi registada a abstenção do deputado Felisberto Figueiredo.

O mesmo deputado apresentou justificação para a sua ausência na continuação dos trabalhos, que foi aceite pelo presidente da mesa.

2.3. Análise, discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Ano Civil de Dois Mil e Catorze

Dada a palavra ao senhor presidente da câmara municipal, este interveio. (anexo 13)

A deputada Vera Machado apresentou a sua exposição oral, de seguida. (anexo 14).

Depois, foi passada a palavra ao deputado António Dinis. (anexo 15)

Por sua vez, o deputado Joaquim Santos questionou diversos pontos das GOP e do Orçamento, nomeadamente o fato de o senhor presidente da câmara ao abrigo do estatuto da oposição ter convocado os líderes da oposição os ouvir sobre os documentos acima referidos. No entanto, Joaquim Santos assinalava que as propostas que aí tinham sido feitas não poderiam ter sido vertidas nos documentos, por estes se encontrar já ultimados. Tendo como base as GOP e o orçamento, colocou também algumas questões: sobre o modelo de protocolos de colaboração que se venham a realizar e a aprovar por esta assembleia, sobre os custos da Parceria Publico Privada /Tondelviva, sobre custos de intervenção no Parque Escolar do concelho, protocolos com as IPSS (plurianuais), dívidas da Associação de Municípios do Planalto Beirão, atribuição de uma verba de 25 000 à Associação de Eventos do Caramulo, EN2 – requalificação viária em Canas de Santa Maria. Alertou também o senhor presidente da câmara para a necessidade de verificação específica da execução das empreitadas, nomeadamente no que diz respeito ao asfaltamento de ruas e à espessura do tapete aplicado, isto porque numa estrada recentemente asfaltada em Vilar de Besteiros se verificava uma diminuição significativa (de 2cm em vez de 5cm) do tapete.

O deputado Jorge Henriques interveio. (anexo 16)

Quanto às intervenções, o Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:

Que o valor referente ao saneamento diz respeito à requisição de ramais. Como são expetativas, a requisição de ramais é feita com base na média dos últimos 24 meses. O valor que apresentou relativamente ao ano de 2013 refere-se à dotação, pois o valor cobrado a 31 de outubro de 2013 foi de 43928.25 euros.

No que diz respeito ao valor associado aos resíduos sólidos, esse valor existe para abrir a rubrica, caso seja necessário dar entrada de receita. Quanto às receitas provenientes da recolha de lixo e saneamento, esses valores correspondem a transferências privadas bimensais. Como deveria saber, à luz dos princípios de contabilidade, não há acerto de contas.

Na área de despesas, a que identifica como Edifícios / Outros, essa despesa de investimento, classe 07 está totalmente distribuída por diversos projetos do PPI.

Relativamente à questão sobre a requalificação / ampliação dos Paços do Concelho, tratam-se de trabalhos de requalificação de vários espaços do edifício.

No que diz respeito à dinamização dos Centros de Animação Local, reporta-se a um novo projeto à luz do qual se pretende apoiar a dinamização desses espaços particularmente com as respetivas instituições que gerem o seu funcionamento.

Relativamente à obra de remodelação da rede de água e saneamento à vila do Caramulo, a gestão da mesma, após a execução das obras manter-se-á na esfera das Águas do Planalto, tal como já hoje acontece e como é do conhecimento do senhor membro da Assembleia.

As transferências para a Associação de Municípios do Planalto Beirão referem-se a valores anuais que se reportam à recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Estes valores referem-se a 2014 e incluem dívida de 2013 e o valor da dívida é diferente consoante os anos.

No que se refere ao Plano de Valorização da Serra do Caramulo, as obras previstas são as que se enquadram no relatório de avaliação do ICNF.

A requalificação dos parques desportivos será avaliada em função das situações mais críticas, situação aliás que esteve na esfera de competências do senhor membro da Assembleia quando era vereador.

O Presidente da Câmara afirmou que registou a discordância do senhor membro da Assembleia em relação ao apoio à Associação de Parada de Gonta.

Quanto aos valores relativos à iluminação pública, o Presidente da Câmara referiu que esperava que a avaliação que o senhor membro da assembleia fez deste ponto, tivesse uma leitura mais sólida; que soubesse que o IVA relativo à iluminação pública alterou, bem como foi abolida a tarifa bonificada referente à iluminação pública, passando a mesma a ser cobrada ao abrigo dos valores das tarifas das baixas tensões normais, valores regulados pela ERSE.

No que respeita à RUCI e REC a candidatura enquadra-se nos objetivos e programa que o regulamento comunitário prevê, sendo verdade que a dinamização, a transferência de boas práticas e a capacitação serão relevantes para a boa concretização desses projetos.

Relativamente à questão levantada sobre a PPP Tondelviva, o senhor Presidente da Câmara afirmou estranhar, e muito, que o senhor membro da assembleia insinue não ter conhecimento das condições financeiras e contratuais da PPP Tondelviva, em particular tratando-se em alguns casos de equipamentos desportivos. Os contratos financeiros que serão pagos no ano 2014 serão os mesmos que existiam em 2013.

Quanto às Termas de Sangemil, o Presidente da Câmara afirmou que o seu executivo tem uma visão sustentada para o futuro das mesmas. Não é possível continuar a explorar um balneário com prejuízos sistemáticos apesar do investimento feito com técnicos de promoção. Deitar dinheiro fora seria fazer obras de fachada e não resolver problemas estruturais. A candidatura a que alude o senhor membro da Assembleia, como deve saber, não resolvia os problemas estruturais. Como referimos nos vários documentos estratégicos que apresentámos na nossa candidatura, pretendemos construir um novo balneário termal, garantindo melhores condições competitivas a essa infraestrutura.

Em relação às intervenções dos senhores membros da Assembleia, Vera Machado e Jorge Henriques, agradeço o contributo positivo de que as mesmas são

portadoras e a visão partilhada que fundamenta a nossa estratégia de desenvolvimento do Concelho, sabendo que encontraremos soluções para os diferentes problemas dinâmicos que surjam.



Relativamente às questões levantadas pelo senhor membro da Assembleia Joaquim Santos, importa esclarecer que a Associação nacional de Municípios Portugueses, bem como um conjunto de consultores que estão a colaborar neste domínio, discutem o modelo que titulará os diferentes protocolos que venham a ser constituídos através de documento enquadrador que respeite princípios de maior eficácia e transparência, pelo que virá a esta Assembleia Municipal o modelo de enquadramento.

A PPP Tondelviva foi aprovada nas condições conhecidas por esta Assembleia, sendo verdade que os seus custos têm expressão orçamental.

Em relação ao Parque Escolar, introduzimos este novo projeto nas GOP, abrindo a possibilidade da Câmara Municipal poder promover a requalificação da Escola Secundária de Tondela, se para tal os fundos comunitários forem disponibilizados. Os protocolos com as IPSS, com custos plurianuais, são os que já existiam em 2013.

As dívidas da Associação de Municípios do Planalto Beirão ficarão refletidas na conta de gerência, em função da dimensão percentual que o Município de Tondela tem nessa Associação, e que ronda os 700 000 euros. A Associação de Eventos do Caramulo é a promotora, entre outras, do Caramulo Motor Festival, pelo que a verba incluída nas GOP destina-se a esses fins. Relativamente a verbas inscritas de obras que estão em curso ou concluídas, as mesmas refletem valores a pagar aos adjudicatários.

Acerca da empreitada de asfaltagem em Vilar de Besteiros, a obra não tem receção definitiva e as anomalias / deficiências já foram comunicadas ao adjudicatário para promover a sua correção. Assim, não tem aceitação quaisquer suspeitas que a sua intervenção possa querer indiciar.

Colocado o documento à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções dos deputados: Joaquim Santos, António Dinis, Catarina Ferreira, António Dias, Marta Franco, José Prazeres, Jorge Marques, Firmino Melo.

O deputado Joaquim Santos apresentou uma declaração de voto. (anexo 17)



2.4. Análise, Discussão e Aprovação da autorização prévia nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro

O presidente da câmara esclareceu que a autorização se enquadrava no âmbito dos princípios previstos na Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso. Acrescentou que, à luz da citada Lei, haverá a obrigatoriedade da Câmara prestar informação à assembleia dos compromissos que venham a ser assumidos no quadro da presente deliberação.

Não houve intervenções, sendo colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.5. Análise, discussão e aprovação do mapa de pessoal para 2014

O presidente da câmara informou a assembleia que o mapa de pessoal apresentado estava de acordo com o que se encontra legislado. Fundamentou a estruturação apresentada, a qual evidencia um ajustamento da colocação e posicionamento de vários colaboradores aos serviços efetivos onde trabalham. Ainda se prevê a possibilidade de alargar o posicionamento de técnicos superiores, conseqüente a alguns processos de mobilidade que podem ser equacionados.

O deputado António Dinis questionou o presidente da câmara sobre o número de técnicos superiores refletidos na área educativa, número superior ao existente nas atividades de enriquecimento curricular e sobre um gestor de energia constante no mapa. Também referiu que este não indicava o número total de funcionários.

O presidente da câmara esclareceu que os técnicos superiores refletidos na área educativa não eram unicamente os professores a desenvolver funções nas AEC's, abrangia também outros técnicos.

Não houve mais intervenções, pelo que foi o mapa de pessoal colocado à votação tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do deputado José Prazeres.

2.6. Análise, discussão e aprovação do projeto de delimitação de área de reabilitação urbana do Caramulo

O presidente da câmara apresentou o documento como sendo um instrumento de incentivo à reabilitação do património urbano da vila do Caramulo, procurando promover o investimento.

Justificou o perímetro definido por ser onde se localizam prédios com elevada degradação, que urge possibilitar que possam ser reconvertidos ou refuncionalizados, já que, como estão, não contribuem para uma efetiva atração, por apresentarem um impacte visual, ambiental e patrimonial negativo.

No quadro dos incentivos fiscais, realçou o estímulo que representa o facto das operações e intervenções que venham a ocorrer nesta área passarem a estar sujeitas, apenas, à taxa reduzida de IVA (6%), o que representa um incremento competitivo nos custos das operações de reconstrução.

Por fim reforçou que com este plano se pretende potenciar instrumentos facilitadores, sem esquecer que o município não pode substituir os investidores privados.

O deputado José Prazeres interveio para afirmar que projetos deste tipo já deveriam ter sido implementados há muito tempo. Disso se ressentia a vila do Caramulo.

De seguida, foi a vez do deputado António Dinis questionar o presidente da câmara sobre quem pagaria este projeto, se era o Estado ou os privados, sobre a elaboração do mesmo que apresentava erros grosseiros relativamente às infraestruturas de apoio e sobre algumas das designações contidas no documento. Referiu, na sua opinião, pontos fortes do documento a assinalar: valor florestal e paisagístico, saúde e bem-estar, Hotel do Caramulo; e pontos fracos tais como: falta de um trabalho estruturado e sistematizado no setor do turismo, falta de unidade hoteleiras diversificadas, falta de cuidados de saúde primários. Questionou, ainda sobre o custo do estudo, sobre se alguém do executivo tinha lido o mesmo, que conclusões tiraram e como deixaram passar tantos lapsos ou erros.

Seguidamente, o deputado António Ferreira interveio. (anexo 18)

O presidente da câmara respondeu, clarificando que a sua análise se centrou nas implicações fiscais e na área física da intervenção.

Acerca dos erros ou lapsos referidos, contextualizados na caracterização do território, assumiu-os, referindo que teriam resultado de algum descuido da equipa externa que acompanhou o projeto, mas que iriam ser feitos esses ajustamentos e correções.

O documento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

A deputada Marta Franco informou, que por motivos pessoais, teria de se ausentar e, por isso, solicitava a concordância da sua saída. O presidente da mesa informou a assembleia e anuiu à sua solicitação.

2.7. Análise, discussão e aprovação de Protocolo contratual a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tondela sobre direito de superfície de prédio rústico

O presidente da câmara informou a assembleia que o prédio rústico não poderia ser adquirido por recurso a escritura de compra e venda, em virtude de no documento que titula a posse do mesmo por parte da AHBVT, existir uma cláusula de reversão, a qual determina que se a associação pretendesse vender o bem, o mesmo reverteria a favor da família João Cardoso, que havia sido a doadora desse terreno.

Acrescentou que, com esta operação, se pretendia promover o alargamento do cemitério de Tondela, bem como o eventual enquadramento na área de equipamentos desportivos confinantes.

Não houve intervenções, pelo que foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.8. Análise, discussão e aprovação de isenção à ACERT do IMI

O presidente da câmara informou a assembleia que a isenção de IMI do prédio urbano onde se encontra a ACERT se justificava por esta ser uma instituição a quem é conferido o estatuto de utilidade pública.

A Lei prevê, nestas circunstâncias, a obtenção desse benefício fiscal. Acrescentou que a situação agora exposta decorre do facto da constituição da propriedade horizontal do Novo Ciclo - Centro de Recursos Culturais e Desenvolvimento Regional e da cedência entretanto realizada à ACERT e que foi objeto de deliberação desta assembleia.

Não havendo intervenções, foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2.9. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Não houve intervenções.

3-Período aberto ao Público

Interveio o senhor José Franklin acusando a câmara de o ter prejudicado e demonstrando o seu descontentamento, ressaltando que a câmara atual nada tinha a ver com o sucedido.

Não havendo nada mais a tratar foi dada por concluída a sessão, tendo o presidente em exercício desejado a todos os presentes desejos de um bom fim semana.

Foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: Carlos Coelho

O 1º Secretário: Serdauher

O 2º Secretário: [Assinatura]

anexo 1



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Foi recentemente apresentado o guião com orientações para uma inadiável reforma do Estado

O documento emanado do Governo é uma proposta aberta, nem podia ser de outra maneira

Em primeiro lugar, desde logo, porque o futuro do Estado interessa a todos, sem excepção. Em segundo, e não menos importante, porque várias das reformas nele elencadas excedem o tempo da actual legislatura.

Por ser uma proposta aberta, o Governo vai dirigir-se aos partidos políticos e aos parceiros sociais, com a disponibilidade necessária para ouvir, debater, alterar, em nome do interesse nacional que é de todos.

O envolvimento de todos é fundamental no sucesso desta imperiosa iniciativa uma vez que a recuperação da soberania de Portugal nos deve permitir a escolha de políticas públicas eficientes e sustentáveis, não esquecendo que o equilíbrio orçamental inscrito no Tratado europeu contém objectivos de médio e longo prazo, tendo sempre presente que a procura de soluções para um Estado melhor não é um exclusivo de qualquer corrente de opinião.

Para além de ser uma proposta aberta, este documento tem objectivos que, globalmente, são de médio prazo. Evidentemente, nem todas as ideias ou propostas carecem do mesmo tempo político. Mas reformas importantes aqui previstas, para serem adequadamente pensadas, negociadas, elaboradas, executadas e monitorizadas e acompanhadas no seu impacto, devem ter um horizonte que vai até ao final da próxima legislatura. O método proposto para reformar é o do gradualismo.

Deliberada e naturalmente, o Governo não incluiu, neste documento, matérias que são essencialmente competência de outros órgãos de soberania. Mesmo sobre temas que podem inscrever-se numa próxima revisão constitucional, em que o Governo não dispõe de poder de iniciativa, as referências são apenas de carácter político.

Ao lançar estas orientações, o Governo atua com humildade democrática. Não há reformas de um Estado multiseccular que comecem ou terminem com um documento. Mas vemos nestas orientações a possibilidade de abrir um debate racional, participado e necessário que permita melhorar políticas públicas, transversais e sectoriais, de modo a realizar o bem comum.



O futuro do Estado interessa a todos. A pior das nossas atuações seria querer manter o atual estado de coisas.

A emergência financeira que vivemos deu-nos lições, dolorosas é certo, que não podemos esquecer.

Depois de concluído o Programa de Assistência Económica e Financeira, Governo defende a inclusão da "regra de ouro" da disciplina orçamental, para que não sejam cometidos novos excessos de endividamento.

Deverá ser consensual a definição do objectivo de Portugal ter um saldo primário positivo, assegurando a redução da dívida e da despesa, apostando na qualificação dos agentes da Administração Pública: menos funcionários e mais bem pagos, apostando na renovação do pessoal técnico especializado, numa revisão do modelo de avaliação dos funcionários públicos (valorização do mérito e do desempenho), acentuando restrições da acumulação de funções nos sectores público e privado ao mesmo tempo que se faz um investimento no combate à corrupção e na transparência.

Exmo Senhor Presidente

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Mas reformar é diferente de cortar.

Enquanto "cortar" é reduzir; reformar é melhorar. "Cortar" é cumprir metas; reformar, é mudar de modelo.

Não nos podemos esquecer que "cortar" é uma consequência dos erros passados, reformar pode e deve ser a condição para acertar no futuro. Enquanto que "cortar" obedece a uma restrição orçamental. Reformar cria condições para, estruturalmente, o Estado ser menos pesado e a sociedade ser mais forte.

A reforma do Estado é um processo contínuo e coerente. Não começa agora nem se esgota num simples documento.

Reformar o Estado é ganhar eficiência através do reforço da política de concorrência para garantir a função reguladora numa economia de mercado, aprofundando a simplificação dos procedimentos e reduzir a burocracia.

Reformar o Estado é tornar a Justiça mais amiga do cidadão e da economia constituindo-se como elemento facilitador de toda a dinâmica empreendedora.

Reformar o Estado é garantir que não é o cidadão que deve suportar os custos exagerados do Estado; é o Estado que tem de se conter e ser financiado por uma carga fiscal mais moderada.

Reformar o Estado é garantir a existência sustentada do Estado Social: queremos fazer reformas para garantir a sua viabilidade; temos o objectivo político de o preservar. O nosso objectivo é reformar, pensando na coesão social e com abertura à negociação política e na concertação social.

Reformar o Estado é garantir a consolidação orçamental colocando a dívida pública em valores aceitáveis nas próximas décadas.

A Reforma do Estado sendo imperiosa, necessária e urgente visa, essencialmente um melhor Estado no Século XXI.

Não se pretende nem estatização nem Estado mínimo. Pretende-se um melhor Estado lutando por um equilíbrio entre as funções que o Estado não deve delegar e procurar sustentabilidade naquelas que deve garantir directamente, tornando as Administrações Públicas menos pesadas, visando, ao mesmo tempo, reforçar o poder dos cidadãos, das famílias, das empresas e das instituições.

Em suma, o propósito mais duradouro desta reforma é reforçar a confiança dos portugueses no Estado, pois todos sabemos que políticas sustentáveis geram mais confiança e tornam as instituições mais credíveis, tornando o nosso país mais competitivo, liderante e confiável.





VOTO DE PESAR

O Grupo Parlamentar do PSD propõe a esta Assembleia um voto de sentido pesar pelo recente falecimento de um dos maiores vultos do último século, que nos deixou em legado impar e historicamente difícil de igualar. Falo como é evidente de Nelson Mandela, ou Madiba como era popularmente conhecido.

Madiba foi ao longo da sua vida um verdadeiro herói, que se empenhou de forma intensa no combate à injustiça cometida contra os negros. À semelhança de Gandhi, tanto na ilegalidade como na clandestinidade Madiba lutou sempre pela via do direito, fugindo sempre àquilo que parecia mais fácil, a via da violência.

Enquanto preso, o ódio não lhe altera os seus verdadeiros sentimentos, e uma vez libertado, e mais tarde transformado em homem de Estado, ele dá provas dum verdadeiro talento, tentando e conseguindo pela via da negociação, nem sempre fácil, a paciência, a tolerância, e a democracia de modo evitar um verdadeiro derramamento de sangue.

Mas a sua maior virtude, e que o transformou num ícone mundial, sem paralelo no mundo da história, foi, pesem todos os maus tratos e sacrifícios por que passou enquanto esteve preso e exilado, ter renunciado à vingança, para personificar uma nação de esperança, de convivência inter-racial, até então nunca conseguida.

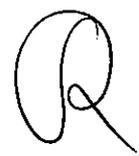
É para este gigante da vida e do mundo, cuja dimensão perpetuará, ao longo de toda a história, que com todo o



mercimento lhe queremos manifestar ~~este~~ nosso voto de
merecido e sentido pesar.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Abílio', written in a cursive style.

Abílio Rodrigues dos Santos

A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'R'.



NA PASSAGEM DO TRIGÉSIMO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO ACIDENTE QUE VITIMOU, ENTRE OUTROS, FRANCISCO MANUEL LUMBRALES DE SÁ CARNEIRO, OCORRIDO EM 4 DE DEZEMBRO DE 1980, QUERO EVOCAR AQUI AQUELE QUE FOI UMA DAS FIGURAS MAIS PROEMINENTES DA POLÍTICA PORTUGUESA, ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL DE 1974. FUNDADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, E Primeiro-ministro DE PORTUGAL DURANTE OS PRIMEIROS ONZE MESES DE 1980, SÁ CARNEIRO ERA UM FIGURA ÚNICA, ONDE A CORAGEM, A COERÊNCIA E A FIDELIDADE E INTEGRIDADE AOS SEUS IDEAIS POLÍTICOS, FIZERAM DELE UMA PESSOA SUPERIORMENTE RESPEITADA E RECONHECIDA PELA GRANDE MAIORIA DOS PORTUGUESES, INDEPENDENTEMENTE DAS SUAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS.



TRINTA E TRÊS ANOS PASSADOS SOBRE A SUA MORTE É DE TODA A JUSTIÇA EVOCAR E RECORDAR NESTA ASSEMBLEIA, ESSE GRANDE POLITICO PORTUGUÊS QUE A HISTORIA JAMAIS APAGARÁ E QUE SE CHAMOU FRANCISCO SÁ CARNEIRO.

Handwritten signature and a symbol resembling a stylized 'S' or 'D'.A handwritten symbol resembling a stylized 'R' or 'Q'.

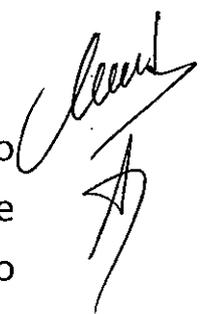


A FALSA MEMÓRIA DE MÁRIO SOARES

O Grupo Parlamentar do PSD, baseado em princípios de natureza política e democrática, sente-se com toda a legitimidade na obrigação de manifestar nesta Assembleia o seu mais veemente repúdio pelas desastrosas e odiosas palavras de incitamento à violência, e ao levantamento popular, proferidas por uma pessoa que já foi primeiro-ministro, Presidente da República e líder do maior partido da Oposição. Mário Soares está no seu pleno direito, direito que a própria democracia lhe consagra, de reunir quando quiser e no lugar que quiser, os conjurados que entender como ^{os} mais capazes de o acompanharem com fortes aplausos alguns mesmo a atingirem os limites da histeria, nos seus mais disparatados discursos. O Encontro de Mário Soares na Aula Magna de Lisboa, mais do que um convite à violência e ao levantamento popular, traduziu-se por intervenções maquiavélicas, sem qualquer sentido político nem democrático, dado que para além ~~de~~ mais do que perigosos ataques ao actual governo, eleito democraticamente pelo Povo, não saiu daquele encontro qualquer alternativa nem contributo político que pudesse alegrar e dar ânimo e esperança ao povo Português. Para além da verborreia e do chorrilho de perigosas ameaças que ele procurou incutir na mente dos portugueses contra o actual governo, Mário Soares esqueceu-se, por vontade própria ou por qualquer doença do foro psicológico que ele próprio enquanto Primeiro-ministro, passou entre 1982 e 1985, uma profunda crise económica e social de proporções demasiadamente perigosas para a época, mas que ele na altura justificava como normais, através de discursos que ainda hoje estão na mente de muitos portugueses. Quem não se lembra das seguintes frases



proferidas por Mário Soares a vários órgãos da comunicação social, logo a seguir à assinatura do memorando de entendimento com o Fundo Monetário Internacional, realizado em Agosto de 1983.



“Quem vê do estrangeiro este esforço e a coragem com que estamos a aplicar as medidas IMPOPULARES, aprecia e louva o esforço feito por este governo” JN-28.04.1983

“Fomos obrigados a fazer SEM CONTEMPLAÇÕES, o diagnóstico dos nossos males colectivos e a indicar a terapêutica necessária” C.Manhã - 06.05.2013

“Os problemas económicos em Portugal são fáceis de explicar e a única coisa a fazer é APERTAR O CINTO” DN 27.05.1984

“Não se fazem omeletas sem ovos. Evidentemente teremos de partir alguns. DN.01.05.1984

“Portugal habituou-se a viver, demasiado tempo, acima dos seus meios e recursos. RTP – 01.06.1984

“O desemprego e os salários em atraso. - Isto é uma questão das empresas e não do Estado, ou melhor é uma questão que faz parte do livre jogo das empresas e dos trabalhadores. O Estado apenas deve garantir o subsidio de desemprego”. JN – 28.04.1984

“A Associação 25 de Abril, é qualquer coisa que não devia ser permitida a militares em serviço. Quem presidia a esta Associação era o seu camarada Vasco Lourenço. Idem

Eis também o testemunho da forma como o País se encontrava na época, segundo um comentador de política nacional da RTP.



Os impostos subiram, os preços dispararam, a moeda desvalorizou, o crédito acabou, o desemprego e os salários em atraso tornaram-se numa chaga social, havendo bolsas de fome por todo o País.



Regressando historicamente a esse período é necessário lembrar ainda que a moeda era o escudo, e que em tempos de crise económica e financeira era legalmente possível recorrer ao fabrico de dinheiro. Esta situação todavia, tinha como consequência imediata, uma forte desvalorização da nossa moeda permitindo assim que as

, nossas exportações para o exterior se processassem a preços de saldo. Fazer isto hoje, como é óbvio, é absolutamente impossível, dado que com a nossa entrada no euro, as exportações feitas hoje, têm um valor económico muito mais elevado do que as exportações realizadas entre 1982 e 1985. Por outro lado, é bom não esquecer também os limites a que chegou nesse período a inflação em Portugal, e consequentemente a elevada taxa de juros praticada pela Banca às Empresas que chegou a atingir o limite dos 35%, enquanto a taxa pelos mesmos bancos em aplicações financeiras, se situava à volta dos 25%.

Como se pode verificar através de todos estes dados, que julgo terem sido a tradução fiel de alguns dos muitos problemas que afectaram Portugal entre 1982 e 1985, as palavras proferidas por Mário Soares na Aula Magna de Lisboa, foram ocas e vazias de



conteúdo, num esquecimento pelo passado, que traduz provavelmente alguns sintomas de Alzheimer, na pessoa de quem as proferiu.

Antes de terminar a minha intervenção, gostaria também de repudiar numa forma muito veemente as palavras grosseiras e brutescas proferidas nesse mesmo Encontro, por um "democrata de grande estirpe" para os camaradas de extrema-esquerda, de seu nome Vasco Lourenço que numa atitude absolutamente patética, afirmou trauliteiramente que o governo devia ser corrido à paulada. Para quem se recorda, já o seu camarada Otelio Saraiva de Carvalho, em 1975, e à semelhança dos imperadores romanos, que mandavam para as arenas os católicos que iam apanhando, pretendeu enviar para a praça de touros do Campo Pequeno, muitos portugueses, nomeadamente os apelidados de retornados do ex-império colonial português.

Tinha pelo Dr. Mário Soares admiração e respeito político, não deixando mesmo de negar que votei nele, quando se candidatou a Presidente da República, por não ter muita confiança no candidato da direita que era o Dr. Freitas do Amaral. Com o tempo, essa admiração e o respeito que tinha pelo Dr. Mário Soares começou a diluir-se, atingindo neste momento a tolerância zero.

Mesmo para terminar teceria um comentário, que considero bastante interessante – a ideia do Dr. Mário Soares julgar os políticos actuais, quando estes terminarem o mandato é uma feliz e belíssima ideia. Mas estes julgamentos deverão ter efeitos retroactivos, começando-se desde já a programar a construção de novas cadeias - cadeias dignas e com algum luxo, à verdadeira dimensão dos seus futuros ocupantes. Não estou a ver o DR.

em 12.5.2012

Mário Soares, e outros em Alcoentre, em Paços de Ferreira, no
Linhó, ou em Vale de Judeus. Isto são cadeias para gente pobre.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alcoentre', with a large, stylized initial 'A' below it.

ABÍLIO RODRIGUES DOS SANTOS

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R'.

ando 4
[Handwritten signature]



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

VOTO de PESAR

Falecimento de Nelson Mandela (1918-2013)

O grupo parlamentar do PS de Tondela apresenta um sentido voto de pesar pelo falecimento de Nelson Mandela, no passado dia 5 de Dezembro. Advogado, líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, é sem dúvida, o pai da pátria da moderna nação sul-africana, uma figura ~~de~~ inesquecível que marcará para sempre o Sec. XX. Nobel da Paz em 1993, a sua morte torna o mundo mais pobre. Uma referência de coragem, dignidade e determinação na defesa das causas justas. O seu nome e legado permanecerá como sinónimo de esperança para todas as vítimas de injustiça e discriminação em qualquer parte do mundo.

Para que a sua obra não fique esquecida, o grupo parlamentar do PS propõe ainda, e na sequência do que foi discutido na Assembleia da CIM Dão-Lafões, que o município de Tondela inclua, num futuro próximo, uma rua com o nome de tão ilustre figura.

As nossas sentidas condolências à viúva e restante família.

Os deputados

Marta Marques
Cecílie Hauer
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Handwritten mark]



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Sr. Presidente da AM Tondela

Sr. Presidente da CM Tondela

Srs. Deputados e Deputadas

As previsões do Governo de regresso a (possíveis) taxas de crescimento positivas já no próximo ano, não vão poder contornar uma marca profunda deixada pelo que se passou durante os últimos anos: o país se sair da crise, sairá com menos pessoas do que quando entrou. Ora vejamos, Portugal vai ser o único dos países com uma intervenção da *troika* a registar uma redução da sua população residente entre o início da crise financeira internacional e 2015, o ano que se prevê que seja já de retoma em toda a Europa. A redução acumulada será, calcula Bruxelas de qualquer coisa como 130 mil pessoas. Este é um caso inédito entre os países mais pressionados a corrigir os seus desequilíbrios orçamentais.

Mas olhemos também aos que por cá ficam... Temos um país com zonas bastante deprimidas, desertificadas, temos uma classe trabalhadora cansada de austeridade e de sacrifícios, temos um desemprego jovem altíssimo e as perspectivas para a inversão desta tendência são um oásis. Temos a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e os militares descontentes. Temos os pensionistas e reformados a serem desrespeitados. Temos uma economia pouco competitiva, alienamos património todos os dias, vendemos a alma de uma nação aos credores. E acima de tudo, um Governo que nos ataca, sim, ataca os portugueses que cá ficam porque acreditam neste país, e que nos ludibria diariamente na promessa de que a austeridade nos trará a solução. Que Estado é este para o futuro de Portugal?

Um Estado que não confia nas suas Instituições, que põe em causa os seus Tribunais, que descredibiliza as suas Escolas e Universidades? Já dizia Mandela: "A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo". E "Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria é uma concha vazia".



Os meus votos para 2014 é que com educação, respeito e solidariedade possamos mudar o rumo a que este país foi conduzido e finalmente dar a volta e devolver o sorriso e a confiança a todos os portugueses.

Boas Festas a todos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cláudia', written in a cursive style.

A deputada

A handwritten signature in black ink, reading 'Neta Marques', written in a cursive style.A handwritten mark or signature in black ink, consisting of a stylized letter 'R' or similar character.

anexo B

1



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhores membros da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores

O dia de hoje marca o início de uma nova etapa na vida autárquica do nosso concelho.

Depois da azáfama pré-eleitoral e eleitoral, depois da corrida aos novos mandatos e arrumada a casa, este é o primeiro momento de debate que envolve as diferentes forças partidárias, e cujas representantes foram eleitos para este órgão deliberativo. A partir de agora, e mais que o passado, interessa-nos discutir o futuro!

O grupo parlamentar do Partido Socialista assumiu compromissos com os seus eleitores, e que respeitará.

Sendo, este, um órgão deliberativo, o seu papel é fundamental na definição das estratégias de investimento e desenvolvimento para o nosso concelho. E é, também por isso, que lutaremos

Mas é também um fórum político - nunca poderá deixar de se assumir como o espaço privilegiado para o debate; quando discutimos as causas nacionais, estamos a contribuir para a defesa dos interesses dos tondelenses, denunciando ou apoiando medidas que mexem com os seus interesses; custe o que custar, incomode a quem incomodar, nunca abdicaremos desse debate; Numa situação em que todos os dias se sente a mão pesada da injustiça social, atropelando sempre os mesmos e os mais desprotegidos, ninguém pode

ficar indiferente. Quando se despe o interior do país dos mais básicos serviços que nos dão um mínimo de dignidade enquanto cidadãos, não podemos ficar calados! Quando se esvazia a região dos mínimos exigíveis aos serviços de saúde, de educação e de proteção social, num constante aumento das dificuldades de quem aqui vive, e se perpetuam e agravam os já parcos recursos económicos das nossas famílias, não podemos permanecer em silêncio.

Todos somos obrigados a assumir essa responsabilidade porque estamos aqui voluntários e foi para isso que nos propusemos a ser eleitos.

As autarquias não podem ser um veículo de oposição, mas muito menos podem ser um prolongamento das políticas de qualquer governo, sobretudo quando estejam em causa medidas que provocam perdas e são ofensivas aos legítimos direitos de todos os munícipes!

No anterior mandato, e dizemo-lo com toda a clareza, houve momentos altos, mas também momentos constrangedores – assistimos à valorização do vício partidário sobre a vontade das pessoas. Quem assistiu, pode testemunhar! Se é certo que as ações ficam com quem as pratica, também é verdade que o justo acaba sempre por pagar pelo pecador!

A elevação da política faz-se com atos, não com palavras ou ilusões! A denúncia dos vícios contagia toda a classe política, e é aqui que se situa a linha que separa a promiscuidade da dignidade.

Se um partido político é, por definição, um grupo de pessoas com os mesmos interesses, ou um conjunto de interesses para as mesmas pessoas, não pode haver liberdade quando certas escolhas se vão desenhando à medida das vontades dos mesmos de sempre!

Os interesses municipais não podem ou, pelo menos, não devem, servir apenas alguns, e que, sem coincidências, são sempre os mesmos. Durante décadas, o concelho de Tondela obedeceu sempre às mesmas formas de fazer política. Se para uns, que gostam, serviu para encher o olho, para outros, que gostam menos, serviu para se sentirem excluídos de um sistema de distribuição de favores!

Afinal, o que leva alguém a deixar-se embriagar por uma tamanha sedução de poder? Não procuramos respostas, porque ninguém ousará responder; por isso, entendemos, é tempo de novas políticas e de novos caminhos.

Se a Liberdade é o mais sagrado compromisso entre a alma e a dedicação, nós desafiamos todas as forças partidárias a experimentarem esta forma de fazer política, tal como nós, Partido Socialista, que prometemos e vamos cumprir – **dar a liberdade de escolha aos autarcas eleitos pelo PS e que representam os seus territórios! Sejam livres!**

Estamos certos que cada um saberá assumir, em consciência, essa responsabilidade e merecerão sempre o nosso respeito e a nossa admiração!

O nosso compromisso está assumido, e o nosso desafio está lançado! – Este é o tempo certo para isso.

Mas deixamos um aviso: não nos venham com aquelas conversas manhosas de que essa liberdade não precisa de compromissos. Afinal, trata-se apenas de um gesto tão fácil como simples, mas que requer a coragem de ser capaz de o fazer!

Senhores membros da assembleia municipal,

A hora é mesmo de desafios, de mudanças. Permitam que me dirija à mesa desta assembleia, e em particular ao senhor presidente,

O Partido Socialista acredita, com toda a sinceridade, que os trabalhos serão sempre dirigidos no sentido da maior elevação e dentro dos princípios democráticos e de isenção; não queremos falar do passado, mas não podemos esquecer-lo – o que se revelou, sobretudo nas últimas sessões, foi mau o bastante para desejarmos que aquilo não mais se repita. Os mais básicos princípios de urbanidade estiveram constantemente arredados.

Conte connosco, senhor presidente, para, todos juntos, levarmos a cabo uma missão que não é fácil, mas que está ao nosso alcance - a dignificação da assembleia municipal de Tondela, sem disfarces e sem embrulhos de natal! Conte connosco!

E agora para si, senhor presidente da câmara municipal,

O senhor e o seu partido foram os vencedores das últimas eleições autárquicas; acerca desse resultado, em tempo oportuno, e no lugar certo, já nos pronunciamos e não voltaremos a fazê-lo.

Permita-me, no entanto, e em nome do Partido Socialista, dizer-lhe com toda a sinceridade:

A partir de agora, vale o futuro e, como é natural, nós seremos oposição! Não estamos a dar-lhe uma novidade, sabemos. Mas reafirmamos que estaremos atentos e seremos responsáveis;

Nunca seremos intransigentes, mas apenas exigentes. Faremos oposição – que lhe sirva de própria motivação, esperando assim contribuir para um melhor desempenho das suas funções.

Sabemos que não precisa dos socialistas para governar este concelho, mas queremos ser ouvidos; há um significativo número de eleitores que representamos, e devemos-lhes a esperança que depositaram nas nossas causas.

Permita-nos, ainda, lançar-lhe um desafio:

Afinal, o nosso concelho não é aquele tão apregoado oásis! Nem tampouco um exemplo de tamanha saúde financeira, do tamanho do mundo, que nos quiserem vender.

É, antes de tudo isso, um concelho como tantos outros, carregando o fardo de compromissos financeiros a longo prazo e com pesadas taxas de juro, com um défice de infra-estruturas homogéneas e racionais, que acumulou dívidas e assumiu encargos de manutenção, sonhando quimeras que alguém há-de pagar, numa prática de despesismo disfarçadamente escondido, do tipo *“quem sair por último, que desligue o interruptor”!*

Por isso, senhor presidente: use a sua maioria para ser audaz – seja diferente!

Não governe para daqui a 4 anos, governe para 4 anos.

Pode, sinceramente, contar com a nossa lealdade institucional e acredite que poderá contar ainda com o nosso apoio sempre que haja transparência nas suas decisões e do seu executivo e sempre que as suas medidas e do seu executivo saibam respeitar os princípios de justiça e igualdade.

O Partido Socialista também contará com o seu respeito pela diferença que, afinal, resultou simplesmente da escolha das populações. Acredite que, a troco de nada, nos move um único objetivo – encontrar as melhores soluções para as nossas gentes e para o nosso território.

Por fim, e para os membros desta assembleia, dizer-vos que podem contar com o nosso trabalho e com o nosso respeito, sobretudo na defesa das nossas relações pessoais.

Mas não abdicaremos, nunca, das nossas convicções nem dos nossos compromissos!

Um bom Natal para todos!

Tondela, 20 de dezembro de 2013

Pel’o grupo parlamentar do Partido Socialista



anexo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 20 de dezembro de 2013

EXMO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

CARAS E CAROS DEPUTADOS MUNICIPAIS

COMUNICAÇÃO SOCIAL

MINHAS SRAS E MEUS SRS:

Vivemos tempos difíceis em Portugal. A austeridade imposta pela troika, necessária para o controle da despesa pública nacional e para o cumprimento das exigências dos nossos credores internacionais, tem norteado muitas das políticas seguidas pelo atual governo ao longo destes anos tão difíceis para milhões de portugueses. Os funcionários públicos e os pensionistas com pensões mais elevadas têm sido particularmente atingidos pela voracidade da máquina fiscal. O “enorme aumento de impostos” apanhou muitos contribuintes do setor público e do setor privado, mas os seus efeitos são mais evidentes na administração pública e nos pensionistas já que muitas empresas encontraram formas legais de darem alguma folga aos seus colaboradores. E fizeram muito bem. Só com esta folga obtida no privado, a que se adicionou o soltar um pouco o garrote (subsídios cortados em 2012) através da decisão do tribunal constitucional, foi possível obter **um crescimento económico que nos deve dar alguma esperança para o futuro.** Por isso, é normal pensar-se que as medidas restritivas quando são tomadas, são para todos. **Mas, estranhamente, nem sempre é assim.** O recente episódio da promoção do anterior Diretor Nacional da PSP a Oficial de Ligação em Paris por parte do Senhor Ministro da Administração Interna **foi uma vergonha nacional.** Ensina-se que devemos castigar a incompetência e o erro, e a premiar o mérito. Ora aqui foi exactamente o contrário. **Premiou-se a incompetência para salvar o ministro.** 12 mil euros mensais, mais ajudas de custo em Paris, daria para colocar pelo menos meia dúzia de agentes no moribundo posto da GNR do Caramulo.

Sr. Presidente da Câmara, faça o favor de levar este recado ao ministro do seu partido e aos seus colegas da direção nacional do PSD. Diga-lhes que, a austeridade quando chega, deve ser para todos.

Vivemos tempos estranhos em Portugal. A ética e a moral na ação política têm sido muitas vezes postas de lado. O chico espertismo e o oportunismo têm sido reinantes e por isso a opinião pública coloca-nos a todos nós que somos políticos, num patamar muito baixo de credibilidade. Manter a nossa palavra, a nossa honra, os nossos valores e as nossas convicções acima de tudo o resto, paga-se muitas vezes caro. As retaliações para quem não segue o caminho dos iluminados e abençoados pelo sistema são frequentes, embora por vezes encapuçadas em decisões de gestão. **Mas cuidado, a opinião pública não deixará de prestar muita atenção aos atos praticados pelos decisores políticos, independentemente do julgamento eleitoral feito de quatro em quatro anos.** Como disse, os tempos que vivemos são estranhos.

E é também por isso que quero deixar aqui uma palavra de apreço e muito respeito pela atitude demonstrada pelo deputado da CDU nesta assembleia, que não se deixou levar pelo canto da sereia do PSD e assim ajudou à minha eleição para a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões. Quero também agradecer aos membros do PS nesta assembleia pela minha inclusão na vossa lista e dizer-vos a todos vós que esta nossa decisão colectiva já teve resultados práticos muito importantes para a nossa região. **Tondela teve uma voz forte e determinante, assente no princípio da lealdade e solidariedade políticas, que serviu para alertar todos que as unanimidades vazias e os consensos forçados não são benéficas para a democracia e para o bem comum dos nossos concidadãos.** A esse propósito, foi aprovada por unanimidade uma moção proposta inicialmente pelo PS e também pelo CDS, a que se associou o posteriormente PSD, na defesa da construção da Auto-estrada Viseu-Coimbra e pela ligação ferroviária Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca em bitola europeia.

Aproveito para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela sua eleição como vice-presidente do Conselho Intermunicipal, desejando-lhe um bom mandato. Tondela continua representado nos órgãos de decisão da CIM e oxalá tenha a mesma força e capacidade reivindicativa que teve o Dr. Carlos Marta. A ver vamos.

Já agora, solicite que façam uma correcção no portal da CIMVDL, pois aparece lá como "vice-presidente da Câmara Municipal de Tondela".

Vivemos tempos estranhos...e eu que não acredito em bruxas!

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Exmos. Senhores
- Presidente da A.M. Tondela
- Deputados, público.

anexo 8

Após a cerimónia de tomada de posse ocorrida no passado dia 14 de outubro, foi desenvolvido um trabalho de afirmação do Município nas estruturas associativas intermunicipais.

Na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, o Município de Tondela está representado no respetivo Conselho Diretivo.

Na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, ocorreu uma problemática associada à indefinição das condições de dupla maioria a que estão sujeitas as deliberações, no quadro da Lei nº 75 de 12 de setembro, e que determina que qualquer decisão tenha de obter a maioria dos votos dos representantes dos municípios e de que esta maioria, também, corresponda à maioria da população da região da CIM Viseu Dão Lafões

Relembrou que só após três reuniões, sempre suspensas no ponto da eleição do presidente da CIM, por falta de acordo político para a obtenção desta dupla maioria, foi possível encontrar uma solução que recolheu o consenso.

Assim, o Município está representado no Conselho Intermunicipal desta entidade, detendo uma das vice-presidências.

No que diz respeito à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Presidente da Câmara de Tondela foi eleito para o Conselho Geral desta associação durante o XXI Congresso, realizado no passado dia 23 de novembro em Santarém.

Quanto à estratégia de requalificação da Serra do Caramulo, a prioridade inicial foi o restabelecimento das ligações e do serviço de água e rede de fontanários. Seguidamente, foram realizados os inquéritos por parte do Instituto Nacional de Estatística para aferir os prejuízos e definir as áreas de intervenção prioritárias.

Assim, terão lugar no início do próximo ano as intervenções associadas à redução dos riscos de erosão, e que passam pela requalificação de caminhos, linhas de água, valetas, aquedutos, taludes e vias de circulação.

Do projeto delineado consta também o plano de reflorestação, que prevê a reflorestação em áreas com potencial interesse na produção, a reflorestação natural e espontânea nas áreas onde existia pinheiro adulto, cuja semente (pinhão) se encarregará de tal tarefa e a plantação de espécies autóctones nas áreas com maior interesse turístico e ecológico.

Por fim, o plano de requalificação da Serra do Caramulo pressupõe também o envolvimento da comunidade na reflorestação e na observância das regras legais associadas ao plano de ordenamento florestal.

O Presidente da Câmara informou a Assembleia que a Tondelviva irá cessar a atividade da exploração termal do balneário termal de Sangemil, pelo facto da sua natureza de intervenção deixar de ter sentido no quadro dos objetivos que agora se colocam a este balneário termal e que deverá promover uma gestão capaz de produzir resultados de exploração que se aproximem de valores positivos.

Assim, os funcionários que se encontravam afetos a esta atividade serão dispensados, por se ter extinguido o posto de trabalho.

Neste quadro, o município irá assegurar a exploração do balneário, recorrendo às parcerias necessárias para o bom desempenho desta tarefa.

O executivo camarário encontra-se também a analisar e irá definir brevemente uma estratégia de eficiência e gestão dos



diferentes equipamentos e instalações concelhias, gestão essa que se pretende que seja adequada aos fluxos de interesses dos municípios. Assim, poder-se-á proceder ao ajustamento dos horários de funcionamento de pavilhões, piscinas, Biblioteca Municipal e Museu Terras de Besteiros para que se possa continuar a garantir sempre a prestação de um serviço de qualidade, mas ajustado às frequências mais relevantes.



Após a entrada em funções deste executivo realizaram-se diversas reuniões, das quais se salientam as seguintes:

- reunião com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e com os responsáveis da EDP relativamente a questões sobre as iluminárias públicas;
- reunião com os representantes dos partidos que não tendo funções executivas no município, estão representados na assembleia municipal, no quadro da lei nº 24/98 de 26 de Maio, e observando o princípio constitucional do direito da oposição democrática;
- reunião com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia que teve como objetivos a preparação do Orçamento para 2014 e a avaliação das implicações das Leis 73/2013 e 75/2013, nomeadamente no que respeita à definição das competências legais das Juntas de Freguesia;
- reuniões da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- reuniões da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- reunião com a Senhora Diretora do Centro de Emprego de Tondela;



- participação no Conselho Regional do Centro;
- reunião com responsáveis das Águas do Planalto;
- reunião com responsáveis do Instituto Português do Desporto e Juventude;
- reunião com o comandante da Guarda Nacional Republicana do destacamento territorial de Santa Comba Dão.

Do: *Presidente da Câmara de Fátima*



OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL

© ZOOM // REBENTAR AS ÁGUAS

Abastecimento público de água é uma bomba relógio

Tarifas Presidente das Águas de Portugal diz que podem estar em causa os serviços num futuro próximo

100 Anos = 6000 €

100

R



OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL

🔍 ZOOM // REBENTAR AS ÁGUAS

Abastecimento público de água é uma bomba relógio

Tarifas Presidente das Águas de Portugal diz que podem estar em causa os serviços num futuro próximo

Insustentabilidade no setor da água

► **TARIFAS**

O PRESIDENTE do Conselho de Administração das Águas de Portugal (AdP) alertou para a insustentabilidade do setor, afirmando que é uma "bomba relógio" que pode pôr em causa os serviços. "Infelizmente, mantêm-se problemas no setor que carecem de resolução urgente: a sustentabilidade diferencial anual de mais de 700 milhões de euros. As tarifas não cobrem os custos. Temos uma "bomba relógio" que, a não ser resolvida, faz com que possa estar em causa os serviços num fu-

turo próximo", frisou Afonso Lobato de Faria.

O responsável falava na comissão parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. Reafirmou que o setor "está insustentável" e tem de ser equilibrado. Defendeu, igualmente, que são precisos "muitos investimentos" por que "as ineficiências começam a aparecer, como as perdas de água", que rondam atualmente cerca de 40%.

.....
TAMBÉM DISPONÍVEL
EM WWW.OJ.E.PT

R

OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL

◎ ZOOM // REBENTAR AS ÁGUAS

Abastecimento público de água é uma bomba relógio

Tarifas Presidente das Águas de Portugal diz que podem estar em causa os serviços num futuro próximo

Insustentabilidade no setor da água

► **TARIFAS**

O PRESIDENTE do Conselho de Administração das Águas de Portugal (AdP) alertou para a insustentabilidade do setor, afirmando que é uma "bomba relógio" que pode pôr em causa os serviços. "Infelizmente, mantêm-se problemas no setor que carecem de resolução urgente: a sustentabilidade diferencial anual de mais de 700 milhões de euros. As tarifas não cobrem os custos. Temos uma "bomba relógio" que, a não ser resolvida, faz com que possa estar em causa os serviços num fu-

turo próximo",

! O responsável pelo Parlamento de Territórios Reafirmou que "tentável" e tem Defendeu, igual cios "muitos il que "as inefici aparecer, como : A Águas de Portugal teve lucros de que rondam au 89,6 milhões de euros, em 2011. 40%.



ÁGUAS

Dívida das empresas da Águas de Portugal aumentou mais de 20% para 613 milhões

A dívida de curto prazo das empresas do grupo Águas de Portugal (AdP) aumentou 20,3% em 2011 para 613 milhões de euros, devido às dificuldades de tesouraria associadas aos recebimentos das câmaras, segundo as contas anuais da empresa. As dívidas dos municípios atingiam 450 milhões de euros no final do ano passado. Por outro lado, o desvio tarifário destas empresas alcançou 112,3 milhões de euros em 2011, aumentando em 38% o défice para 430,2 milhões de euros.

.....
TAMBÉM DISPONÍVEL
EM WWW.QUE.PT

OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL

◎ ZOOM // REBENTAR AS ÁGUAS

Abastecimento público de água é uma bomba relógio

Insustentabilidade no setor da água

► TARIFAS

O PRESIDENTE do Conselho de Administração das Águas de Portugal (AdP) alertou para a insustentabilidade do setor, afirmando que é uma "bomba relógio" que pode pôr em causa os serviços. "Infelizmente, mantêm-se problemas no setor que carecem de resolução urgente: a sustentabilidade diferencial anual de mais de 700 milhões de euros. As tarifas não cobrem os custos. Temos uma "bomba relógio" que, a não ser resolvida, faz com que possa estar em causa os serviços num fi-

turo próximo de Fátima.

O responsável pelo departamento de Relações Públicas da AdP afirmou que "os défices anuais são de 40%".

que rondam os 89,6 milhões de euros, em 2011.

o mesmo tamanho destas empresas alcançou em 2011, aumentando em 38% o défice para 430,2 milhões de euros.

 TAMBÉM DISPONÍVEL
EM WWW.OJ.EPT



OS Desequilíbrios do sector das águas são hoje um facto incontestável

© ZOOM E no Planalto Beirão? público de água é uma bomba relógio AS ÁGUILAS Como é que o preço da água vai evoluir?



Insustentabilidade no setor da água

A água pode descer?

PARIS

O presidente do Conselho de Administração das Águas de Paris, Philippe Aillon, para a insustentabilidade do sector, acrescentando a uma "bomba relógio" que pode estourar em qualquer momento. Infelizmente, não se prevê uma redução dos custos de produção de água, o que significa que os preços de venda da água vão continuar a subir. Aillon acrescenta que a água é um recurso essencial e que a sua distribuição deve ser feita de forma equitativa. Ele também menciona a necessidade de investir em infraestruturas para garantir a qualidade e a segurança da água.

uma nova...
to de Pa...
Cresce...
potencia...
mento d...
Realizam...
realizava...
Desempe...
riscos" im...
que "as...
aparece...
que tendem a...
40%.

TAMBÉM DISPONÍVEL EM APLICATIVO

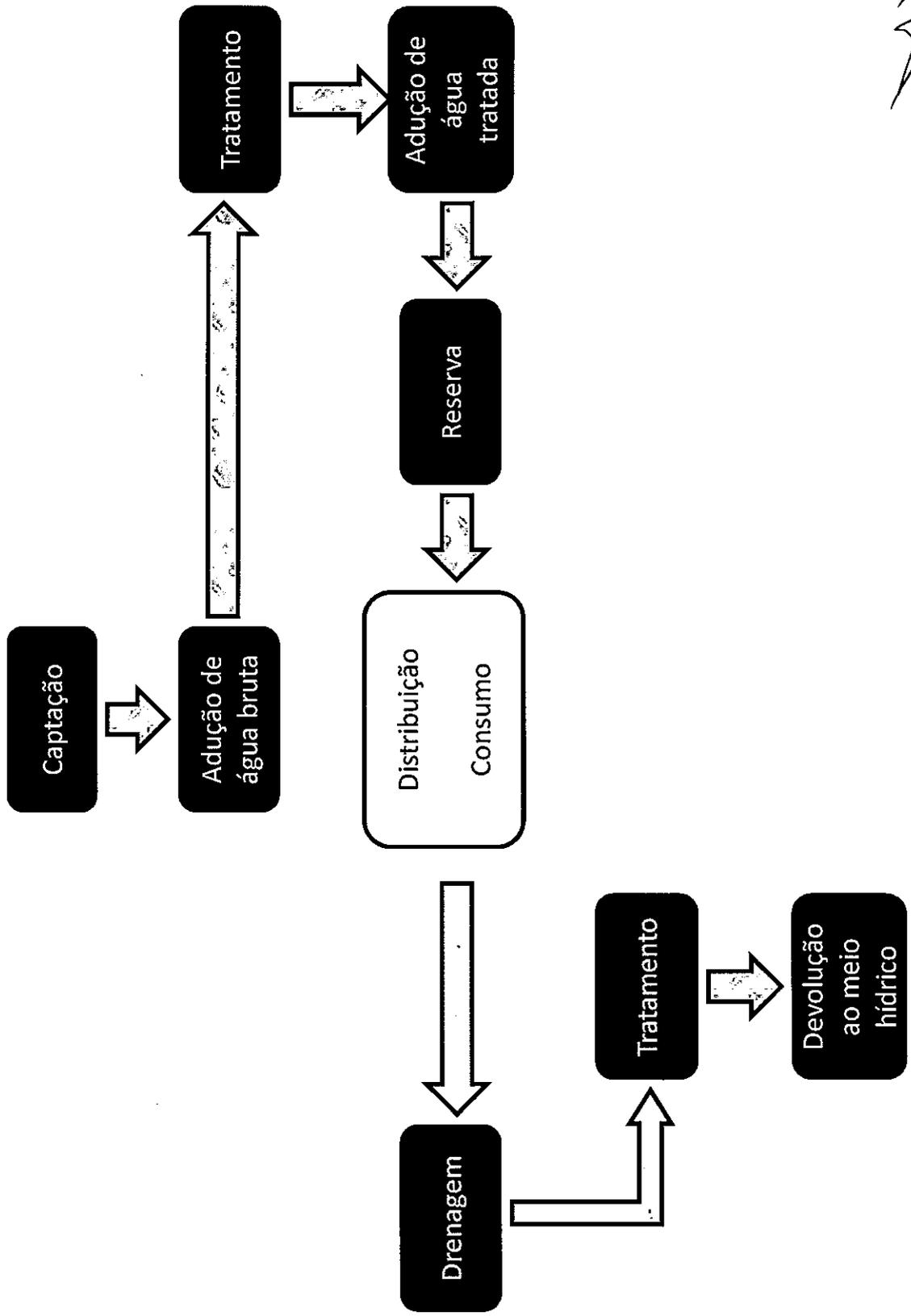


ÁGUAS DO PLANALTO

Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água aos
Concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela



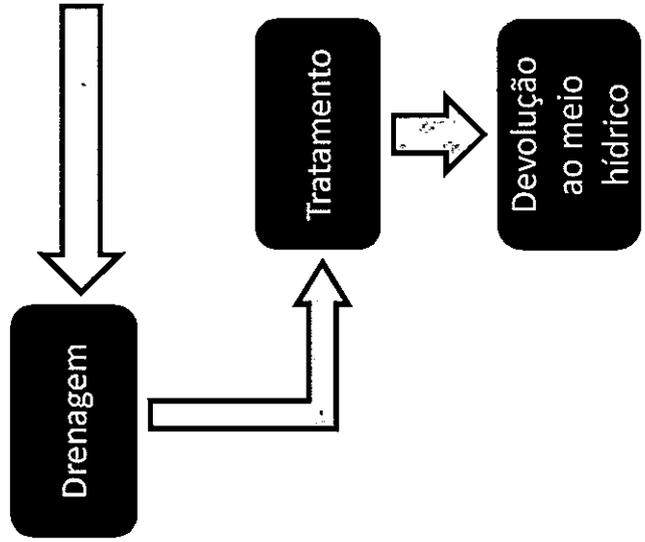
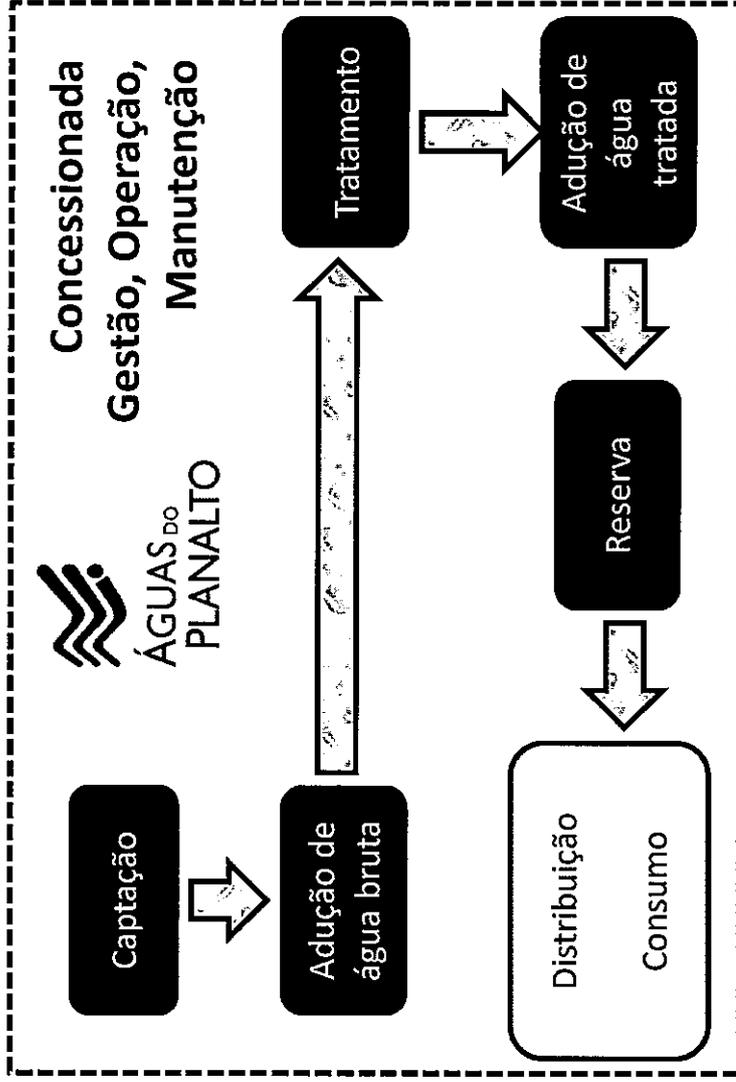
O CICLO URBANO DA ÁGUA



Handwritten signature

Handwritten signature

O CICLO URBANO DA ÁGUA

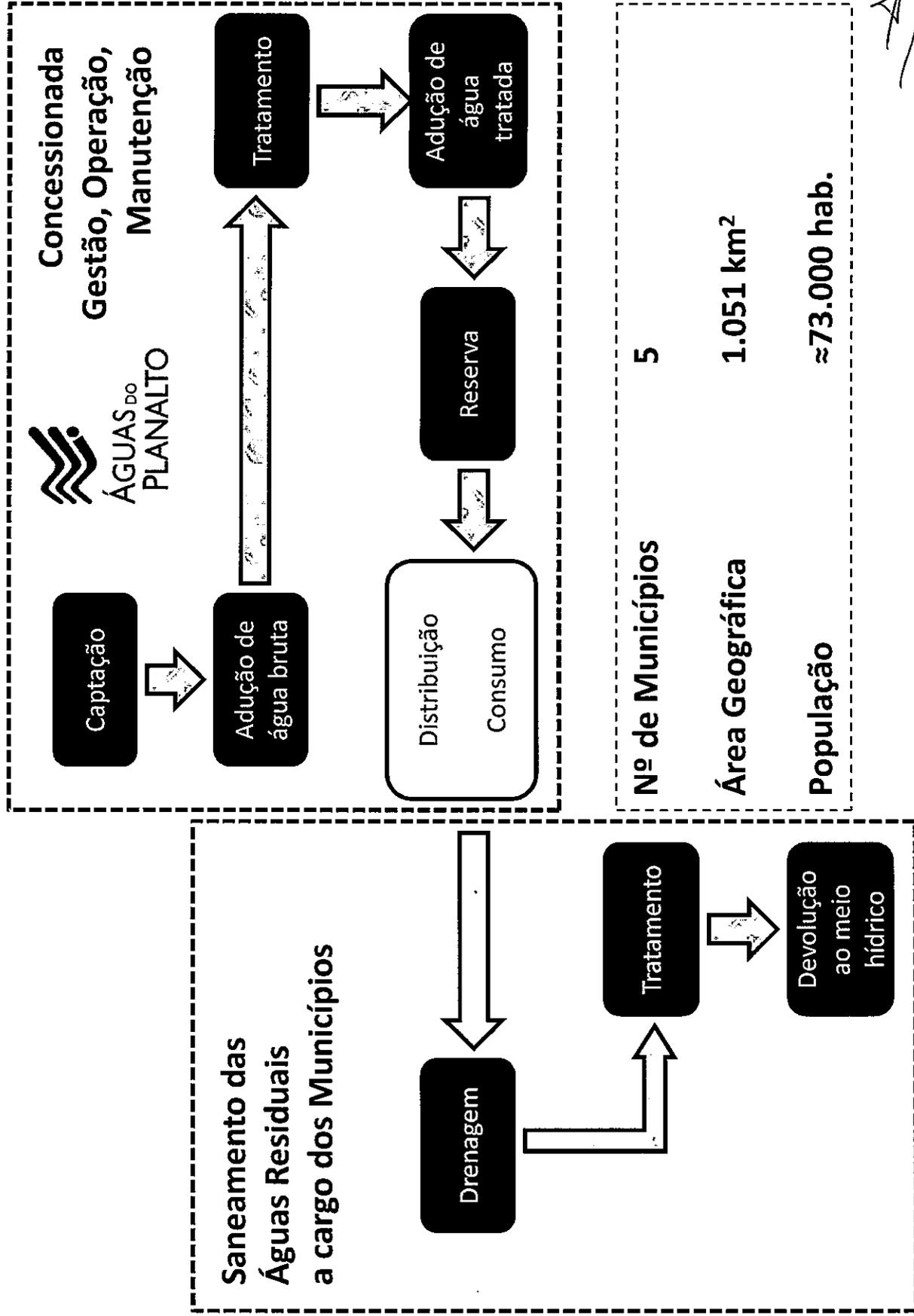


Nº de Municípios	5
Área Geográfica	1.051 km ²
População	≈73.000 hab.

R

Handwritten signature

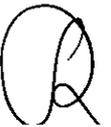
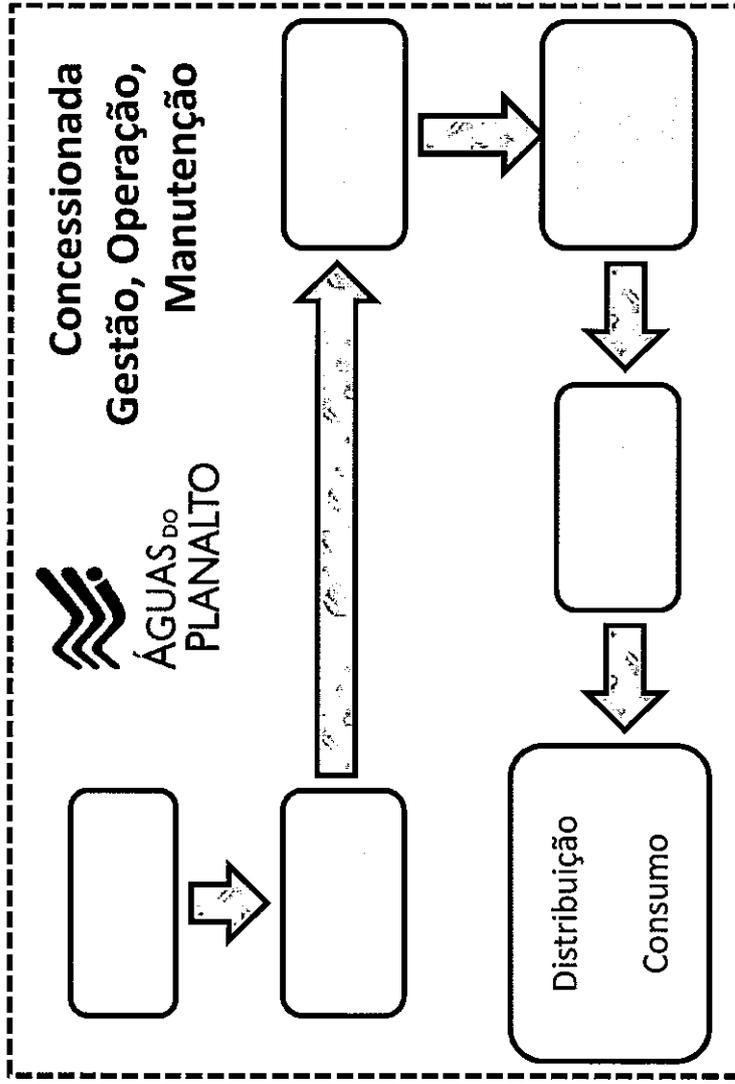
O CICLO URBANO DA ÁGUA



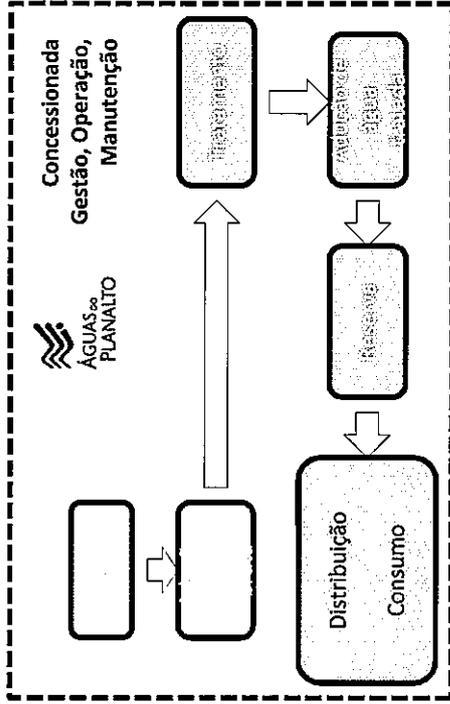
[Handwritten signature]

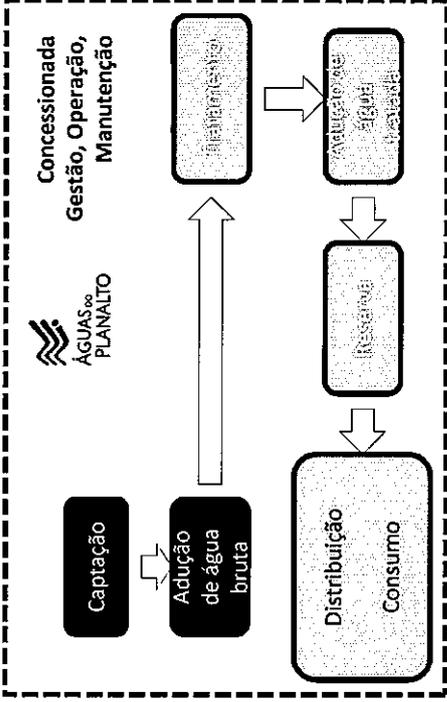
[Handwritten signature]

O CICLO URBANO DA ÁGUA



O CICLO URBANO DA ÁGUA





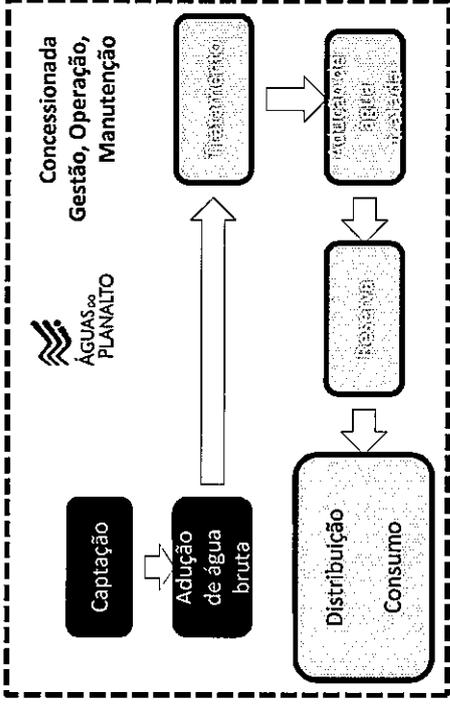
AÇUDE DA LEVADINHA / CONDOTA DE DERIVAÇÃO

-Açude executado no Rio Dinha em Caparrosinha e, que constitui a principal alimentação da Barragem.

-A conduta de Derivação Açude/Barragem com a extensão de 3km tem uma secção de 560mm em PEAD e transporta um caudal máximo de 1.120 m3/h

- Custo da Obra € 612.129

INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



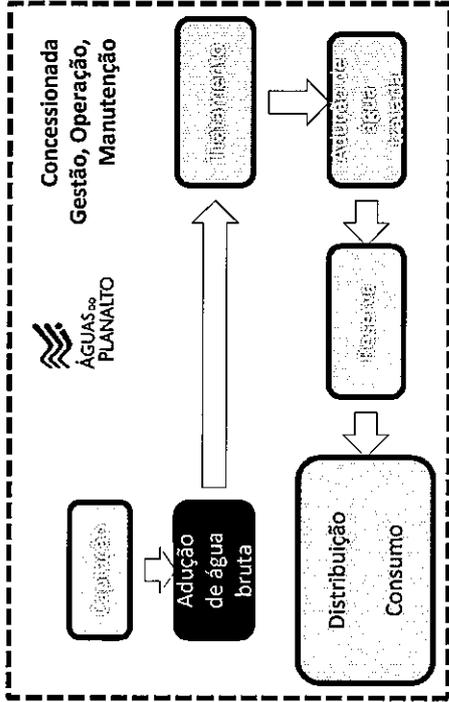
BARRAGEM DA RIBEIRA DO PAÚL

- Barragem executada na Ribeira do Paúl em Mosteiro de Fráguas
- Altura de 27m e coroamento de 180m de comprimento.
- Capacidade de cerca de 2,4 milhões de m³.
- Área inundada de cerca de 30 hectares.

- Custo da Obra € 2.491.980




INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



ESTAÇÃO ELEVATÓRIA

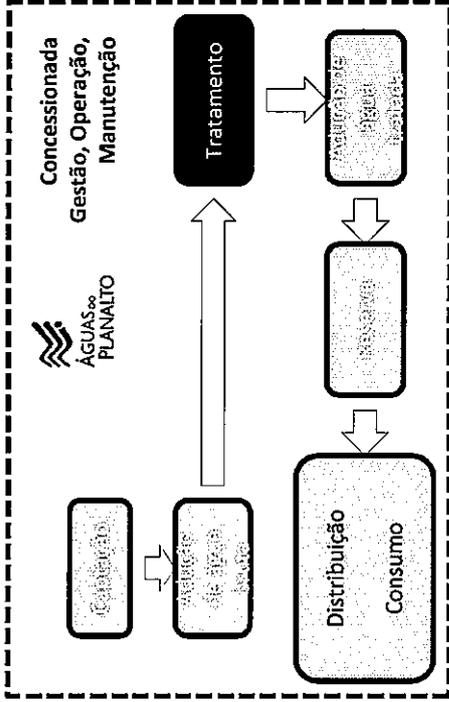
- Construída na Barragem da Ribeira do Paul

- A Estação Elevatória é assegurada por 3 grupos electrobomba (2 + 1 de reserva) com capacidade de elevação de 900m3/hora.

- Custo da Obra € 938.600




INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



Existem ainda mais 4 ETAs:

- ETA da Tábua
- ETA de Mortágua
- ETA de Santa Comba-Dão
- ETA do Carregal do Sal

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE MOSTEIRO DAS FRÁGUAS

- Capacidade de tratamento de 900m³/h
 - 2 linhas autónomas e de funcionamento automático, constituídas por:

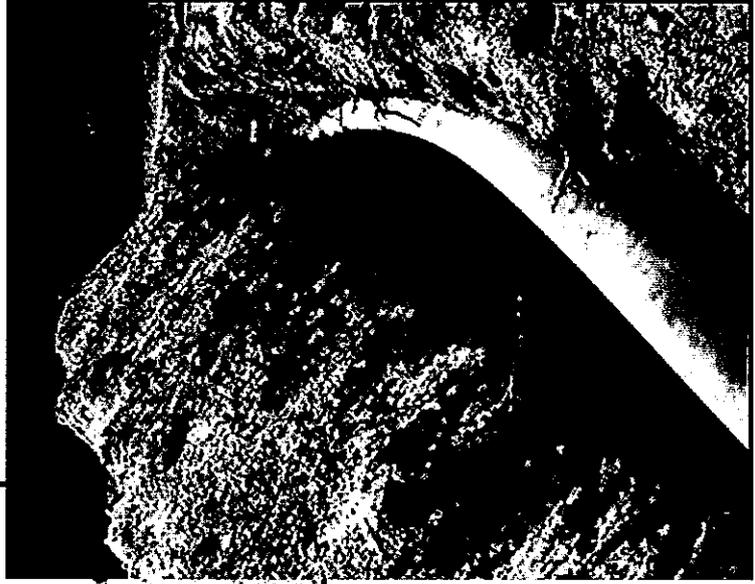
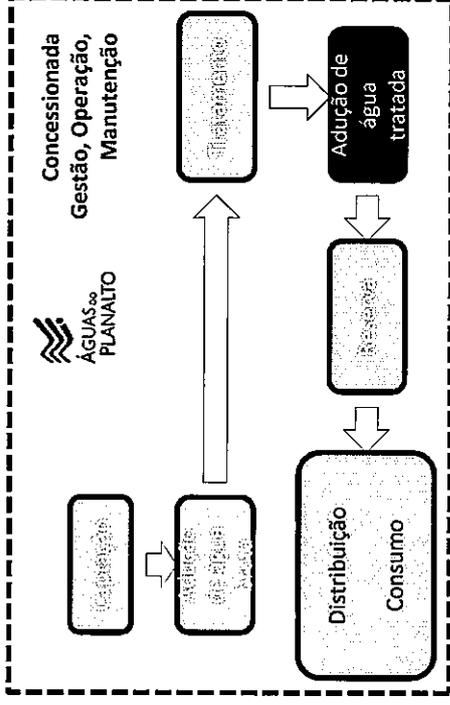
- Arejamento -> Ozonização -> Floculação/Flotação -> Filtração -> Correção de PH -> Desinfecção final e Tratamento de Lamas

- Reservatório de Reserva de Água Tratada de 14.000m³ e um Edifício de Exploração.

- **Custo da Obra € 6.971.810**




INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



CONDUTAS ADUTORAS

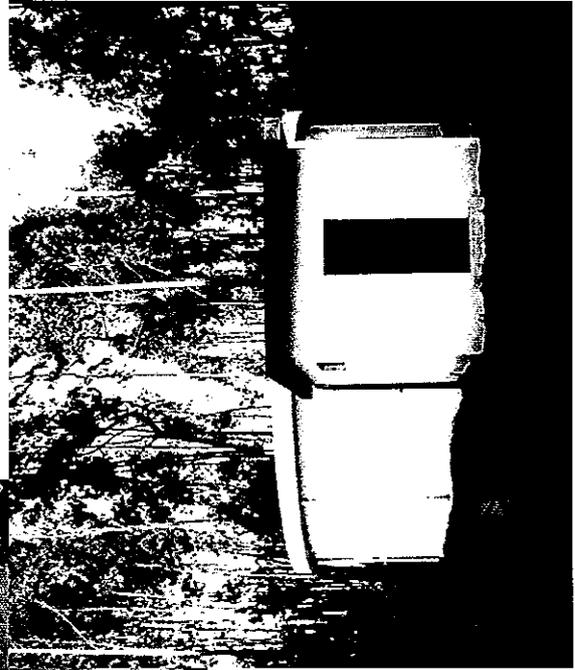
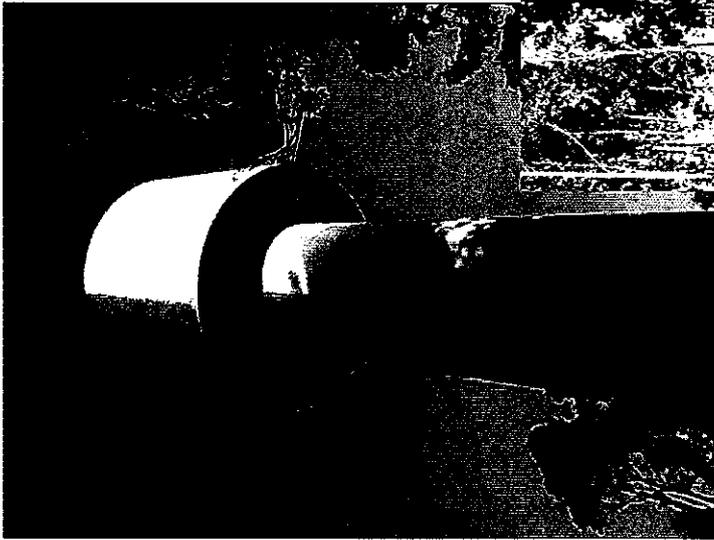
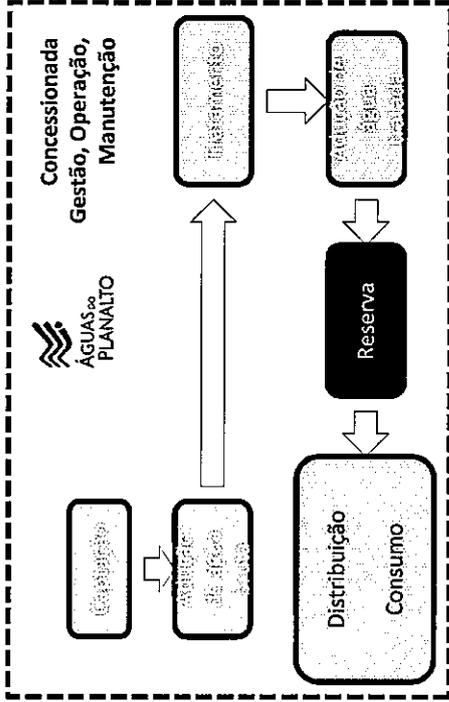
- Conjunto de condutas adutoras que abrangem os 5 concelhos da área de concessão, com extensão global de 153 kms.
- Materiais utilizados:
 - Ferro fundido dúctil
 - Polietileno de alta densidade
- As secções das condutas adutoras que variam entre 80mm e 450mm.

R

Custo da Obra € 9.635.379



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



RESERVATÓRIOS

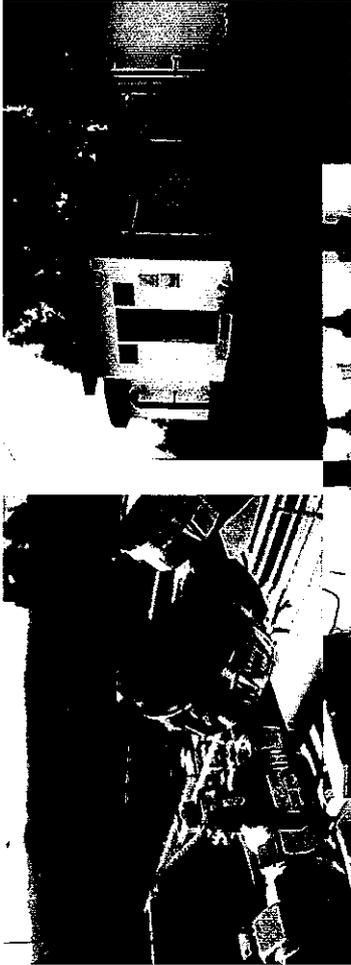
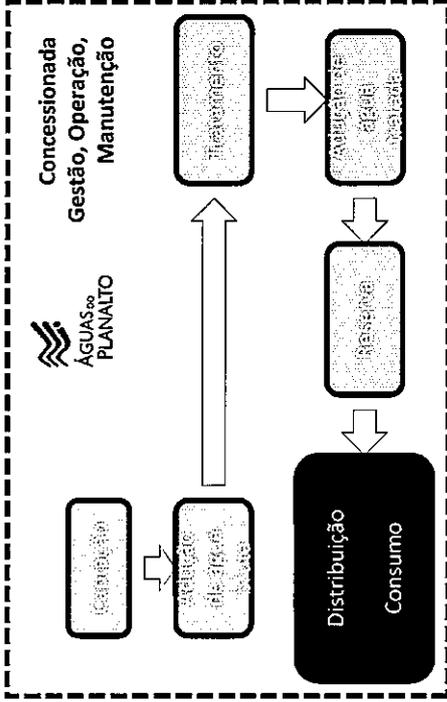
- Foram construídos 17 Reservatórios de entrega de água
- Capacidade dos Reservatórios varia entre 100m³ e 1000m³



- Custo da Obra € 1.512.067

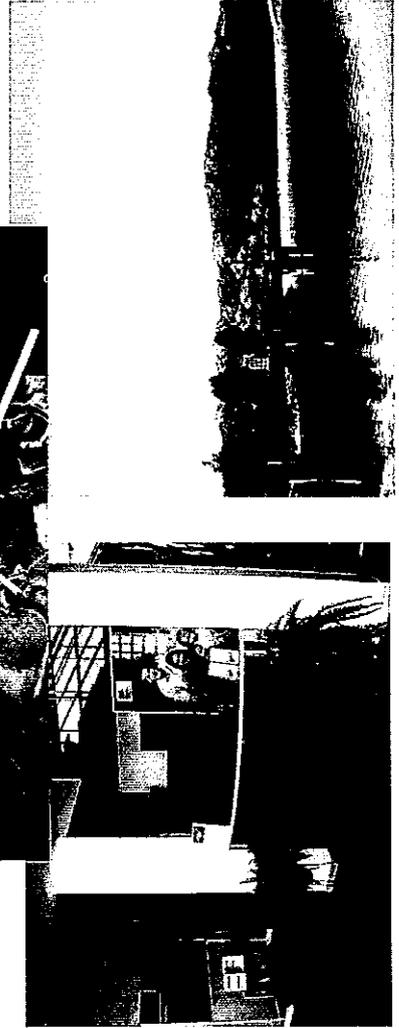


INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



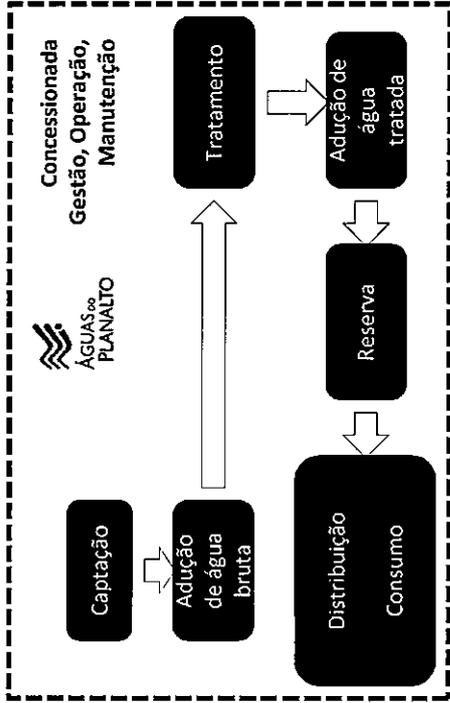
REDE DISTRIBUIDORA

- Comprimento da rede:..... 1.247 km
- Nº de Reservatórios:..... 129
- Volume de água distribuída: 3.534.512 m³
- Análises de água (nº parâmetros):... 3.447
- Conjunto de obras de melhoria e adaptação às novas exigências de qualidade e quantidade de água para distribuição.
- Custo da Obra € 1.992.029





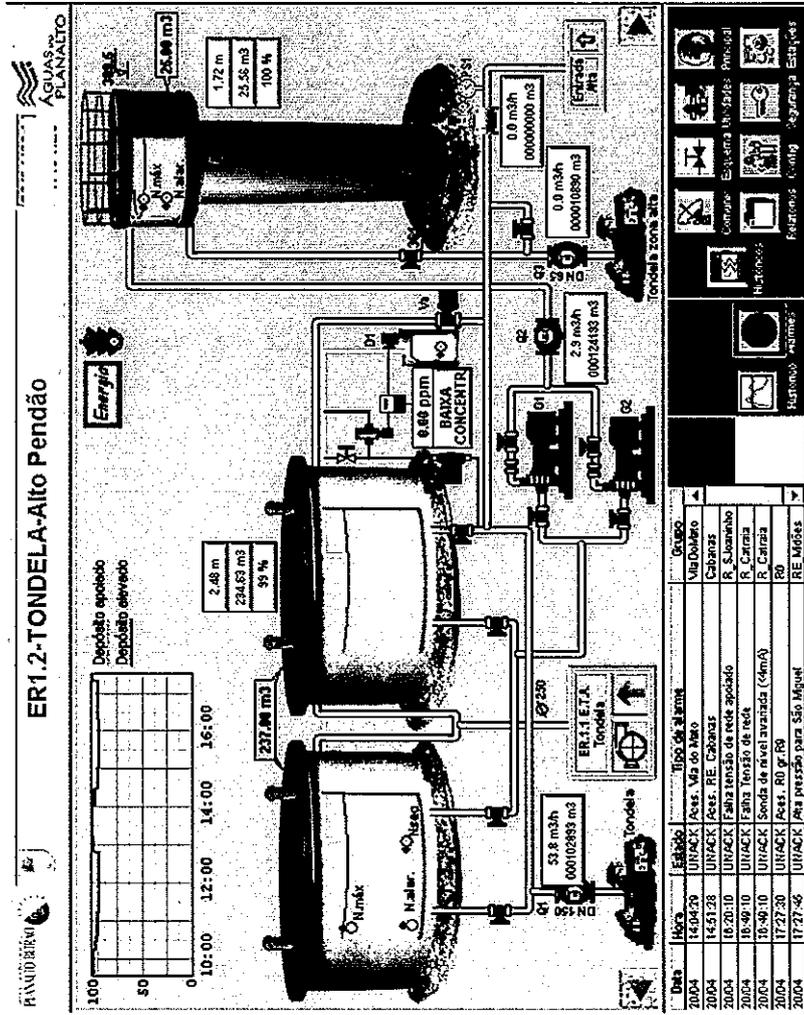
INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA



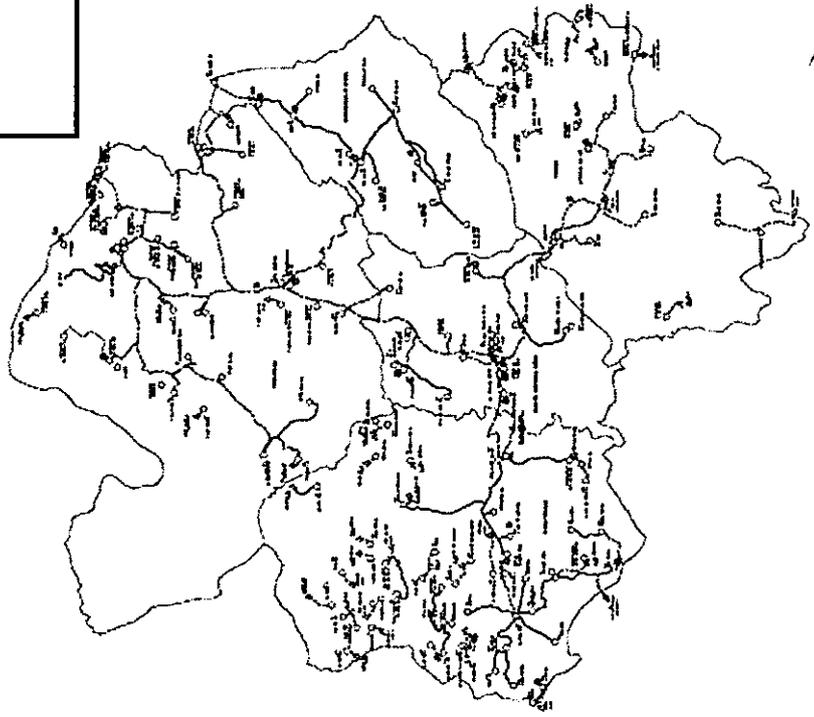
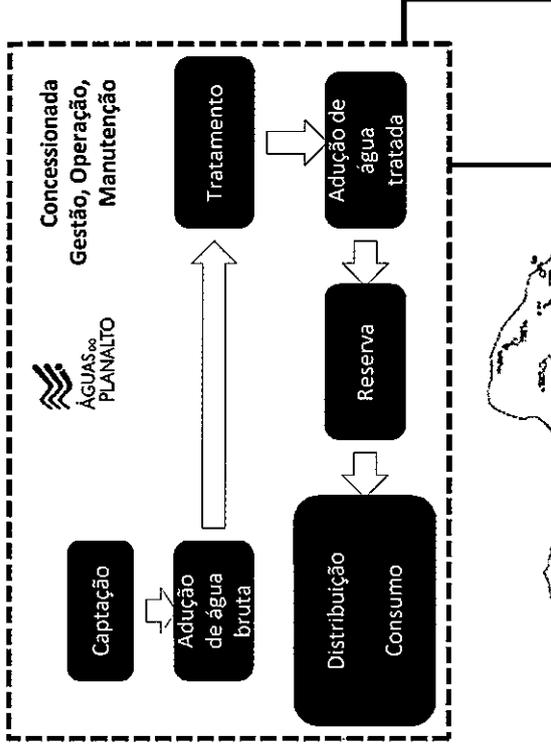
SISTEMA DE CONTROLO E TELEGESTÃO

- Sistema interligado de todas as infra-estruturas sob gestão da Concessionária.
- Permite a supervisão de captações, reservatórios, bombagens, consumo energético, volume de água distribuído.
- Na ETA de Mosteiro permite a operação automatizada

- Custo da Obra € 843.253



INFRAESTRUTURAS GERIDAS PELA CONCESSIONÁRIA




RESUMO DAS OBRAS

Obras construídas ao abrigo do Contrato de Concessão:

- Intervenções nos Sistemas Existentes
- Açude e Conduta de derivação
- Barragem de captação e armazenagem
- Estação Elevatória
- Estação de Tratamento de Água
- Reservatórios
- Conduitas Adutoras
- Sistema de Controlo e Telegestão.

-Custo da Obra € 25.496.045
(inclui Projeto de Execução)

Obras construídas pela Concedente:

- Reservatórios
- Conduitas Adutoras
- Fiscalização, Terrenos, Pavimentos

-Custo da Obra € 14.238.240

-Custo Global das Obras € 39.734.285



ESTRUTURA DE CUSTOS DA CONCESSIONÁRIA

AGUAS DO PLANALTO - GASTOS 2012

	euros	%
Plano de Investimentos		38,3%
Amortizações	1.285.561 €	38,3%
Custos de gestão, operação e manutenção das redes		54,8%
Pessoal	845.414 €	25,2%
Subcontratos e trabalhos especializados	304.704 €	9,1%
Energia e combustíveis	332.577 €	9,9%
Outros custos correntes	356.739 €	10,6%
Outros Custos		5,4%
Rendas e provisões (sem retribuição à Concedente)	76.801 €	2,3%
Outros custos	104.309 €	3,1%
Estado		1,5%
Impostos Correntes	31.711 €	0,9%
ERSAR	19.759 €	0,6%
TOTAL	3.357.576 €	100,0%



ESTRUTURA DE CUSTOS DA CONCESSIONÁRIA

AGUAS DO PLANALTO - GASTOS 2012

	euros	%
Plano de Investimentos		38,3%
Amortizações	1.285.561 €	38,3%
		Financiamento das Obras: - 23.800.000,00€
Custos de gestão, operação e manutenção das redes		54,8%
Pessoal	845.414 €	25,2%
		N.º de Colaboradores: - 54 diretos
Subcontratos e trabalhos especializados	304.704 €	9,1%
Energia e combustíveis	332.577 €	9,9%
		Bombagem de água
Outros custos correntes	356.739 €	10,6%
		Obras nas redes, ramais, etc
Outros Custos		5,4%
Rendas e provisões (sem retribuição à Concedente)	76.801 €	2,3%
Outros custos	104.309 €	3,1%
Estado		1,5%
Impostos Correntes	31.711 €	0,9%
ERSAR	19.759 €	0,6%
TOTAL	3.357.576 €	100,0%




O QUE RECEBEMOS TODOS OS MESES

O conteúdo de uma fatura de água

A fatura de água apresenta normalmente 5 rubricas: Água, Saneamento, R.S.U. e Outras Tarifas, Taxas e Impostos.



Rubrica

Água

Saneamento

R.S.U. (Lixo)

Ass. Municípios

Estado

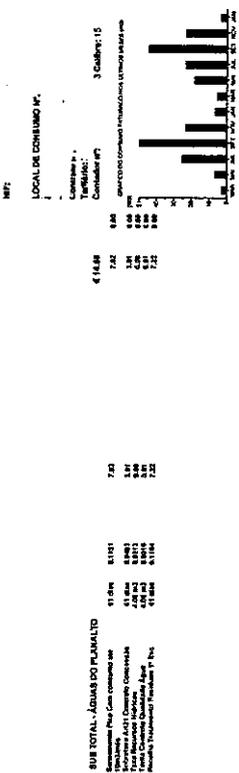
TOTAL

FATURA
61 dias
COMUNIQUE-SE À SUA LEITURA
 80820219 OU www.aguasdoplanalto.pt
 ADC: ID Cliente: 2013.02.21



ÁGUAS DO PLANALTO
 Avenida da Póvoa, 24
 4700-001 POVOA DO VARZIM
 Telefone: 251 221 112 / Fax: 251 221 114
 Email: aguas@aguasdoplanalto.pt

Descrição	Quant.	V. Unitário	Valor (€)	Outras Rubricas	Valor (€)	Valor (€)
Água (1 unidade)	1	11,37	11,37			11,37
Taxa de Distribuição	1	1,17	1,17			1,17
SUB TOTAL ÁGUA DO PLANALTO			12,54			12,54
Saneamento (Por Consumo de 100 litros)	1	1,17	1,17			1,17
R.S.U. (Lixo) (Por Consumo de 100 litros)	1	1,17	1,17			1,17
Ass. Municípios (Por Consumo de 100 litros)	1	1,17	1,17			1,17
Estado (Por Consumo de 100 litros)	1	1,17	1,17			1,17
SUB TOTAL - OUTRAS RUBRICAS			4,78			4,78
SUB TOTAL - SERVIÇOS/IMPÓSITOS DE MODA			0,00			0,00
TOTAL A PAGAMENTO			17,32			17,32



CONTADOR
 1382
 22/07/2012 22:48:53

TOTAL A PAGAMENTO
 17,32

TOTAL DE CONTROLO
 17,32

PAGAMENTO POR MULTIBANCO
 REFERÊNCIA: 008-483-072
 MONTANTE FATURA: 17,32

DATA LIMITE DE PAGAMENTO
 22/08/2012

VALOR A PAGAR
 17,32

DATA LIMITE DE PAGAMENTO
 22/08/2012

VALOR A PAGAR
 17,32

O QUE RECEBEMOS TODOS OS MESES

O conteúdo de uma fatura de água

A fatura de água apresenta normalmente 5 rubricas: Água, Saneamento, R.S.U. e Outras Tarifas, Taxas e Impostos.



Rubrica

Água

Saneamento

R.S.U. (Lixo)

Ass. Municípios

Estado

TOTAL

FATURA
61 dias
COMUNIQUE-NOS A SUA LEITURA
 862820218 OU INVESTIGADOR@planalto.pt
 ADC: ID Credor:
 Nº de Cliente:

2013.02.21

ÁGUAS DO PLANALTO
 Avenida da Paz, 24
 2700-101 LISBOA
 Telefone: 21 251 23 21
 Fax: 21 251 23 21
 Email: info@planalto.pt

Mensagens
 Caso não tenha sido pago, contacte-nos ao nº de contacto (NºT) a o nº de contacto (NºT) para saber o estado da fatura e o prazo de pagamento. A FATURA ELETRÓNICA NÃO REPRESENTA A FÉRIE NEM O DOCUMENTO ORIGINAL. A VALIDADEZ DO DOCUMENTO ORIGINAL É DE 12 MESES. A VALIDADEZ DO DOCUMENTO ORIGINAL É DE 12 MESES.

Descrição	Quant.	V. Unitário	Estado	Quant.	V. Unitário	Redução Retribuição	Valor (€)	Valor (€)	FATURA Nº
Água	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100	1,100	862820218
Saneamento	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100	1,100	862820218
R.S.U. (Lixo)	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100	1,100	862820218
Ass. Municípios	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100	1,100	862820218
Estado	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100	1,100	862820218
TOTAL							5,500	5,500	

SUB TOTAL - ÁGUAS DO PLANALTO

Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
TOTAL							5,500

SUB TOTAL - OUTRAS RUBRICAS

Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
TOTAL							5,500

SUB TOTAL - SERVIÇOS DE MORA

Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
TOTAL							5,500

TOTAL A PAGAMENTO

Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
Consumo	11,000	0,100	0	11,000	0,100		1,100
TOTAL							5,500

TALÃO DE CONTROLO

ÁGUAS DO PLANALTO

PAGAMENTO POR MULTIBANCO

ENTRADA: 20130221
 REFERÊNCIA: 008-487-022
 MONTANTE FATURA: 5,500

TALÃO DE LEITURA OPTICA

PASSAR O BARRÃO OPTICO SOBRE O CÍRCULO DE LEITURA

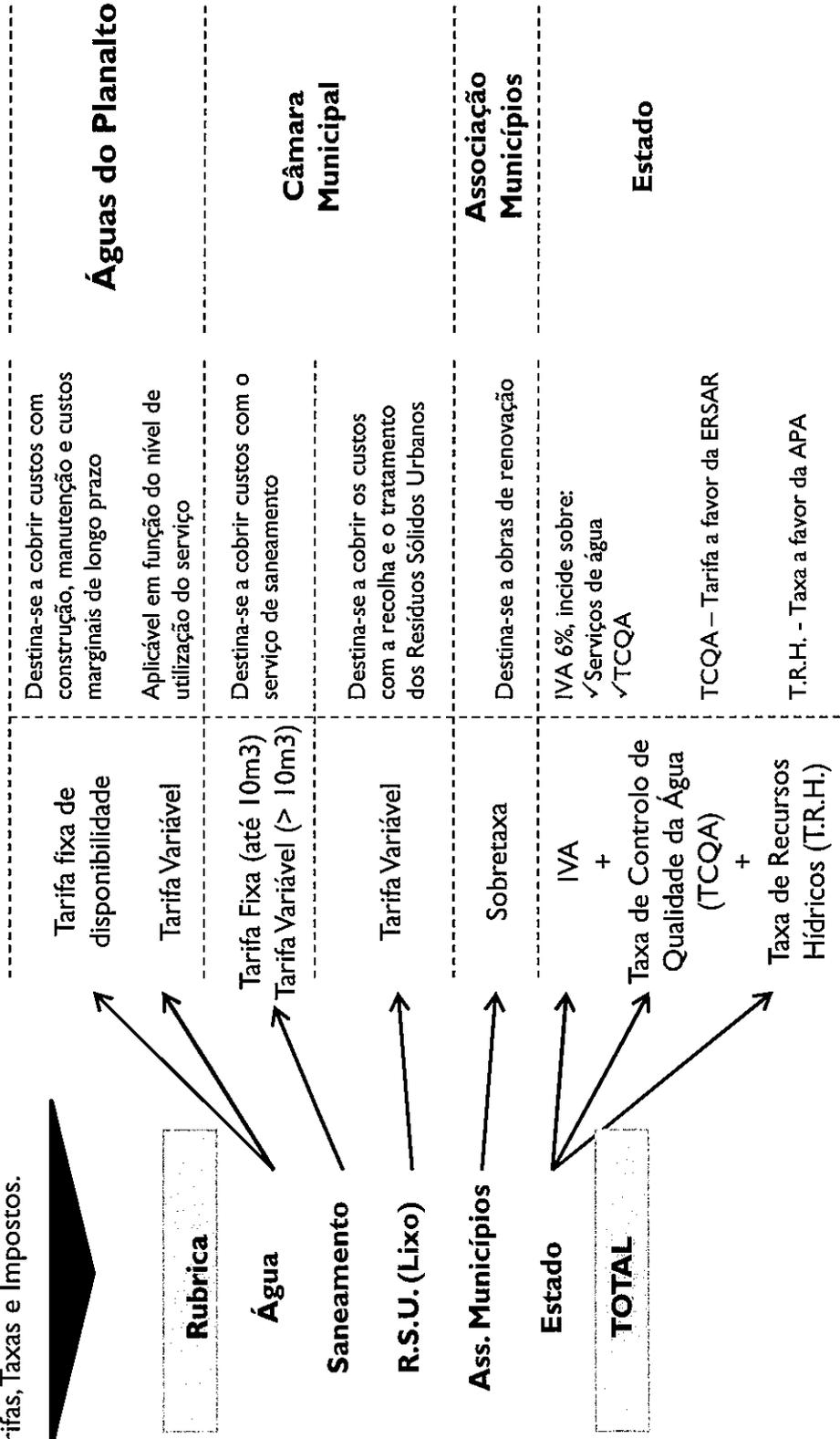
TALÃO DE LEITURA OPTICA

DATA DE LEITURA: 20130221
 VALOR A PAGAR: 5,500

O QUE RECEBEMOS TODOS OS MESES

O conteúdo de uma fatura de água

A fatura de água apresenta normalmente 5 rubricas: Água, Saneamento, R.S.U. e Outras Tarifas, Taxas e Impostos.





O QUE RECEBEMOS TODOS OS MESES

Distribuição do preço para uma fatura de 10 m³
(consumo para uma família de 4 pessoas)

No Planalto Beirão, o consumo *per capita* é muito baixo em relação à média nacional

Rubrica	Fatura média mensal		Preço por litro
	Preço para 10 m ³	Preço por m ³	
Água	16,81	65,0 %	0,0017
R.S.U. (lixo)	3,42	13,2, %	0,0003
Saneamento	3,11	12,0 %	0,0003
Ass. Municípios	1,50	5,8 %	0,0002
Estado	1,01	3,9 %	0,0001
TOTAL	25,85 €		0,0026 €

A água representa cerca de 2/3do total da fatura (65,0%).
Os restantes 1/3 destinam-se a:

Recolha do lixo (13,2%), Saneamento (12,0%), Associação de Municípios (5,8%) e Estado 3,9%.

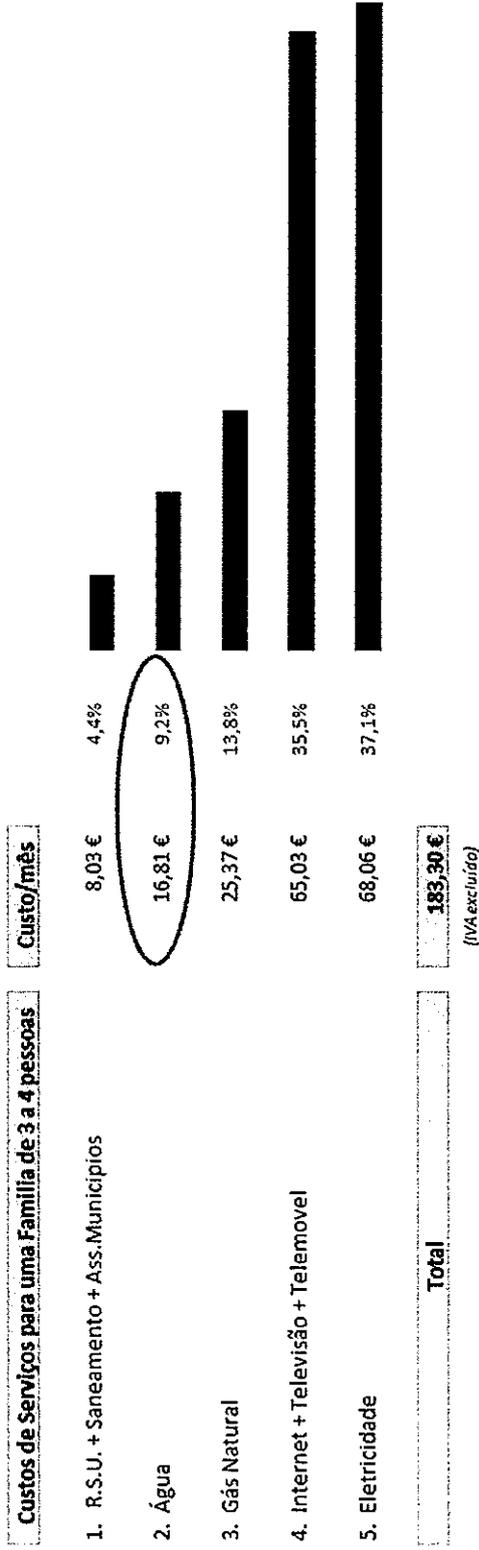
Em Tondela, uma família de 4 pessoas (consumo de 10 m³/mês) paga em média 25,85 €/mês

Valores em euros




O QUE RECEBEMOS TODOS OS MESES

Comparativo: A factura da água versus electricidade, gás, telefone e televisão



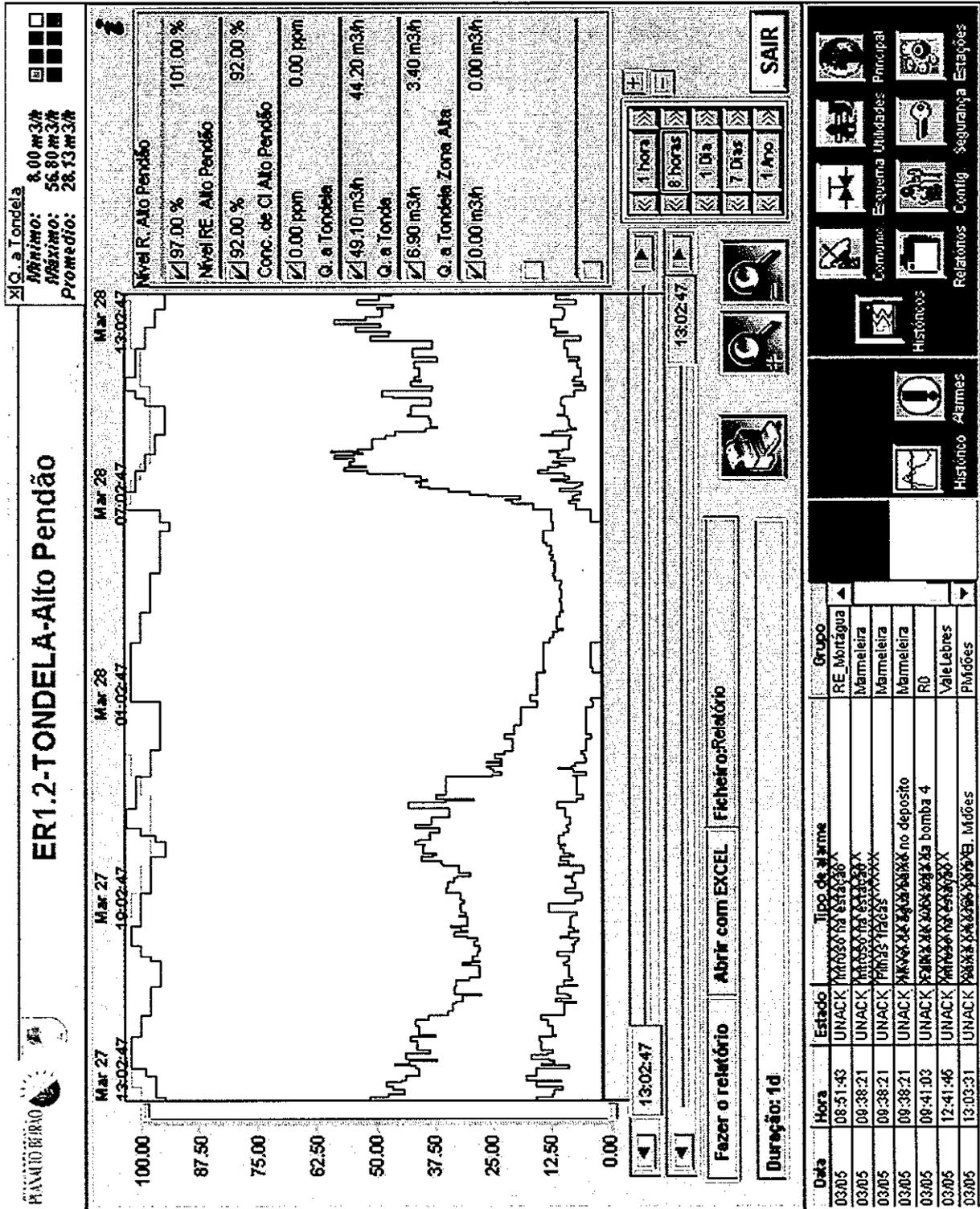
- Fontes:**
1. AdPlanalto — facturas médias para um consumo de 10 m³/mês.
 2. AdPlanalto — idem.
 3. ERSE; Tarifas de gás natural de julho de 2013 a junho de 2014.
 4. Páginas de internet dos operadores; contactos telefónicos com os operadores.
 5. ERSE — simuladores para famílias de 2 e 4 pessoas. Médias aplicadas a uma família de 3 pessoas.

Embora as redes de água e de saneamento exigam fortes investimentos, o custo destes serviços é baixo quando comparado com a electricidade, televisão, gás ou telefone.

Os custos com a água representam 9,2% dos custos gerais de serviços domésticos




UM DIA DE ACTIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA





UM DIA DE ACTIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA

PLANO DE BÉBIÃO

Q.ª Tondelela

8.00 m³/h

Máximo: 56.80 m³/h

Promedio: 28.13 m³/h

ER1.2-TONDELA-Alto Pendão

SAIR

Nível R. Alto Pendão	101.00 %
Nível RE. Alto Pendão	92.00 %
Conc. de Cl Alto Pendão	0.00 ppm
Q.ª Tondelela	44.20 m ³ /h
Q.ª Tondelela Zona Alta	3.40 m ³ /h
Q.ª Tondelela	0.00 m ³ /h

Fazer o relatório Abrir com EXCEL Ficheiro:Relatório

Duração: 1d

Data	Hora	Estado	Tipo de alarme	Grupo
03/05	08:51:43	UNACK	Alarme no reservat.	RE_Montagua
03/05	09:38:21	UNACK	Alarme no reservat.	Marmeleira
03/05	09:38:21	UNACK	Alarme no reservat.	Marmeleira
03/05	09:38:21	UNACK	Alarme no reservat.	Marmeleira
03/05	09:41:03	UNACK	Alarme no reservat.	R0
03/05	12:41:46	UNACK	Alarme no reservat.	Vale Lebres
03/05	13:03:31	UNACK	Alarme no reservat.	Phadões

1 hora 8 horas 1 Dia 7 Dias 1 Ano

Histórico Alarmes Históricos Relatórios Contig. Segurança Estações Comun. Estações Utilidades Principal

UM DIA DE ACTIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA

Actividade da Águas do Planalto

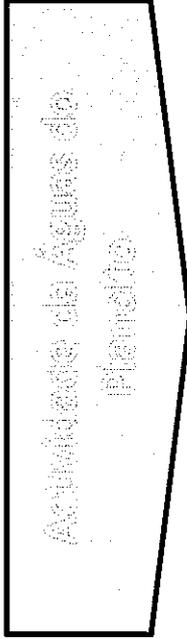
2ª feira,
dia 28
Março
2013

Actividade da Família de
4 pessoas

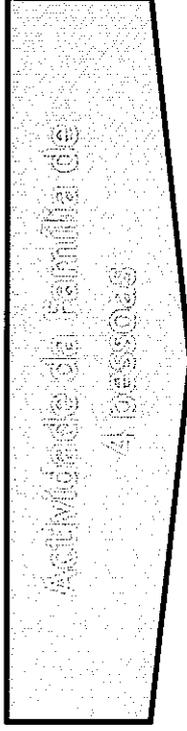
Produção de água:	8.302.000 litros	Consumiram:	330 litros de água
Reparação de avarias na rede:	6	A Câmara recolheu e tratou:	330 litros de esgoto
Execução de Ramais:	1	A Câmara recolheu o lixo produzido por essa família	
Leituras:	1.150	A Associação de Municípios recolheu fundo de maneiio para fazer obras de renovação	
Amostras para controlo de qualidade:		O Estado arrecadou o IVA	
Cloro residual:	40	A APA arrecadou a TRH	
pH	30	A ERSAR arrecadou a TCQA	
Turvação, Alcalinid., Alum. 8			
Contratos:			
Nº novos contratos:	7		
Rescisões de contratos:	3		
Suspensão/reaberturas:	12		
Contadores:			
Substituição avariados:	8		
Substituição por idade:	20		
Verificação:	10		
Atendimento:			
Atendimento telefónico:	75		
Atendimento presencial:	17		
Reclamações:	1		
Emissão de serviços:	36		



UM DIA DE ACTIVIDADE DA CONCESSIONÁRIA



2ª feira,
dia 28
Março
2013



Produção de água: 8.302.000 litros

Consumiram: 330 litros de água

Reparação de avarias na rede: 6

A Câmara recolheu e tratou:

Execução de Ramais: 1
Leituras: 1.150

330 litros de esgoto

Amostras para controlo de qualidade:

A Câmara recolheu o lixo produzido por essa família

Cloro residual: 40

pH 30

Turvação,Alcalinid.,Alum.8

A Associação de Municípios recolheu fundo de maneiio para fazer obras de renovação

Contratos:

Nº novos contratos: 7

Rescisões de contratos: 3

Suspensão/reaberturas: 12

O Estado arrecadou o IVA

Contadores:

Substituição avariados: 8

Substituição por idade: 20

Verificação: 10

A ARH do Centro arrecadou a TRH

Atendimento:

Atendimento telefónico: 75

Atendimento presencial: 17

Reclamações: 1

Emissão de serviços: 36

A ERSAR arrecadou a TCQA

A FAMÍLIA PAGOU: € 0,86

ou cada pessoa pagou: € 0,22

só pela água pagou: € 0,14



OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL

© ZOOM // REBENTAR AS ÁGUAS

Abastecimento público de água é uma bomba relógio

Insustentabilidade no setor da água

► TARIFAS

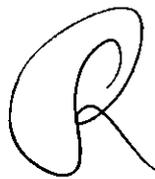
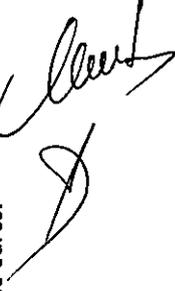
O PRESIDENTE do Conselho de Administração das Águas de Portugal (AdP) alertou para a insustentabilidade do setor, afirmando que é uma "bomba relógio" que pode pôr em causa os serviços. "Infelizmente, mantêm-se problemas no setor que carecem de resolução urgente: a sustentabilidade diferencial anual de mais de 700 milhões de euros. As tarifas não cobrem os custos. Iremos numa "bomba relógio" que, a não ser resolvida, faz com que possa estar em causa os serviços num fu-

turo próximo de Faro.

O responsável pelo setor da água no Parlamento afirmou que a insustentabilidade do setor é uma "bomba relógio" que pode pôr em causa os serviços. "Infelizmente, mantêm-se problemas no setor que carecem de resolução urgente: a sustentabilidade diferencial anual de mais de 700 milhões de euros. As tarifas não cobrem os custos. Iremos numa "bomba relógio" que, a não ser resolvida, faz com que possa estar em causa os serviços num fu-

O desvio territorial destas empresas alcançou 114,3 milhões de euros em 2011, aumentando em 38% o défice para 430,2 milhões de euros.

TAMBÉM DISPONÍVEL
EM WWW.OJ.EPT



OS Desequilíbrios do sector das águas são hoje um facto incontestável

© ZONAR E no Planalto Beirão? REBENTAR público de água é AS ÁGUILAS uma bomba relógio Como é que o preço da água vai evoluir?



Insustentabilidade no setor da água A água pode descer?

► PARÍFAS

O PRESIDENTE do Conselho de Administração das Águas de Portugal (AdP) alertou para a insustentabilidade do setor afirmando que é uma "bomba relógio" que pode por em causa os serviços. Infelizmente, muitos problemas no setor que levaram à revolução energética e sustentabilidade deverão ainda de incidir em milhares de euros. As tarifas não cobrem os custos. É uma "bomba relógio" que não se resolve, faz com que possa estar em causa os serviços atuais de

uma parte do país. A água de Portugal tem custos de 0,25€ por metro cúbico, enquanto a média europeia é de 0,40€.

TAMBÉM DISPONÍVEL EM PORTUGUÊS

2011, aumentando em 36% o preço para 430,2 milhões de euros.

COMO É QUE O PREÇO DA ÁGUA VAI EVOLUIR?

TARIFÁRIO PARA O ANO 2014

Aumento de 1,15%

A água passa de:

€ 16,81

para

€ 17,00

Ou seja, são mais € 0,19 por mês

De acordo com a Formula de Revisão do Tarifário prevista no Contrato de Concessão, em 2014 a tarifa de água terá uma atualização de 1,15%.

Este foi o valor proposto pela Águas do Planalto à AMPB e à ERSAR



COMO É QUE O PREÇO DA ÁGUA VAI EVOLUIR?

A ÁGUA PODE DESCER?

SIM!



COMO É QUE O PREÇO DA ÁGUA VAI EVOLUIR?

A ÁGUA PODE DESCER?

- Estima-se que há mais de 3.600 casas que não estão ligadas à rede;
- Só em Tondela, há cerca de 2.300 casas com rede à porta que não estão ligadas.

TAXA DE ADESÃO
novas localidades

Concelho	Localidade	N.º de Habitantes	N.º de Alojamentos	Hab. por alojamen	Data de entrada	N.º de Contratos	Taxa de Adesão
Tondela	Caparrosa	257	152	1,7	18-11-2002	73	48%
Tondela	Caparrosinha	265	144	1,8	16-03-2009	43	30%
Tondela	Paranho	193	143	1,3	16-03-2009	50	35%
Tondela	Alvarim	180	143	1,3	21-10-2003	53	37%
Tondela	Dardavaz/Outeiro/PovoaS	346	226	1,5	14-05-2008	99	44%
Tondela	Fial	162	109	1,5	23-08-2005	57	52%
Tondela	Ferreiros do Dão	430	319	1,3	18-09-2007	214	67%
Tondela	Gandara	175	103	1,7	03-12-2007	57	55%
Tondela	Vila Nova da Rainha	249	179	1,4	03-12-2007	104	58%
Tondela	Corveira	186	98	1,9	03-01-2008	64	65%
Tondela	Mosteiro de Fraguas	590	347	1,7	09-01-2009	163	47%
Tondela	Povoa de Alagoa	117	76	1,5	09-01-2009	13	17%
Tondela	parte de Vilar de Besteiros	559	315	1,8	09-01-2009	36	11%
Tondela	Muceres	175	158	1,1	01-04-2013	27	17%
						1.053	42%

censos 2011
2.512




COMO É QUE O PREÇO DA ÁGUA VAI EVOLUIR?

A ÁGUA PODE DESCER?

O incumprimento da obrigatoriedade de ligação ao sistema de abastecimento de água constitui uma contra-ordenação punível com coima de 1.500€ a 3.740€, no caso de pessoas singulares, e de 7.500€ a 44.890€ no caso de pessoas colectivas, nos termos da alínea a) do n.º 2. do art. 7º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto.

- **A ligação à rede é obrigatória por lei.**
- **Ao não ligarem, estas pessoas podem estar a prejudicar:**
 - **A sua saúde e dos seus familiares, caso os seus poços/furos estejam perto de fossas sépticas;**
 - **A qualidade das águas dos aquíferos e das nascentes, caso esses furos estejam a contaminar os lençóis de água;**
 - **A sustentabilidade ambiental futura devido à sobre-exploração dos aquíferos subterrâneos.**
- **E estão a prejudicar os seus vizinhos, porque “pagam os justos pelos pecadores”.**

R



COMO É QUE O PREÇO DA ÁGUA VAI EVOLUIR?

A ÁGUA PODE DESCER?

SIM!

A LIGAÇÃO É OBRIGATÓRIA POR LEI

SE TODAS AS HABITAÇÕES – COM REDE À PORTA – ESTIVEREM LIGADAS,

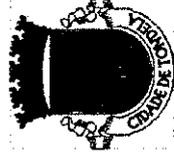
O PREÇO DA ÁGUA PODE DESCER





ÁGUAS DO PLANALTO

Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água aos
Concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela



ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

	Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
1	Almeida	CM Almeida	CM Almeida	357,00 €
2	Covilhã	Agua da Covilhã	Agua da Covilhã	336,96 €
3	Paços de Ferreira	AGS Paços de Ferreira	AGS Paços de Ferreira	325,80 €
4	Torres Vedras	Serviços Municipalizados de Torres Vedras	Serviços Municipalizados de Torres Vedras	320,21 €
5	Vila Real	EMAR	EMAR	302,64 €
6	Tomar	Serviços Municipalizados de Tomar	Serviços Municipalizados de Tomar	298,41 €
7	Esposende	EsposendeAmbiente	EsposendeAmbiente	297,96 €
8	Santo Tirso	Indaqua Santo Tirso	Serviços Municipalizados de Santo Tirso	287,89 €
9	Albergaria-a-Velha	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	284,19 €
10	Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	279,93 €
11	Alenquer	Águas de Alenquer	Águas de Alenquer	274,75 €
12	Santa Maria da Feira	Indaqua Feira	Indaqua Feira	273,96 €
13	Sintra	Serviços Municipalizados de Sintra	Serviços Municipalizados de Sintra	262,59 €
14	Alcobaça	Serviços Municipalizados de Alcobaça	Serviços Municipalizados de Alcobaça	261,59 €
15	Trofa	Indaqua Santo Tirso	Trofaguas	257,70 €
16	Oeiras	Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora	Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora	256,53 €
17	Vila do Conde	Indaqua Vila do Conde	Indaqua Vila do Conde	256,32 €
18	Peniche	Serviços Municipalizados de Peniche	Serviços Municipalizados de Peniche	255,66 €
19	Figueira da Foz	Agua da Figueira	Agua da Figueira	254,32 €
20	Mafra	Veolia Agua - Aguas de Mafra	Veolia Agua - Aguas de Mafra	252,69 €
21	Ovar	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	251,21 €
22	Portalegre	Serviços Municipalizados de Portalegre	CM Portalegre	249,60 €
23	Guarda	Serviços Municipalizados da Guarda	Serviços Municipalizados da Guarda	249,00 €
24	Aguiar da Beira	CM Aguiar da Beira	CM Aguiar da Beira	244,80 €
25	Condeixa-a-Nova	CM Condeixa-a-Nova	CM Condeixa-a-Nova	243,66 €
26	Barcelos	Agua de Barcelos	Agua de Barcelos	240,12 €
27	Mealhada	CM Mealhada	CM Mealhada	240,00 €
28	Vila Nova de Famalicão	CM Vila Nova de Famalicão	CM Vila Nova de Famalicão	237,60 €
29	Guimarães	Vimagua	Vimagua	236,92 €
30	Vizela	Vimagua	Vimagua	236,92 €
31	Lousada	CM Lousada	CM Lousada	234,10 €
32	Santa Marta de Penaguião	CM Santa Marta de Penaguião	CM Santa Marta de Penaguião	233,40 €
33	Vila Nova de Gaia	Agua de Gaia	Agua de Gaia	231,60 €
34	Cartaxo	Agua do Cartaxo	Agua do Cartaxo	229,12 €
35	Ferreira do Zezere	CM Ferreira do Zezere	CM Ferreira do Zezere	228,00 €
36	Portimão	EMARP	EMARP	227,28 €
37	Arruda dos Vinhos	CM Arruda dos Vinhos	CM Arruda dos Vinhos	226,97 €
38	Fundão	CM Fundão	CM Fundão	226,08 €
39	Marco de Canavezes	Agua do Marco	Agua do Marco	224,64 €
40	São João da Madeira	Agua de São João	Agua de São João	222,84 €
41	Povoia de Varzim	CM Povoia de Varzim	CM Povoia de Varzim	222,00 €
42	Vila Franca de Xira	Serviços Municipalizados de Vila Franca de Xira	Serviços Municipalizados de Vila Franca de Xira	218,37 €
43	Loures	Serviços Municipalizados de Loures	Serviços Municipalizados de Loures	217,81 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

	Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
44	Odivelas	Serviços Municipalizados de Loures	Serviços Municipalizados de Loures	217,81 €
45	Oliveira do Bairro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	217,81 €
46	Abrantes	Serviços Municipalizados de Abrantes	Abrantáqua	216,07 €
47	Penafiel	Penafiel Verde	Penafiel Verde	216,00 €
48	Amadora	Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora	Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora	215,12 €
49	Azambuja	Águas da Azambuja	Águas da Azambuja	215,08 €
<hr/>				
51	Estarreja	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	214,39 €
52	Viana do Castelo	Serviços Municipalizados de Viana do Castelo	Serviços Municipalizados de Viana do Castelo	213,77 €
<hr/>				
55	Gondomar	Águas de Gondomar	Águas de Gondomar	210,88 €
56	Vila Nova de Poiares	CM Vila Nova de Poiares	CM Vila Nova de Poiares	210,36 €
57	Castelo Branco	Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Serviços Municipalizados de Castelo Branco	209,40 €
<hr/>				
59	Coimbra	Águas de Coimbra	Águas de Coimbra	208,49 €
60	Lisboa	EPAL	CM Lisboa	207,36 €
61	Seia	CM Seia	CM Seia	207,00 €
62	Oliveira de Azemeis	CM Oliveira de Azemeis	CM Oliveira de Azemeis	206,10 €
63	Mesão Frio	CM Mesão Frio	CM Mesão Frio	205,03 €
64	Tavira	Tavira Verde	Tavira Verde	204,00 €
65	Cabeceiras de Basto	CM Cabeceiras de Basto	CM Cabeceiras de Basto	202,20 €
66	Ilhavo	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	201,36 €
67	Leiria	Serviços Municipalizados de Leiria	Serviços Municipalizados de Leiria	200,90 €
68	Paredes	Águas de Paredes	Águas de Paredes	200,43 €
<hr/>				
70	Vila Velha de Rodão	CM Vila Velha de Rodão	CM Vila Velha de Rodão	198,60 €
71	Agueda	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	197,40 €
72	Lourinhã	CM Lourinhã	CM Lourinhã	196,20 €
73	Boticas	CM Boticas	CM Boticas	196,08 €
74	Valongo	Águas de Valongo	Águas de Valongo	191,61 €
75	Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	CM Miranda do Corvo	191,40 €
76	Murtosa	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	191,12 €
77	Redondo	CM Redondo	CM Redondo	190,80 €
78	Almada	Serviços Municipalizados de Almada	Serviços Municipalizados de Almada	189,47 €
79	Sabugal	CM Sabugal	CM Sabugal	189,12 €
80	Sever do Vouga	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	188,87 €
81	Beja	EMAS	EMAS	188,64 €
82	Cascais	Águas de Cascais	Águas de Cascais	187,84 €
83	Sesimbra	CM Sesimbra	CM Sesimbra	187,82 €
84	Vieira do Minho	EPAMAR	EPAMAR	186,00 €
85	Vila Real de Santo António	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana	VRSA - Sociedade de Gestão Urbana	184,20 €
86	Porto	Águas do Porto	Águas do Porto	183,92 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
87 Caldas da Rainha	Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha	Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha	183,72 €
88 Maia	Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha	Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha	183,60 €
89 Faro	Fagar	Fagar	182,81 €
90 Santarém	Agua de Santarém	Agua de Santarém	182,15 €
91 Setúbal	Agua do Sado	Agua do Sado	181,15 €
92 Fornos de Algodres	CM Fornos de Algodres	CM Fornos de Algodres	180,00 €
93 Lamego	CM Lamego	CM Lamego	179,52 €
94 Chaves	CM Chaves	CM Chaves	178,86 €
95 Odemira	CM Odemira	CM Odemira	178,58 €
96 Campo Maior	Aquamaior	Aquamaior	178,57 €
97 Bombarral	CM Bombarral	CM Bombarral	178,20 €
98 Vale de Cambra	CM Vale de Cambra	CM Vale de Cambra	178,20 €
99 Arcos de Valdevez	CM Arcos de Valdevez	CM Arcos de Valdevez	177,72 €
100 Olhão	Ambiolhão	Ambiolhão	175,84 €
101 Monção	CM Monção	CM Monção	175,80 €
102 Vila Pouca de Aguiar	CM Vila Pouca de Aguiar	CM Vila Pouca de Aguiar	175,80 €
103 Murça	CM Murça	CM Murça	173,64 €
104 Castanheira de Pera	CM Castanheira de Pera	CM Castanheira de Pera	173,40 €
105 Cantanhede	Inova	Inova	171,06 €
106 Gavião	CM Gavião	CM Gavião	171,00 €
107 Nazaré	Serviços Municipalizados da Nazaré	CM Nazaré	169,86 €
108 Barreiro	CM Barreiro	CM Barreiro	168,30 €
109 Bragança	CM Bragança	CM Bragança	167,52 €
110 Lousã	CM Lousã	CM Lousã	167,40 €
111 Paredes de Coura	CM Paredes de Coura	CM Paredes de Coura	167,40 €
112 Celorico de Basto	CM Celorico de Basto	CM Celorico de Basto	166,92 €
113 Figueiró dos Vinhos	CM Figueiró dos Vinhos	CM Figueiró dos Vinhos	166,20 €
114 Vimioso	CM Vimioso	CM Vimioso	165,00 €
115 Braga	Agere	Agere	164,76 €
116 Vale Paços	CM Vale Paços	CM Vale Paços	163,68 €
117 Loulé	CM Loulé	CM Loulé	163,32 €
118 Ponte de Lima	CM Ponte de Lima	CM Ponte de Lima	163,08 €
119 Ourém	Compagnie Generale de Eaux	CM Ourém	161,07 €
120 Macedo de Cavaleiros	CM Macedo de Cavaleiros	CM Macedo de Cavaleiros	160,86 €
121 Ansião	CM Ansião	CM Ansião	160,80 €
122 Cadaval	CM Cadaval	CM Cadaval	160,80 €
123 Carrizada de Ansiães	Agua de Carrizada	Agua de Carrizada	160,56 €
124 Castelo de Vide	CM Castelo de Vide	CM Castelo de Vide	159,60 €
125 Mação	CM Mação	CM Mação	159,00 €
126 Mirandela	Serviços Municipalizados de Mirandela	Serviços Municipalizados de Mirandela	159,00 €
127 Ponte da Barca	CM Ponte da Barca	CM Ponte da Barca	158,93 €
128 Pombal	CM Pombal	CM Pombal	158,76 €
129 Tarouca	CM Tarouca	CM Tarouca	157,80 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

	Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
130	Alcanena	Lusagua	CM Alcanena	157,55 €
131	Montijo	Serviços Municipalizados do Montijo	Serviços Municipalizados do Montijo	156,38 €
132	Pinhel	CM Pinhel	CM Pinhel	156,00 €
133	Grandola	CM Grandola	CM Grandola	155,04 €
134	Angra do Heroísmo	Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	154,87 €
135	Praia da Vitória	Praia Ambiente	Praia Ambiente	154,44 €
136	Celorico da Beira	CM Celorico da Beira	CM Celorico da Beira	154,08 €
137	Matosinhos	Indaqua Matosinhos	Indaqua Matosinhos	153,96 €
138	Vila Nova da Barquinha	CM Vila Nova da Barquinha	CM Vila Nova da Barquinha	153,60 €
139	Vagos	ADRA- Águas da Região de Aveiro	ADRA- Águas da Região de Aveiro	152,66 €
140	Elvas	AquaElvas	AquaElvas	152,02 €
141	Porto de Mós	CM Porto de Mós	CM Porto de Mós	151,68 €
142	Moita	CM Moita	CM Moita	151,44 €
143	Sernancelhe	CM Sernancelhe	CM Sernancelhe	150,84 €
144	Baião	CM Baião	CM Baião	150,56 €
145	Armamar	CM Armamar	CM Armamar	150,00 €
146	Valença	CM Valença	CM Valença	150,00 €
147	Rio Maior	CM Rio Maior	CM Rio Maior	147,72 €
148	Lagos	CM Lagos	CM Lagos	147,60 €
149	Soure	CM Soure	CM Soure	147,60 €
150	Camara de Lobos	Aguas e Resíduos da Madeira	Aguas e Resíduos da Madeira	147,00 €
151	Crato	CM Crato	CM Crato	147,00 €
152	Albufeira	CM Albufeira	CM Albufeira	146,39 €
153	Vila Nova de Cerveira	CM Vila Nova de Cerveira	CM Vila Nova de Cerveira	145,68 €
154	Óbidos	CM Óbidos	CM Óbidos	145,20 €
155	Marinha Grande	CM Marinha Grande	CM Marinha Grande	144,78 €
156	Marvão	CM Marvão	CM Marvão	144,00 €
157	Pedrogão Grande	CM Pedrogão Grande	CM Pedrogão Grande	144,00 €
158	Sardoal	CM Sardoal	CM Sardoal	143,72 €
159	Alijó	CM Alijó	CM Alijó	143,70 €
160	Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	CM Idanha-a-Nova	142,80 €
161	Nisa	CM Nisa	CM Nisa	141,60 €
162	Entroncamento	CM Entroncamento	CM Entroncamento	141,00 €
163	São Brás de Alportel	CM São Brás de Alportel	CM São Brás de Alportel	141,00 €
164	Lagoa Açores	CM Lagoa	CM Lagoa	140,58 €
165	Constância	CM Constância	CM Constância	139,20 €
166	Ponta Delgada	Serviços Municipalizados de Ponta Delgada	Serviços Municipalizados de Ponta Delgada	138,77 €
167	Alter do Chão	CM Alter do Chão	CM Alter do Chão	138,60 €
168	Alvaizere	CM Alvaizere	CM Alvaizere	138,60 €
169	Vouzela	CM Vouzela	CM Vouzela	138,60 €
170	Torres Novas	CM Torres Novas	CM Torres Novas	137,76 €
171	Ourique	CM Ourique	CM Ourique	137,40 €
172	Montemor-o-Novo	CM Montemor-o-Novo	CM Montemor-o-Novo	136,80 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

	Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
173	Viseu	Serviços Municipalizados de Viseu	Serviços Municipalizados de Viseu	134,04 €
174	Espinho	CM Espinho	CM Espinho	132,96 €
175	Trancoso	Águas da Teja	Águas da Teja	132,92 €
176	Mondim de Basto	CM Mondim de Basto	CM Mondim de Basto	132,60 €
177	Góis	CM Góis	CM Góis	132,12 €
178	Sobral de Monte Agraço	CM Sobral de Monte Agraço	CM Sobral de Monte Agraço	132,00 €
179	Santana	Águas e Resíduos da Madeira	Águas e Resíduos da Madeira	131,71 €
180	Penamacor	CM Penamacor	CM Penamacor	131,64 €
181	Borba	CM Borba	CM Borba	131,16 €
182	Felgueiras	CM Felgueiras	CM Felgueiras	130,32 €
183	Alandroal	CM Alandroal	CM Alandroal	129,72 €
184	Machico	Águas e Resíduos da Madeira	Águas e Resíduos da Madeira	129,36 €
185	Ribeira Grande	CM Ribeira Grande	CM Ribeira Grande	129,36 €
186	Almeirim	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
187	Alpiarça	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
188	Benavente	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
189	Chamusca	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
190	Coruche	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
191	Salvaterra de Magos	Águas do Ribatejo	Águas do Ribatejo	126,22 €
192	Silves	CM Silves	CM Silves	124,68 €
193	Fafe	Indaqua Fafe	Indaqua Fafe	124,56 €
194	Vila Verde	CM Vila Verde	CM Vila Verde	124,22 €
195	Lagoa	CM Lagoa	CM Lagoa	124,20 €
196	Seixal	CM Seixal	CM Seixal	124,20 €
197	Manteigas	CM Manteigas	CM Manteigas	122,64 €
198	Mangualde	CM Mangualde	CM Mangualde	122,40 €
199	Funchal	CM Funchal	CM Funchal	121,92 €
200	Gouveia	CM Gouveia	CM Gouveia	121,56 €
201	Arouca	CM Arouca	CM Arouca	121,50 €
202	Torre de Moncorvo	CM Torre de Moncorvo	CM Torre de Moncorvo	121,20 €
203	Penacova	CM Penacova	CM Penacova	120,60 €
204	Anadia	Serviços Municipalizados de Anadia	Serviços Municipalizados de Anadia	120,00 €
205	Mourão	CM Mourão	CM Mourão	120,00 €
206	Pampilhosa da Serra	CM Pampilhosa da Serra	CM Pampilhosa da Serra	119,64 €
207	Povoia de Lanhoso	CM Povoia de Lanhoso	CM Povoia de Lanhoso	118,80 €
208	Vinhais	CM Vinhais	CM Vinhais	118,20 €
209	Oliveira do Hospital	CM Oliveira do Hospital	CM Oliveira do Hospital	118,08 €
210	Porto Santo	IGA	IGA	116,74 €
211	Alcoutim	CM Alcoutim	CM Alcoutim	116,24 €
212	Penalva do Castelo	CM Penalva do Castelo	CM Penalva do Castelo	115,20 €
213	Batalha	Águas do Lena	CM Batalha	115,14 €
214	Santiago do Cacém (Santo André)	Águas de Santo André	Águas de Santo André	114,56 €
215	Almodovar	CM Almodovar	CM Almodovar	113,52 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
216	Arronches	CM Arronches	113,40 €
217	Montalegre	CM Montalegre	113,40 €
218	Estremoz	CM Estremoz	111,12 €
219	Satão	CM Satão	111,00 €
220	Evora	CM Evora	110,52 €
221	Proença-a-Nova	CM Proença-a-Nova	108,00 €
222	Nelas	CM Nelas	107,40 €
223	Caminha	CM Caminha	106,20 €
224	Penela	CM Penela	103,80 €
225	Sines	CM Sines	103,68 €
226	Palmela	CM Palmela	102,00 €
227	Vidigueira	CM Vidigueira	102,00 €
228	Amares	CM Amares	101,52 €
229	Sertã	CM Sertã	100,80 €
230	Ajezur	CM Ajezur	99,84 €
231	Monchique	CM Monchique	99,00 €
232	Ponte de Sôr	CM Ponte de Sôr	99,00 €
233	Melgaço	CM Melgaço	98,88 €
234	Castro Verde	CM Castro Verde	98,40 €
235	Vila Viçosa	CM Vila Viçosa	98,40 €
236	Alcochete	CM Alcochete	98,38 €
237	São Pedro do Sul	CM São Pedro do Sul	98,04 €
238	Figueira de Castelo Rodrigo	CM Figueira de Castelo Rodrigo	96,00 €
239	Amarante	CM Amarante	95,16 €
240	Alcacer do Sal	CM Alcacer do Sal	94,80 €
241	Resende	CM Resende	94,20 €
242	Ponte do Sol	CM Ponte do Sol	93,00 €
243	Cuba	CM Cuba	92,40 €
244	Mora	CM Mora	92,40 €
245	Terras de Bouro	CM Terras de Bouro	91,56 €
246	Castelo de Paiva	CM Castelo de Paiva	90,72 €
247	Ferreira do Alentejo	CM Ferreira do Alentejo	90,00 €
248	Freixo de Espada à Cinta	CM Freixo de Espada à Cinta	90,00 €
249	Vendas Novas	CM Vendas Novas	89,28 €
250	Mertola	CM Mertola	88,80 €
251	Aviz	CM Aviz	88,20 €
252	Oliveira de Frades	CM Oliveira de Frades	88,20 €
253	Reguengos de Monsaraz	CM Reguengos de Monsaraz	88,20 €
254	Fronteira	CM Fronteira	87,60 €
255	Miranda do Douro	CM Miranda do Douro	87,00 €
256	São João da Pesqueira	CM São João da Pesqueira	86,64 €
257	Peso da Régua	CM Peso da Régua	86,40 €
258	Moimenta da Beira	CM Moimenta da Beira	85,97 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
259	Madalena	CM Madalena	85,92 €
260	Vila do Bispo	CM Vila do Bispo	85,20 €
261	Horta	CM Horta	84,60 €
262	Alvito	CM Alvito	84,36 €
263	Vila Flor	CM Vila Flor	84,00 €
264	Vila de Rei	CM Vila de Rei	83,04 €
265	Nordeste	Nordeste Activo	82,08 €
266	Santiago do Cacém	CM Santiago do Cacém	82,06 €
267	Povoação	CM Povoação	81,36 €
268	Vila Franca do Campo	CM Vila Franca do Campo	80,85 €
269	Mira	CM Mira	80,64 €
270	Sousel	CM Sousel	80,04 €
271	Meda	CM Meda	78,60 €
272	Castro Daire	CM Castro Daire	78,00 €
273	Golegã	CM Golegã	77,76 €
274	Ribeira de Pena	CM Ribeira de Pena	73,20 €
275	Aljustrel	CM Aljustrel	72,60 €
276	São Roque do Pico	CM São Roque do Pico	72,60 €
277	Cinfães	CM Cinfães	72,00 €
278	Portel	CM Portel	70,56 €
279	Viana do Alentejo	CM Viana do Alentejo	70,56 €
280	Calheta Açores	CM Calheta	70,28 €
281	Alfandega da Fé	CM Alfandega da Fé	70,20 €
282	Sabrosa	CM Sabrosa	69,00 €
283	Montemor-o-Velho	CM Montemor-o-Velho	68,40 €
284	Santa Cruz da Graciosa	CM Santa Cruz da Graciosa	68,40 €
285	Vila Nova de Foz Côa	CM Vila Nova de Foz Côa	67,80 €
286	Castro Marim	CM Castro Marim	67,56 €
287	Mogadouro	CM Mogadouro	66,00 €
288	Vila do Porto	CM Vila do Porto	65,88 €
289	Serpa	CM Serpa	64,32 €
290	Arganil	CM Arganil	63,84 €
291	Ribeira Brava	Aguas e Resíduos da Madeira	63,00 €
292	Tabuaço	CM Tabuaço	63,00 €
293	Belmonte	CM Belmonte	61,44 €
294	Porto Moniz	CM Porto Moniz	60,60 €
295	Moura	CM Moura	55,32 €
296	Arraiolos	CM Arraiolos	55,20 €
297	Santa Cruz	CM Santa Cruz	54,12 €
298	Lajes do Pico	CM Lajes do Pico	52,80 €
299	Monforte	CM Monforte	51,75 €
300	Vila Nova de Paiva	CM Vila Nova de Paiva	48,24 €
301	Oleiros	CM Oleiros	39,60 €

ORDENAÇÃO PELO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS

Consumo de 120m³/ano - 2011

	Município	Entidade Gestora Água	Entidade Gestora Saneamento	Custo Total
302	Velas	CM Velas	CM Velas	37,80 €
303	Barrancos	CM Barrancos	CM Barrancos	37,50 €
304	Calheta Madeira	CM Calheta	CM Calheta	36,00 €
305	São Vicente	CM São Vicente	CM São Vicente	36,00 €
306	Penedono	CM Penedono	CM Penedono	31,20 €
307	Corvo	CM Corvo	CM Corvo	26,40 €
308	Santa Cruz das Flores	CM Santa Cruz das Flores	CM Santa Cruz das Flores	14,00 €
309	Lajes das Flores	CM Lajes das Flores	CM Lajes das Flores	9,36 €

OS DESEQUILÍBRIOS DO SECTOR DAS ÁGUAS SÃO HOJE UM FACTO INCONTESTÁVEL



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Caros Membros desta Assembleia



MOÇÃO

Desde a algum tempo que o PS nesta Assembleia vem afirmando que é a favor de uma redução do preço do m³ da água que é abastecida neste concelho. Vem limitando todavia a sua intervenção a esse desiderato, ou seja, limita-se a pedir a redução do m³ ao consumidor. Nesta assembleia assistiremos mais vez a tal pedido. É fácil. Fazer tal pedido é fácil. Mas e o resto? Em que premissas assenta o PS tal pedido? Conhecia o contrato outorgado entre a Associação de Municípios do Planalto Beirão e as Águas do Planalto? Está a par das penalizações que o incumprimento do mesmo acarreta para tal Associação e por consequência para os concelhos que na mesma se encontram representados? Está disponível o PS a assumir politicamente a eventual insolvência dos municípios de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tábua, caso venham a incumprir o contratualizado com aquela empresa?

Todos queremos e defendemos uma melhoria das condições de vida dos tondelenses. Todavia, não embarcamos em populismos ou demagogias. Não temos complexos ideológicos em subscrever moções que defendam o melhor para o nosso concelho e no caso com implicações em concelhos vizinhos. Não aceitamos é a ligeireza e a demagogia com que o PS de Tondela, tem tratado esta questão.

Aqui foram explicados os pressupostos dos contratos e o sistema em vigor. Foram dados contributos importantes e determinantes para o enquadramento de tal questão, quer pela empresa, quer pelo consultor aqui presente.



Temos também a noção de que o serviço que é prestado pelas Águas do Planalto é um serviço de qualidade.

Temos também a noção de que Tondela tem hoje um sistema moderno de captação e de distribuição de água ao domicílio. Para tal foram necessários investimentos avultados. Outros concelhos, onde o custo da água m³ será mais barato, comparativamente ao existente no concelho de Tondela, têm todavia um sistema obsoleto de captação e distribuição e terão no futuro dificuldades em construir o já realizado em Tondela e nos outros já referidos municípios. Concelhos há, em que as Câmaras fornecem a água a preço mais baixo o m³, do que o nosso. Mas, em contrapartida possuem dividas assombrosas a quem lhes fornece a água. É este o caminho que defendemos ou queremos trilhar em Tondela? Não honrar os nossos compromissos? Certamente que os tondelenses não defendem esse caminho e naturalmente o PSD, partido de governo, responsável e credível de todo o rejeita.

Temos a noção de que o país atravessa um período de dificuldades económicas, que se faz sentir no dia a dia das vivências dos portugueses. Naturalmente que o PSD Tondela, enquanto partido que se preocupa com os valores da solidariedade e bem estar das populações, está atento a todas as situações que em face do actual estado de vida dos portugueses, nomeadamente dos munícipes de Tondela, possam agravar a sua vivência diária.

Renovando aqui a moção que já anteriormente apresentou, O PSD, consciente dos enquadramentos existentes, tendo perfeito conhecimento de todos os compromissos existentes entre a Associação de Municípios do Planalto Beirão, e de forma particular da Câmara Municipal de Tondela e a empresa Águas do Planalto, e face às tarifas do preço do m³ da água praticados pela referida empresa, vem manifestar a sua preocupação pelos referidos valores, na medida em que os mesmos possam agravar tais condições de vida. **Nesse sentido e sempre no respeito da autonomia e das relações contratualizadas, e não procurando beliscar a politica de sustentabilidade da empresa Águas do Planalto, nem dos Municípios que compõem a Associação de Municípios do Planalto Beirão, propõe-se que**



^{a presente proposta}
se aprove nesta Assembleia uma proposta recomendando ao Município da Tondela:

a) A efetivo uso da cláusula existente no Contrato de Concessão que prevê a tarifa especial, designadamente no que às famílias mais desfavorecidas diz respeito;

b) Que sejam isentadas as famílias mais carenciadas do concelho do pagamento da sobretaxa prevista no artigo 21º do contrato de concessão;

c) Que sejam isentadas as famílias mais carenciadas do concelho do pagamento dos montantes referentes ao saneamento e referentes à recolha de resíduos sólidos urbanos e que atualmente constam na fatura das águas do planalto;

d) Que sejam definidas pelo Município, quais os critérios que presidirão ao preenchimento do conceito de 'famílias carenciadas' para o presente efeito.

Tondela, 20 de Dezembro de 2013

O Grupo parlamentar do PSD
José Augusto

Clare!



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados

Na memória de alguns ainda estará presente que, em junho de 2010, o Partido Socialista apresentou uma moção reclamando os preços praticados pela empresa Águas do Planalto. Este documento, que se revelou incómodo para a maioria, foi debatido por muitos dos então membros desta assembleia e pelo senhor presidente da Câmara da altura, que tudo fez para iludir as opiniões e consagrar a defesa dos interesses de uma empresa privada, com lucros avultados, mas sem qualquer espécie de contemplação pelos momentos de maiores dificuldades vividos pelos portugueses, concretamente pelos consumidores dos concelhos de Tondela, Tábua, Mortágua e Santa Comba Dão e Carregal do Sal.

Este documento foi reprovado com os votos da maioria do PSD, e particularmente pela quase totalidade (uma abstenção) dos presidentes de junta de freguesia presentes naquela sessão, mesmo tendo consciência que estavam a votar contra os interesses dos seus representados, mas intimidados pela partidária que se sobrepunha às vontades da cada um deles!

Recordados também devem estar alguns dos presentes que, em fevereiro de 2013, o Partido Socialista apresentou um outro documento sobre o mesmo assunto, sob a forma de um “voto de indignação”, que não pode ser discutido nem analisado naquela sessão porque, entretanto, não devido ao adiantar da hora, mas pela habilidade de alguém, que fez questão em incitar ao abandono antecipado de alguns dos membros da assembleia, perdendo o quórum e adiando a discussão para o mês de abril.

Nessa assembleia, e como era politicamente demasiado arriscado cometer o mesmo pecado, pura e simplesmente reprovando o documento apresentado

pelo PS, a maioria do PSD apresentou, em alternativa, uma proposta de recomendação ao Município, tendo em vista a apresentação de um estudo comparado do preço do metro cúbico de água em relação a outros municípios.

Ora, um estudo foi sucintamente apresentado na primeira iniciativa do PS, e não serviu de nada. Mais – passados 7 meses sobre a aprovação daquele documento, com a consequente reprovação do documento do Partido Socialista, nenhum estudo apareceu! A não ser que seja hoje, o que duvidamos. Ou será que vamos discutir, mais uma vez, o acessório?. Além disso, o documento do PSD não era tão sério como se pretendia fazer crer. Os estudos comparativos são falaciosos como maleáveis e podem ser feitos à medida do freguês. Nem é necessário muito tempo – bastarão algumas horas – e far-se-á um estudo que se revele comprometedor dos verdadeiros interesses daqueles que insistem em defender os interesses de alguns abutres! Aliás, esses estudos existem, acessíveis à maioria de qualquer mortal, mas não é preciso ir muito longe. Tondela está integrado, enquanto concelho, no distrito de Viseu. Nós, partilhando as mesmas tristezas com os 4 concelhos vizinhos assinalados, pagamos, sem qualquer margem para dúvidas, a água, mas também os serviços relacionados, mais cara de toda a região. Sem contemplanções nem preconceitos.

Como a maioria dos presentes também já sabe, está a decorrer, nas redes sociais e em papel, um abaixo-assinado que pretende alertar sobre estes preços que, depois de alguns aumentos, continuamos a pagar, e que pretende chamar a atenção das pessoas que, se não forem elas próprias, ninguém mais estará disposto a lutar pelos seus interesses.

Além disso, no dia 18 passado, dia de aniversário da elevação de Tondela a cidade., a Lusa distribuiu a notícia sobre o que se está a passar no nosso concelho sobre este assunto – o preço da água!

Apesar das contrariedades, o PS não pretende desistir desta luta, não porque nos mova o interesse partidário, mas antes a defesa dos interesses dos tondelenses. Acusem-nos de fazer política, mas nunca cometam a veleidade de nos acusar de oportunismo partidário. É público que esta causa foi inscrita na maioria dos manifestos eleitorais autárquicos às assembleias de freguesia; fizemo-lo conscientes de ser uma luta difícil, mas justa.

Estamos solidários e aplaudimos o movimento de cidadãos que se organizou nesta causa e queremos contribuir para o seu sucesso! Mais - entendemos ser importante a mobilização de todos – cidadãos, associações, câmara municipal, assembleia municipal e assembleias de freguesia!

Assim, e usando do direito estabelecido no nº 8 do art.º 25º do regimento desta assembleia municipal, o grupo parlamentar do Partido Socialista requer à mesa o agendamento de uma assembleia extraordinária ou, em última alternativa, um

ponto da ordem de trabalhos a incluir logo a seguir ao "período de antes da ordem do dia" da assembleia ordinária de fevereiro de 2014, com o seguinte assunto:

- Análise dos preços de abastecimento da água no concelho de Tondela:

a) Apresentação de propostas

b) Leitura de documentos relacionados procedentes de movimentos de cidadãos

c) Discussão de propostas e outros documentos apresentados, abertos à discussão e participação do público e movimentos relacionados.

(serão considerados para este efeito movimentos de cidadãos que entretanto tenham mostrado iniciativas relacionadas com este assunto)

c) Votação de propostas e conclusões.

SABIMOS IA

Não sabemos o que ~~va~~ acontecer hoje; pela nossa parte não estamos aqui para discutir o sistema de abastecimento de água, mas sim a legitimidade de um contrato que foi assinado em benefício de uma entidade, com o acordo de alguém, mas que não passa de uma ~~das~~ ^{das} maiores ~~entidades~~ ^{entidades} que atingiu o nosso concelho. Iremos até ao fim! Queremos apurar responsabilidades!

Assembleia municipal de Tondela, 20 de dezembro de 2013

O grupo parlamentar do Partido Socialista

[Handwritten signature]

PARTIDO SOCIALISTA

Declaração de Voto.

VOTAMOS COMO A NOSSA PAZ CONSIDERAR
OS OFENSIVOS PARA O PS OS CONSTITUÍMOS
QUE NAS PASSADAS DE PRODUÇÃO
COMO SE PODE VERIFICAR PELOS ATOS
DAS ADMINISTRAÇÕES EM QUE O ANEXO
FORAM DIZENDO.

SOMOS A FAVOR DE UMA POLÍTICA
SOCIAL P/ O Povo DA ÁGUA,
EMBORA OS OBJETIVOS ^{ESTADOS} SEJAM A
MESA VAS DIZENDO QUE DO DEUS
AQUI SE PROPÕE:

[Handwritten signature]
Catarine Homen

Marta Carque
[Handwritten signature]
Amade



anexo 13

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 20 de dezembro de 2013

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal de Tondela irá optar pela **abstenção** na proposta apresentada pelo PSD relativamente ao ponto 2.8 da ordem de trabalho, mas apresenta a seguinte declaração de voto que deverá constar da ata da assembleia:

- 1 – O CDS/PP defende uma redução do preço da água paga por **TODOS** os **munícipes do concelho de Tondela**, já que é das mais caras de **todo o país**. Por isso, implícita e obviamente, concorda com uma redução destes valores para os munícipes mais carenciados;
- 2 – Depois das exposições dos dois técnicos convidados pelo município para esclarecer o porquê dos preços tão desajustados, e após as questões colocadas pelo CDS/PP aos técnicos e ao Sr. Presidente da Câmara, as respostas obtidas não justificaram os valores praticados pela empresa Águas do Planalto;
- 3 – Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara a colocar a possibilidade de alargar o âmbito da redução às famílias mais numerosas, com o qual naturalmente concordamos, deverá a nova proposta considerar estas famílias;
- 4 – Deverá definir-se quais os critérios objetivos para que as famílias mais carenciadas possam ser contempladas por esta redução;
- 5 – O PSD deveria ter a noção aproximada do valor desta proposta no orçamento municipal (quando questionado pelo CDS/PP, o proponente do PSD disse não o saber), para avaliarmos o seu impacto real no orçamento que iremos aprovar;
- 6 – Finalmente, o CDS/PP não concorda com a totalidade dos considerandos apresentados na moção do PSD.



INTRODUÇÃO

1. O início do mandato que agora se iniciou começa dominado por algumas incertezas:

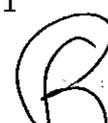
. No contexto nacional, dominado pela conclusão do programa de assistência externa, que determina o fim do período de assistência externa (17 de maio), mas que jamais implicará o fim do novo modelo de gestão e restrições orçamentais que acompanharão, independentemente do arco político nacional que governe, os paradigmas da gestão pública do estado.

Às instituições públicas, especialmente aos municípios, pela proximidade ao cidadão, às famílias, às empresas e às instituições, pede-se uma intervenção atuante do modo a minimizar os impactos da crise e das medidas restritivas consequentes ao PAEF - Programa de Ajustamento Economico Financeiro, donde se impõe a atenção a políticas de inclusão, incidindo em especial sobre os mais desprotegidos.

Os municípios têm sentido em grande medida os efeitos da crise e da austeridade, vendo nos últimos anos serem reduzidas significativamente as transferências do Orçamento do Estado.

. Por outro lado, ainda subsistem incertezas no processo de consolidação da estratégias (e dos respetivos instrumentos) associados ao novo quadro de apoios comunitários, determinante para financiar a economia, o sector produtivo, as exportações, a qualificação dos recursos humanos,

Tal quadro também será instrumento de financiamento para os investimentos locais, que reforcem a competitividade do nosso território.



Ora, a grande expectativa resiste no tempo e no conteúdo.



No tempo, na medida em que não é seguro que tais apoios possam estar disponíveis ainda no decurso do corrente ano;

No conteúdo, em que tais instrumentos não estão definidos numa malha fina que nos permita ajustar projetos, ao serviço do desenvolvimento integrado e sustentável.

Em paralelo com este ciclo de incertezas, as implicações do OE 2014, consequentes, em grande parte, do acordo do memorando da troika (PAEF) e às inevitáveis medidas de consolidação orçamental, revestem-se de implicações que trarão consequências diretas nas opções estratégicas financeiras dos municípios.

É NESTE PRISMA QUE IMPORTA OLHAR ALGUMAS DAS IMPLICAÇÕES DO OE

RECURSOS HUMANOS

O OE 2014 prevê várias regras limitadoras das autarquias locais em matéria de recursos humanos. Estas regras são impostas pelo Programa de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF) assinado com a Troika.

Obrigação das autarquias reduzirem no ano 2014 uma média de 2% do número de trabalhadores.

Esta redução, no município, tem sido alcançada com sucesso, por via das aposentações.

A. Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais

Mantêm-se as mesmas regras do OE2013. Salvaguarda-se, relativamente às regras de controlo de recrutamento para os municípios que tenham ultrapassado os limites de endividamento, os municípios que se encontrem nesta situação em razão da existência de empréstimos legalmente excecionados.

B. Limitações à renovação dos Contratos a termo resolutivo

Mantêm-se as regras de celebração de contratos a termo resolutivo já previstas no OE2013.



C. Limitações à contratação de prestações de serviço:

Mantêm-se as regras relativas à prestação de serviços já previstas no OE2013.

Importa ter presente a projeção que a nível nacional se perspectiva e que acompanha os cálculos plurianuais do município.

- Desde a Lei das Finanças Locais nº 2/2007 que as transferências do OE para as autarquias locais estão indexadas à receita dos impostos dos anos anteriores. Ora, em 2012 que é o ano referência neste caso, as receitas dos impostos do Estado diminuíram cerca de 5,6%; No OE2014 o conjunto das transferências para os municípios (FEF, FSM e IRS) diminui 3,9%.
- Globalmente, a redução das receitas resultantes de transferências para os municípios está em linha com (mesma média do que) o esforço de ajustamento da despesa na Administração Central neste OE2014.
- As transferências do Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF) no OE2014 correspondem ao previsto na nova LFL de 2013, ou seja, 19,5% da média aritmética dos impostos do Estado do ano referência que é 2012;
- Os valores do Fundo Social Municipal (FSM) mantêm-se iguais aos previstos no OE2013, sem quebra de receita para os municípios.
- O valor da participação no IRS (PIRS) para os municípios é mais reduzido do que em 2013, porque esta PIRS corresponde a uma percentagem da coleta líquida do IRS do ano anterior ao da aprovação do OE (i.e. 2012) e naquele ano essa coleta desceu 7,6%. A redução da PIRS para os municípios é de -4,5% face ao OE2013.

2. TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTAIS PARA AS FREGUESIAS

No OE 2014 (e por comparação com o OE 2013):

- Há um aumento global do conjunto das transferências do OE para as freguesias (em 67,6M€). Em 2013 as transferências orçamentais para as freguesias totalizaram 191,5 milhões de euros e em 2014 cifram-se em 259 milhões de euros.
- Há uma redução de 2,5 milhões de euros nas transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), que corresponde a -1,2% face ao OE2013 (181,5M€ vs 184M€).
- É atribuído o prémio de majoração de 15% do FFF para as freguesias agregadas, nos termos da Lei 11-A/2013 que fez a reorganização administrativa, sendo que este valor representa um acréscimo global de receita para as freguesias de 2,9 milhões de euros.

Alves

MAPA XX
TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS
PARTICIPAÇÃO DAS FREGUESIAS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2014

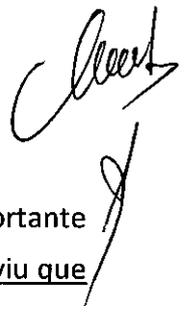
FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA	FFF	Majoração	Total
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)
Campo de Besteiros	29.082	0	29.082
Canas de Santa Maria	37.439	0	37.439
Castelões	35.236	0	35.236
Dardavaz	29.069	0	29.069
Ferreirós do Dão	22.840	0	22.840
Guardão	36.331	0	36.331
Lajeosa do Dão	44.712	0	44.712
Lobão da Beira	30.552	0	30.552
Molelos	44.937	0	44.937
Parada de Gonta	23.009	0	23.009
Santiago de Besteiros	33.233	0	33.233
Tonda	26.538	0	26.538
União das freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo	63.994	0	63.994
União das freguesias de Caparrosa e Silvares	47.062	0	47.062
União das freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha	49.024	0	49.024
União das freguesias de São João do Monte e Mosteirinho	72.266	0	72.266
União das freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa	49.709	0	49.709
União das freguesias de Tondela e Nandufe	70.969	0	70.969
União das freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas	49.860	0	49.860
TONDELA (Total município)	795 862	0	795 862

3. LIMITES ENDIVIDAMENTO:

São aplicadas as regras previstas na nova LFL2013, incluindo a salvaguarda para os municípios que ultrapassem os limites decorrentes da existência de empréstimos legalmente excecionadas.

4. OBRIGAÇÃO DE REDUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

- O OE 2014 mantém a regra vinda do OE2013 que impõe aos municípios a obrigação de nesse ano reduzirem em 10% (5% até ao final do primeiro semestre) os pagamentos em atraso (PA). **(Município Tondela: 32.890.64€)**
- Por outro lado, é acrescentada uma obrigação de redução dos pagamentos em atraso em montante equivalente à poupança que as autarquias locais terão resultante da redução remuneratória dos trabalhadores.



5. DESTINO DO ACRÉSCIMO DO IMI EM 2014

Relativamente ao **acréscimo do IMI que resulta da reavaliação geral dos imóveis** é importante destacar que na versão original do PAEF com a Troika, o Governo do Partido Socialista previu que esta receita seria para consolidar as contas do Estado.

Foi este Governo que fez regressar este montante para os municípios. Assim quer a versão atual do PAEF, quer o OE2013, já previam que **este acréscimo tem de ser alocado à consolidação orçamental dos municípios.**

Essa obrigação genérica foi mantida no OE2014, mas encontrando uma solução mais flexível para as autarquias locais, e que segue o acordo com a ANMP de julho de 2013.

Assim, este acréscimo deverá destinado a uma ou mais das seguintes modalidades:

- Fundo de Apoio Municipal (FAM);
- Pagamento de dívidas a fornecedores; *(pedido pela ANMP)*
- Redução de endividamento;
- Novo Fundo de Investimento Municipal a criar, para apoiar projetos de autarquias com apoio de fundos comunitários. *(pedido pela ANMP).*

6. PAGAMENTOS DAS AUTARQUIAS AO SNS

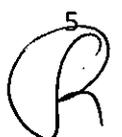
Seguindo as solicitações da ANMP e numa solução articulada com a associação, o OE2014 vem prever que as transferências das autarquias locais para o Serviço Nacional de Saúde (por conta dos cuidados de saúde prestados aos seus trabalhadores) deixam de ter em conta o *custo histórico* dos tratamentos em 2009 (solução dos OEs anteriores), para passarem a ser feitos em função do *custo efetivo* dos cuidados de saúde realmente prestados.

7. COMBATE À SOBREORÇAMENTAÇÃO:

Com o objetivo de combater a prática de sobreorçamentação, o qual foi acordado entre o Governo e a ANMP, fica previsto no OE2014 que a partir do próximo ano os municípios não poderão prever nos seus orçamentos receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

8. AUMENTO DA COMPARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADORES PARA CGA (PARA 23,75%):

Todas as entidades públicas com trabalhadores a descontar para a Caixa Geral de Aposentações vão suportar um aumento para 23,75% da contribuição que têm de pagar. Para



as autarquias que têm trabalhadores no regime CGA isso implica um aumento de despesa com pessoal.

Relativamente a este tema poderá esclarecer-se que:

- Há trabalhadores das autarquias não abrangidos por esta medida visto que muitos estão no regime da Segurança Social.
- Esta medida iguala o desconto da autarquia para a CGA ao desconto que tem de fazer para a Segurança Social no caso dos trabalhadores que se encontrem neste regime. É aplicada a todas as entidades públicas com trabalhadores na CGA;
- O impacto negativo desta medida para as autarquias poderá ser compensada pela redução remuneratória dos funcionários públicos prevista no OE 2014 (-2,5% a -12%), embora o montante desta redução tenha que ser afeto para liquidação de pagamentos em atraso em igual montante.
- As autarquias têm à sua disposição mecanismos de racionalização dos recursos humanos que – se efetivamente necessitarem – lhes permitem diminuir os encargos com pessoal. Esses mecanismos são as aposentações, as rescisões por mútuo acordo e a requalificação.

9. CUMPRIMENTO DA NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

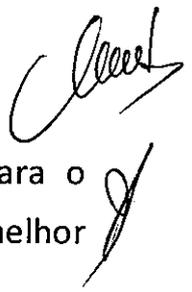
Implicações da nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013:

- O FEF aos 19,5% previstos na LFL;
- O FSM dos municípios mantém o valor de 2013
- Os limites de endividamento aplicados são os previstos na LFL;

A Missão Estratégica

Com o início de um novo ciclo autárquico, centrado num mandato que se estende ao longo dos próximos anos, continuaremos a imprimir dinâmicas de desenvolvimento, de forma a potenciar o município como um território competitivo, qualificado e com apreciáveis padrões de qualidade de vida, continuando o processo de afirmação do concelho centrado na valorização dos seus recursos, da sua atratividade, afirmando-se na região como um território que valoriza os seus recursos e que estimula a inovação, a criatividade e a solidariedade.

As linhas de desenvolvimento estratégico assentam numa visão para o concelho tendo em consideração a nossa missão de proporcionar melhor qualidade de vida e bem-estar aos munícipes.



Neste quadro, merecem destaque os pilares identificados como estruturais, que assumimos como metas desta governação, que estarão associados à coesão, inclusão, competitividade, empregabilidade, bem como à equidade, justiça, sustentabilidade, a par da solidariedade.

- . **O pilar do desenvolvimento económico,**
- . **O pilar do desenvolvimento territorial, do turismo e das políticas urbanas,**
- . **O pilar da valorização ambiental e patrimonial,**
- . **O pilar do desenvolvimento social e da coesão,**

A concretização destes pilares assentará em ações que merecem enfoque no presente instrumento de governação.

O pilar do desenvolvimento territorial, do turismo e das políticas urbanas, assente na promoção do potencial endógeno, do termalismo e da marca Caramulo, bem como na realização de investimentos de proximidade que contribuam para a revitalização dos espaços urbanos,

A regeneração e revitalização das nossas aldeias é um desafio que deve mobilizar energias, na certeza que os serviços associados à educação, à saúde e à qualidade de vida são fator para atrair novos habitantes, a par da oferta empregadora do nosso território;

Um olhar para o património edificado devoluto, que potencie soluções centradas no mercado imobiliário, assume-se como uma abordagem necessária para potenciar o mercado e inverter a situação vigente.

O **pilar da valorização ambiental e patrimonial**, que representa um forte investimento da recuperação de infraestruturas municipais e na definição de uma estratégia consequente aos trágicos incêndios ocorridos na serra do Caramulo, no verão de 2012, que assegure uma dimensão económica, que sustente uma ação produtiva sustentável, com uma estrutura patrimonial e ambiental, apoiada na biodiversidade e na matriz caracterizadora da serra do caramulo;

Destacam-se os investimentos associados ao **Fundo de Emergência Municipal** e ao **Proder**, que se consubstanciam em 12 ações e que representam investimentos candidatados de valores superiores a 2M€.

Com estes investimentos será possível reabilitar taludes, bermas, valetas, quedas guiadas de água, aquedutos, bem como recuperar caminhos e linhas de água (atenuando os riscos de erosão). Da celeridade resultante da concretização rápida destas ações, dependerá uma estratégia que deverá envolver a nossa energia para abordar novas temáticas, assentes numa partilha pedagógica que agregue vários movimentos de cidadania e de instituições que se desejam associar a esta estratégia, que marcará a década que vivemos.

Por outro lado, manteremos um forte investimento na valorização ambiental, com a conclusão das ETRAS da ZIM I, de Tondela, do Couço -Mouraz, a par de novos investimentos em Póvoa Rodrigo Alves, Castelões, Cortiçada/Múceres, bem como um plano futuro em redes e remodelação de ETAR's, donde se destaca a remodelação das redes de água e esgoto à vila do Caramulo;

Também a definição de um sistema que garanta um ponto de abastecimento em cada uma das povoações mais relevantes da União de Freguesias de São João do Monte / Mosteirinho, merecerá um investimento que corresponda a uma determinação enquadrada nas políticas da ERSAR.

. o **pilar do desenvolvimento social, da qualificação e da coesão**, assente na política educativa, no apoio social e nas famílias, a par da especial relação com o movimento associativo, nas suas múltiplas dimensões;

Destacam-se os investimentos inerentes à rede de transportes, que garante uma mobilidade adequada a um território disperso e com uma rede escolar centrada em diferentes polos de proximidade;

A disponibilidade de Atividades de Enriquecimento Curricular, da generalização das refeições a todos os alunos do concelho, de diferentes programas e projetos que dão real sentido à máxima importância estratégica destes investimentos, a par da ação social escolar e dos transportes escolares levam-no a afetar mais de 1,1 milhões de euros a tais ações (cerca de 8% da despesa corrente que é de 13, 944 milhoes).

Ainda neste domínio, acolheremos soluções que, no novo quadro dos fundos comunitários, venham possibilitar o reforço de parcerias, lideradas pela câmara Municipal, para a reabilitação de infraestruturas escolares, em particular da escola secundária de Tondela, cuja área laboratorial merece uma atenção específica.

Manteremos uma ação colaborativa com o sector social, assente numa visão que estimula e fomenta o voluntariado, que permita o desenvolvimento de respostas sociais apoiadas e integradas.

A este propósito, introduzimos um novo projeto **“TONDELA 2020, CONTRATOS SOCIAIS”**, que se apresenta como um instrumento ancorante que possa ser

instrumental no quadro dos novos fundos comunitários 14-20, que venham a valorizar o setor social.

Por outro lado, “**TONDELA 2020, empreendedorismo**”, prevê a candidatura a instrumentos comunitários que suportam uma ação tendente à fixação de projetos de jovens empreendedores e de ideias capazes de atirar sinergias e investimentos. Ainda neste domínio, inseriu-se no projeto “**Parques de Localização empresarial**” a construção / ampliação e a aquisição de terrenos.

No movimento associativo, num quadro de respeito pela autonomia e liberdade criativa, não deixaremos de fortalecer parcerias e realizar protocolos financeiros que permitam que, em particular no desporto e na cultura, se continue e fomentar a formação, a diversidade da programação cultural, a par da realização de grandes eventos que reforcem o papel central do nosso território na região, no quadro da nossa marca identitária.

O modelo e a forma de governança

Num tempo de tantas dificuldades, o grau de **rigor** e de **exigência** são determinantes, para se **gerar confiança** e para dar sentido a critérios de **gestão eficiente**, sabendo que os recursos públicos são diminutos e devem ser aplicados de forma parcimoniosa.

Iluminação pública edifícios 365000...e 735000 IP =1,1Milhoes (8% das despesas correntes, adicionado a gás e água (210.000€) por isso se justifica o projeto para eficiência energética em edifícios públicos inscrito no Orçamento

A **transparência**, a **promoção do mérito**, da **excelência**, não só são valores supremos numa democracia sólida, como devem ser modelos valorizados numa ação que estimule os colaboradores para uma organização onde se sintam motivados e empenhados com a missão da organização.

O Presidente da Câmara

José António Jesus

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'José António Jesus', written in a cursive style.



Jan 15

Handwritten signature

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Restante Mesa

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Dr. José António Jesus

Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais

Comunicação Social

Antes de iniciar a minha intervenção, e porque é a primeira vez que o faço após as eleições do passado dia 29 de Setembro, queria tecer algumas considerações que me parecem dever nortear os trabalhos nesta que é a casa da democracia.

Penso que todos, sem exceção, devem encarar esta Assembleia recém-empossada como o expoente máximo da pluralidade, da liberdade, do debate pleno na construção de um concelho mais próspero e solidário.

A confiança popular expressa através do voto ^{*e que foi bem clara*} não permite que qualquer um de nós, oriundo de qualquer quadrante político, com ideias mais ou menos convergentes, aproveite este certame

Handwritten signature

Deixando no ar ameaças e acusações,

para criar factos e conflitos políticos menores, esquecendo e defraudando o nobre papel deste órgão deliberativo.

Todos temos que ter em mente que o futuro do Concelho é o superior interesse, que exige de nós empenho, ideias, debate e acima de tudo responsabilidade e ética na condução dos seus destinos.

Findas que estão estas palavras iniciais, e que se calhar muitos apelidarão de demagogia, eu apenas reafirmo que a elevação e o debate genuinamente construtivo farão desta Assembleia um órgão respeitado e consequente.

Caros deputados,

Venho trazer aqui hoje uma nova corrente, o Neo - Fundamentalismo.

Enquadrando historicamente esta ideologia, e porque ao longo das últimas semanas a morte do mítico líder Nelson Mandela, símbolo da luta pela democracia e pela paz, pelo respeito da dignidade humana e pela inclusão, trouxe à memória diferentes figuras mundiais que marcaram e influenciaram a prática política e a forma como a vivemos e sentimos hoje.

Não resisti por isso a fazer comparações!!!



Em jeito de brincadeo

Clare

É ao deputado Engº Dias tenho que lhe dar
uma noção que li agora mesmo no auditório e
penso que terá que ver com essa ideia de comissões flutuantes,
não é que um jornal está a dar uma sondagem onde diz que os
cumprimentos feitos da edição são na liderança de voto,
mas a ideia (ambos) deve ser que é a mesma ideia?

Intervir sobre este ponto da Ordem do Dia é fazer política na verdadeira aceção da palavra. As intervenções que fiz no ponto anterior ^{são} importantes, mas discutir e delinear estratégias que efetivamente mudem e melhorem a vida das pessoas é o pleno de quem tem funções autárquicas. Isso sim, é política com comissões perenes e não oscilantes, ^{porque comissões} ou Muitos são os pontos relativos às grandes opções de plano e orçamento para o ano civil de 2014 que poderíamos analisar, mas acho sobretudo que o essencial é demonstrar e aprofundar que há uma estratégia, uma visão global e agregadora para todo o território, sem dúvida o executivo municipal apresenta um caminho.

se tem ou não se tem, não se fala nela. Sentem-se

Antes de entrar nos projetos, gostaria de salientar dois atos eleitorais recentes, que pese embora não sejam relevados, mas que numa época de crise, em que a contenção é a palavra de ordem, assumem derradeira importância.

Falo de toda a gestão diplomática, que ainda que feita de forma silenciosa, levou a que o Município de Tondela exerça pressão nas decisões supra e intermunicipais na zona de influência do nosso Concelho.

R

Obviamente que me refiro à Vice-Presidência da Comunidade Intermunicipal da ^{visou} Região / Dão Lafões e à permanência no Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Trata-se de duas vitórias importantes, que demonstram mais uma vez a liderança na região, e que nos devem encher de orgulho a todos, pois Tondela, e perante um jogo de forças políticas diferentes, provou que é estratégica para o desenvolvimento da Região.

Quanto ao Orçamento, a primeira consideração a tecer é a forma democrática e construtiva como este foi preparado. Todos os partidos da oposição foram convidados para uma audição no âmbito deste ponto da ordem do dia.

Trata-se de um exercício de uma democracia madura, onde todos são chamados a contribuir e a participar no documento.

Relativamente às receitas, quase todas elas oriundas de impostos, diga-se IMI, Derrama e IRS, que totalizam cerca de vinte e cinco milhões e meio de euros, é por isso um orçamento real, sem inflacionamento, de rigor e transparência.

E gerir os destinos do Concelho é fazer opções, e perante uma proposta, legítima, de baixar a taxa de IRS, o que representaria



uma quebra de cerca de 250 000,00€ nas receitas, mas que teria um impacto reduzido na generalidade dos munícipes, ^{em virtude} pois, ~~infelizmente~~ ^{de não ser tributado quem auferir baixos rendimen-} tos quem auferir rendimentos baixos não é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento,

~~Preocupado com a carga fiscal que assola as famílias,~~ o executivo optou por baixar a Taxa de Imposto sobre Imóveis para 0,3%, contribuição essa muito mais generalizada, e com impacto num maior número de pessoas.

Do ponto de vista estratégico a Câmara Municipal identificou a Serra do Caramulo como um pilar estrutural no desenvolvimento harmonioso do território.

O diagnóstico é conhecido de todos, além do incêndio ocorrido no Verão passado, trata-se de uma zona de baixa densidade populacional cuja desertificação é a maior ameaça.

Estão previstos dois projetos de intervenção nesta área, um afeto ao Fundo de Emergência Municipal e outro ao PRODER, que preveem ações rápidas como limpeza de taludes, linhas de água, construção de bermas, entre outras, combatendo riscos de erosão.





Outro dos pontos cruciais é a reflorestação da zona ardida, cujo planeamento e ordenamento será rigoroso, valorizando espécies autóctones.

Mas pensar e elaborar um projeto sustentável de desenvolvimento, tendo como base o Caramulo, terá que ser congregador de diversos pontos que em conjunto trarão a prosperidade para este território.

Além destas intervenções, haverá outras ações para combater o abandono deste meio rural.

E não tenhamos ilusões, só fixamos pessoas com emprego e atividade económica. E nesse sentido, a Câmara Municipal criou o pelouro do desenvolvimento do mundo rural, que incrementará este setor de atividade, nomeadamente a valorização da laranja de besteiros, enquanto produto local de excelência.

O objetivo desta iniciativa é combater o abandono de terrenos agrícolas e simultaneamente promover o empreendedorismo e gerar postos de trabalho.

Complementando esta ação aparece o Mercado de Produtos Locais, o Espaço “Ao’Sabor” e outros certames que privilegiam a comercialização e o escoamento destes géneros.



Outro eixo relevante é o turismo, aproveitando todas as características naturais da serra, em parceria com as instituições locais, promovendo a atividade turística, nos vários domínios, desporto, lazer, cultura, gastronomia, entre outros.

Essa diretriz está bem presente neste Orçamento, criticada por muitos, mas cujo resultado está à vista de todos.

É desta conjugação de esforços que combateremos a baixa densidade populacional e brotaremos vida nestes refúgios deslumbrantes do nosso Concelho.

Para finalizar, e porque já me alonguei bastante, dois pontos que me parecem essenciais para caracterizar este plano.

Por um lado, a inclusão da nova rúbrica Tondela 2020, que remata tudo o que defendi até agora, que prevê o apoio ao empreendedorismo e à captação de talentos, demonstrando ainda uma preocupação inequívoca com questões de sustentabilidade ambiental, defendendo assim a justiça intergeracional.

Um último ponto, e que deixa a nu o cariz social-democrata deste orçamento e que se prende com preocupações sociais.

E para todos aqueles que se dizem donos do estado social, a resposta do Município é que o concretiza efetivamente.



Exemplos dessas preocupações são todas as verbas alocadas à Ação Social Escolar, os protocolos para apoio aos transportes escolares, as refeições, a oferta de fruta, enfim inúmeras iniciativas que demonstram uma visão estratégica apoiada na educação, no apoio aos mais carenciados e sobretudo apostando nas gerações vindouras.

Vera Machado

Deputada Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 20 de dezembro de 2013

EXMO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Neste ponto de apreciação das GOP's e do orçamento de 2014, gostaria de colocar as seguintes questões:

Na área das RECEITAS:

Total de receita dos impostos diretos: 4,256 milhões euros; 2013 – 3,909 M

Total IRS: 512.029 euros; 2013 – 499.986 euros

Parece claro que o argumento da quebra de receitas apresentado pelo Presidente da CMT na última assembleia cai por terra. Fica provado que era possível e desejável reduzir a carga fiscal através da parte variável do IRS.

Saneamento: 83.321 euros. Do que se trata? Em 2013 foi de 119.938 euros.

Resíduos sólidos: 50 euros. Do que se trata?

Onde estão as receitas provenientes da Recolha de Lixo e do Saneamento pagos mensalmente pelos nossos munícipes? Entram ou não como receitas ou é feito algum acerto de contas entre as entidades?

Na área das DESPESAS:

Edifícios/Outros: 1.338.886 euros. A que se refere esta despesa que aparece como outros?

GOP's:

Requalificação/Ampliação dos Paços do Concelho: 2ª fase – 69.887 euros.

Trata-se dos trabalhos que estão a ser realizados no Gabinete da Presidência?

Dinamização dos centros de Animação Local: 40.000 euros. O que pretendem fazer com esta verba para os 5 centros?

Remodelação da Rede de Águas e Esgotos ao Caramulo: Total (2014-2016) – 1,3 M. O que pretendem fazer a seguir? Entregar a gestão e exploração à Empresa Águas do Planalto, depois de investimentos pagos pelo município e por fundos comunitários? Em que condições?

Transferências para a Associação Municípios Planalto Beirão: 1,053 M (1,369 M em 2013). Como se calculam estes valores? A que se referem? Até quando?

Parque Urbano de Tondela-3ª fase: 2 M euros (2014-2016) 100% CMT. O CDS/PP discorda completamente deste investimento. Não temos dimensão urbana para gastar esta verba, a que acrescem as normais despesas de manutenção permanentes.

Plano de Valorização da Serra do Caramulo: 1,248 M (100% AC) + 876.350 € (60/40)

Congratulamo-nos por estes apoios para valorizarem a serra do Caramulo, tão fustigada pela tragédia no último verão. Este valor superior a 2,1 M de euros supera os prejuízos então anunciados. Afinal já há uma avaliação correta dos prejuízos? Falaram em 2 M de euros, depois li num jornal regional que afinal seriam mais de 4 M. Em que ficamos?

Requalificação dos Parques Desportivos: 42.500 euros. De que equipamentos se tratam? Se for para o do Botulho e de São Miguel do Outeiro, muito bem. Concordamos plenamente. Já vai com um ano de atraso, pois em Maio de 2013 poderia ter avançado, mas ainda bem que vai agora.

Protocolos Transferências Instituições: 30 + 21,6 + 21,6 + 21,6 (2013/2016). Trata-se do protocolo dos 108.000 para Associ. Parada de Gonta? DISCORDAMOS. Não está em causa essa associação em particular, mas esse assunto anda a tentar ser metido há uma meia dúzia de anos em Protocolo e nunca foi metido por razões óbvias. Inteligente sempre foi o Dr. Carlos Marta em não o assinar. E eu concordei sempre com ele neste assunto. Agora que ambos saímos do executivo, metem o protocolo para aprovação. Sabem se o clube participa em competições federadas? Quem utiliza agora o campo? Não se conseguem arranjar uns poucos milhares de euros para o Grupo Desportivo de Canas de Santa Maria fazer umas obras urgentes para poderem trabalhar no seu estádio, mas agora para a Associa. Desportiva de Parada já há dinheiro? E as outras associações do concelho terão igual tratamento

se fizerem atos de gestão mal calculados? E para as outras associações da freguesia de Parada de Gonta? Agora está a fazer-se luz na minha mente sobre muita coisa que vimos nos últimos tempos nesta assembleia.

Iluminação Pública: 735.000 euros; Em 2010, antes de desligarmos as luzes nas freguesias, foram 600.000 euros. Afinal desligaram-se as luzes para quê? Há estimativas das poupanças? Vale a pena pôr às escuras tantos lugares do nosso concelho? Se assim for e os valores estiverem corretos, não valeu a pena.

RUCI: 997.000 euros, dos quais 500.000 para gestão e promoção. O projeto deveria estar concluído em 2013. Mas está com este valor para o próximo ano, o que significa que nem em 2014 estará ao serviço da valorização do território. E porquê de um valor tão elevado para a Gestão e Promoção? O que pretendem fazer?

E já agora o mesmo para a REC – Rede de Economias Criativas. 650.000 euros

Relativamente às RENDAS da PPP Tondelviva, está orçamentado um encargo global de 923.356 euros para os 3 equipamentos em 2014. Em 2011 foi orçamentado 780.400 euros e em 2013 foi 992.147 euros, mas inclui uma verba residual para Canas de Santa Maria – Largo Cruz Vermelha. Como explicar estas variações? Se os totais finais estiverem corretos, então estas 3 obras custarão 17,8 Milhões de euros! É correto Sr. Presidente da Câmara? Só o relvado sintético de Molelos custará ao erário público 2,882 M euros. É correto Sr. Presidente da Câmara?

Falou sobre a saída da Tondelviva da exploração das Termas de Sangemil. Afinal o que pretendem fazer com as termas? Fechá-las? Deixaram cair as candidaturas ao PROVERE no valor de mais de 1 milhão de euros, e agora querem candidatar o quê? Enquanto noutras se está a investir, em Sangemil deita-se dinheiro fora.

Das respostas dadas pelo executivo dependerá o sentido de voto do CDS/PP a este orçamento.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

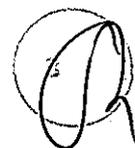
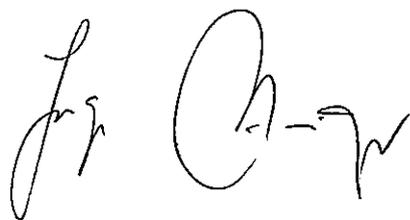
O PSD, como partido responsável, procura manter uma linha de coerência nas posições que assume no que concerne ao exercício da função autárquica. Ou seja, a linha de ação que o partido por si defende institucionalmente é aquela que o executivo camarário leva à prática e é também aquela que os seus membros nesta Assembleia procuram defender politicamente. Não defendemos uma coisa no exercício das funções camarárias e outra coisa completamente diferente nesta Assembleia, em nome de um qualquer acordo político de momento. Isto é testemunho de um partido responsável, credível e por consequência merecedor de conduzir os destinos do concelho. O Orçamento aqui trazido a esta Assembleia, bem como as Grandes Opções do Plano para 2014, entendemos que revestem esse carácter de rigor, competência e naturalmente procurará ir ao encontro dos anseios dos tondelenses.

Destaco particularmente e no que concerne às grandes Opções do Plano para 2014, o enfoque que é dado à educação e ao apoio social às famílias nas suas mais variadas vertentes. Na educação destacamos as previstas obras de beneficiação do Centro Escolar de Campo de Besteiros, as verbas destinadas aos transportes escolares, às refeições escolares, à ação social escolar, ao projeto regime da fruta escolar. Acresce ainda os valores suportados pela autarquia com múltiplos funcionários, designadamente tarefeiros, que apoiam e asseguram o normal funcionamento das escolas deste concelho.

Ainda neste domínio social, destacamos as verbas destinadas a impulsionar o funcionamento dos diversos Centros de Animação local, as verbas destinadas às diversas instituições de solidariedade social que prestam apoio à infância e aos idosos deste concelho. Destaque ainda para o apoio previsto à habitação, designadamente a sua reabilitação junto das famílias mais carenciadas. Esta relevância dada ao social e a sua importância nas grandes opções do plano para 2014, traduz o cumprimento da promessa eleitoral assumida pelo PSD no seu manifesto, de mais e mais desenvolvimento social e coesão no concelho de Tondela.

Mas não terminamos, sem deixar de verificar que o Executivo Camarário pensa já no futuro e registamos, ainda que de forma simbólica para o ano de 2014, o principio de dois programas

"Tondela 2020-Contratos Sociais" e "Tondela 2020-Empreendedorismo". Pensamos naturalmente que a colocação destes dois programas visam garantir no futuro a aplicação de fundos comunitários, ao abrigo do próximo quadro comunitário, designadamente o primeiro, nesta área que aqui hoje vos falo: a área social.





GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Orçamento 2014 e as Grandes Opções do Plano apresentados a esta assembleia municipal são dois documentos demasiado importantes para que, sobre eles, deixe de haver um debate sério, transparente e responsável.

A pronúncia e aprovação dos mesmos representam uma das mais importantes, senão a mais importante, das competências da assembleia municipal. Discute-se e decide-se a vida do concelho para o período de um ano, e até para os anos seguintes. No entanto, a sua discussão foi condicionada apenas a alguns minutos.

Acontece, no entanto, que estamos perante um documento, ou documentos, que nos responsabilizam pelo passado, e do qual não nos sentimos responsáveis; pelo contrário, fomos e somos críticos.

Embora, na generalidade, os documentos traduzam um processo de boas intenções, há algumas prioridades com que não poderemos estar de acordo, e outras, sobre as quais não nos podemos pronunciar por não estarem completamente às claras, não bastando acreditar nas boas intenções do executivo municipal.

Não entendemos que se descriminem procedimentos, a não ser que se pretendam evitar comparações incómodas, mas para as quais prometemos estar atentos. Obviamente que nos referimos a protocolos desfasados, mas que não justificam tamanho espaço temporal, a distingui-los!

Mais – não estamos dispostos a partilhar a responsabilidade de aprovar obras que já foram realizadas. É certo que houve eleições, e que o dinheiro era escasso para satisfazer todas as obras que consideramos de carácter duvidoso; poderíamos até considera-las de indecentes, não porque sejamos contra as obras, mas porque encerram objetivos inaceitáveis e cuja eficácia deveria ser discutida dentro dos princípios de legalidade. Imaginemos, agora, que este Orçamento não recolhesse a aceitação maioritária desta assembleia? Quem seria o responsável pelas dívidas geradas, sem o aval do órgão deliberativo?

Afinal, apesar da maioria em que assenta o executivo, houve uma falta de respeito à assembleia municipal, diríamos mesmo, uma ilegalidade, quando se encomendaram obras e assumiram pagamentos sem estarem devidamente autorizados!

Como já assumimos, contem connosco para discutir o futuro, mas não contem com o PS para branquear situações que são contra os nossos princípios - na política, a ética é essencial. Mas também o dever de cumprir com a legalidade! Afinal, que fique claro: nenhum de nós está acima da Lei.

O sentido de voto do Partido Socialista não é fundamental para o funcionamento do município, mas será primordial para que se comece a tomar consciência do respeito que deve existir, não apenas pelos partidos da oposição, mas pela dignidade das pessoas enquanto munícipes e enquanto cidadãos.

O Partido Socialista assume a sua responsabilidade, não votando contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, porque também quer dar o benefício da dúvida ao atual executivo, que herdou uma situação com a qual se pode ou não solidariamente assumir e associar! Para tal, deve inscrever nos próximos capítulos das suas decisões uma atitude diferente daquela que foi seguida até aqui!

Entendemos que a abstenção é a melhor forma de, mesmo em desacordo, deixar uma nota de responsabilidade, apoiando todas as medidas sérias para o nosso concelho, que estes documentos encerram, enquanto permaneceremos coma nossa liberdade para apontar alternativas que entendermos serem as melhores para o nosso concelho.

Assembleia municipal de Tondela, 20 de dezembro de 2013

O grupo parlamentar do Partido Socialista

Joaquim Santos

Ones

PROJECTO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CARAMULO

Alves
D

Exmos. Srs.:

- Presidente da Assembleia Municipal,
- Presidente da Câmara Municipal,
- Restante Mesa da Assembleia,
- Caros Deputados,
- Vereadores,
- Comunicação Social,
- Senhoras e Senhores,

A Vila do Caramulo, pela sua História e o seu Património são – de forma unânime – uma referência no território do Concelho de Tondela sob vários pontos de vista. A estes factores, acresce a sua localização geográfica e condições naturais excepcionais, que a serem dinamizadas potenciarão sem sombra de dúvida o vasto território onde se insere e nomeadamente o Concelho de Tondela.

Nesta perspectiva, numa óptica de reafirmação regional e nacional da Vila do Caramulo e, conseqüentemente, do Concelho de Tondela queremos felicitar o Município de Tondela pela estratégia assumida neste importante documento que aqui hoje nos é presente.

No pressuposto de que não nos podemos substituir a investidores privados, o “trabalho de casa” consubstanciado neste estudo poderá, nos termos da lei, propiciar o surgimento de grupos privados interessados na reabilitação do edificado e dos equipamentos e espaços urbanos de utilização colectiva espaço público, dado que, compreende medidas de incentivo directo ou por via da criação de um ambiente favorável ao investimento e à actividade económica, dotando esta área de instrumentos capazes de atrair o tal investimento privado.

Ph

O actual enquadramento legal de reabilitação urbana proporciona uma oportunidade e um incentivo que o Município, por via deste instrumento procura desde já acautelar pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana.

Nestes termos, as operações de reabilitação urbana nesta área beneficiarão nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana de importantes benefícios fiscais associados ao IMT, a taxas de licenciamento e a outros incentivos de natureza fiscal, administrativa ou de apoio financeiro.

Deste modo o Município sistematiza e propõe instrumentos e mecanismos de apoio e incentivo e, assim, mobiliza e estimula entidades privadas a aderir a esta dinâmica de intervenção.

Assim, quero, em nome da Freguesia do Guardão felicitar o Município de Tondela pela estratégia aqui assumida e associar-me institucionalmente à mesma.

Muito Obrigado.

Desejo a todos um Santo e Feliz Natal e um excelente 2014!

